

Universidade Federal de Juiz de Fora
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-graduação em História

Daiana Lucas Vieira

**O DEMBO CACULO CACAHENDA: a história de uma região e de uma
chefatura (1780-1860).**

Juiz de Fora
2014

Daiana Lucas Vieira

**O DEMBO CACULO CACAHENDA: a história de uma região e de uma
chefatura (1780-1860).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Profa. Dra. Mônica Ribeiro de Oliveira

Juiz de Fora
Maio de 2014

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

VIEIRA, Daiana Lucas.

O DEMBO CACULO CACAHENDA: : a história de uma região e de uma chefatura (1780-1860) / Daiana Lucas VIEIRA. -- 2014.

114 p. : il.

Orientadora: Mônica Ribeiro de OLIVEIRA

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

1. Dembo Caculo Cacahenda. 2. Angola. 3. Região dos dembos. I. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de , orient. II. Título.

RESUMO

O termo dembo é usado para nos referirmos a um território situado em Angola e a um título político africano (Dembo) que é dado para o chefe e/ou líder do dembo (território.). Em Angola havia a região dos dembos. Entre estes dembos escolhemos um, chamado Dembo Caculo Cacahenda para nossa pesquisa. O Dembo Caculo Cacahenda, como veremos no primeiro capítulo desta dissertação, nos deixou um arquivo composto por cartas, requerimentos, processos e outros documentos escritos. O Dembo Caculo Cacahenda apreendeu a usar a escrita e utilizou desta para manter uma comunicação frequente com as autoridades portuguesas em Angola.

No primeiro capítulo faremos uma breve discussão sobre a importância em se estudar a história da África, o problema que as fontes disponíveis para o estudo da história da África apresentam e como podemos lidar com estes problemas. Também discorreremos sobre a metodologia a ser adotada neste trabalho. Em seguida passamos ao estudo do início da história da região onde hoje esta localizada Angola. Tentando mostrar como surgem os Estados, as linhagens e os reinos africanos da referida região. Inserimos o leitor na história de Angola após a chegada dos portugueses e situamos o Dembo Caculo Cacahenda na região.

Já no segundo capítulo abordamos os conteúdos das cartas, ou documentos, do arquivo Caculo Cacahenda. Falamos um pouco sobre como se deu esta apropriação da escrita por parte dos dembos. Analisaremos algumas cartas e veremos que através da leitura desta vão surgindo às diversas peças deste quebra-cabeça. Estas cartas também revelam quais os bens de consumo circulavam na região e como se dava a relação entre chefes africanos e representantes da Coroa portuguesa.

No último capítulo mencionamos o contrato de vassalagem, como este foi usado em Angola e como eram as relações entre o vassalo Caculo Cacahenda e os representantes portugueses. Para esta análise do contrato de vassalagem também usamos algumas cartas para exemplificar aquilo que

estamos discutindo. Para que o leitor entenda como este título político Dembo Caculo Cahenda acabou, após pelo menos quatrocentos anos de existência, contamos o mais simplificada possível, como as relações de vassalagem foram se enfraquecendo. E como os portugueses fizeram para entrar nesta região, antes impenetrável, e acabar com o Dembo Caculo Cahenda. Veremos que as terras de Caculo Cahenda eram almeçadas pelos portugueses devido ao seu posicionamento geográfico e ao não envio de rendimentos para os portugueses.

O objetivo deste estudo, que esperamos ter alcançado, é mostrar da maneira mais simples possível que a história da África vai além da escravidão. Que ela apresenta outras facetas ainda pouco discutidas por nós historiadores, interessados na história da África, que ainda estamos dando nossos primeiros passos.

ABSTRACT

The term dembo is used to refer to a territory in Angola and an African political title (Dembo) that is given to the head and / or leader dembo (Northwest). Angola was in the region of dembos. Among these dembos chose one called Dembo Caculo Cahahenda for our research. The Dembo Caculo Cahahenda, as discussed in the first chapter of this dissertation, has left us a file consisting of letters, petitions, lawsuits and other written documents. The Dembo Caculo Cahahenda seized to use writing and used it to maintain frequent communication with the Portuguese authorities in Angola.

The first chapter is a brief discussion on the importance of studying the history of Africa, the problem what is available for the study of African history sources present and how we deal with these problems. Also talk about the methodology to be adopted in this study. Then we start the study of the history of the area where today is located Angola. Trying to show how states, the strains and the African kingdoms of that region arise. Insert the player in the history of Angola after the arrival of the Portuguese and situate the Dembo Caculo Cahahenda in the region.

In the second chapter we discuss the contents of the letters or documents, file Caculo Cahahenda. We talked a bit about how was this written appropriation by the dembos. Analyze some letters and see that by reading this arise the various pieces of this puzzle. These letters also reveal that consumer goods circulated in the region and how was the relationship between African leaders and representatives of the Portuguese Crown.

In the last chapter we mentioned the contract of vassalage, as this was used in Angola and how were the relations between the vassal Caculo Cahahenda and Portuguese representatives. For this analysis of vassalage contract also use some letters to exemplify what we are discussing. For the reader to understand how this political title Dembo Caculo Cahahenda ended, after at least four hundred years of existence, the more simply we can, as the

relations of vassalage were weakening. And how did the Portuguese to enter this region before impenetrable, and end the Dembo Caculo Cahenda. We will see that the lands were Caculo Cahenda almejadas by the Portuguese due to its geographical position and by not sending yields to the Portuguese.

The purpose of this study, we hope to have achieved is to show the simplest possible way that the history of Africa goes beyond slavery. She has other facets we still little discussed by historians interested in the history of Africa, we are still taking our first steps.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, muito obrigada.

Obrigada por tudo mãe!

O meu mais profundo e sincero muito obrigado aos docentes do curso de história, todos deixaram uma contribuição em minha formação e no meu desenvolvimento enquanto pessoa. Em especial ao professor Galba, que me ensinou como é bom saber planejar, a professora Carla Almeida com quem aprendi muito durante nossa convivência e que abriu muitas portas para mim, a professora Mônica Ribeiro sempre atenciosa e disposta a ajudar com sua leitura atenciosa e crítica a quem meus agradecimentos são infindáveis.

Aos meus colegas de mestrado e de graduação com quem pude dialogar e trocar conhecimentos e experiências. A minha amiga Ariane com quem pesquisei pela primeira vez durante intercambio em Lisboa sobre a temática Dembo. Muito obrigada a todos vocês!

Não poderia deixar de agradecer ao professor José Horta quem me despertou para a importância da história da África e que sempre esteve disposto a ajudar respondendo com toda atenção os e-mails que lhe enviei. Também agradeço a professora Vanicléia Silva Santos que me ajudou muito na formulação do projeto de pesquisa.

Agradeço ao professor Dr. Roberto Guedes Ferreira e a professora Dra. Fernanda Thomaz pelas sugestões de alterações e de bibliografia durante o exame de qualificação que favoreceram o amadurecimento desta pesquisa.

Ao meu namorado e melhor amigo Luiz pelo carinho, apoio emocional e por tudo que já vivemos juntos, mais do que meus agradecimentos, todo o meu amor.

LISTA DE ABREVIATURAS

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 MAPA REGIÕES DE INFLUENCIA DO CONGO. RETIRADO DE: VANSINA, JAN. O REINO DO CONGO E SEUS VIZINHOS. VOL.V. 2.ED. BRASÍLIA : UNESCO, 2010 P.676	29
FIGURA 2 MAPA DA REGIÃO DOS DEMBOS DESENHADO POR CAVAZZI DE MONTECÚCCULO	36
FIGURA 3 MONDO: INSTRUMENTO QUE SE OUVI A DISTANCIA UTILIZADO EM ANGOLA COMO UMA ESPÉCIE DE TELEFONE. RETIRADO DE: SANTOS, MARIA EMÍLIA MADEIRA. NOS CAMINHOS DE ÁFRICA. P.532	44
FIGURA 4 CARREGADORES	61
FIGURA 5 MAPA DA VIAGEM DOS POMBEIROS DE 1802 A 1811 - FONTE: MARIA EMÍLIA MADEIRA SANTOS, <i>VIAGENS DE EXPLORAÇÃO TERRESTRE DOS PORTUGUESES EM ÁFRICA</i> , LISBOA, P.197	63
FIGURA 6 – MAPA DE ANGOLA. RETIRADO DE: DIAS, JILL & ALEXANDRE, VALENTIM (ORGS.), <i>O IMPÉRIO AFRICANO (1825-1890)</i> , LISBOA: EDITORIAL ESTAMPA, 1998.....	85
FIGURA 7 DEMBO CACULO CACAHENDA.....	106

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO PRIMEIRO: breve estudo da história de Angola.....	16
1.1 A escrita da história da África e o uso de fontes e metodologias	16
1.2 A região do Congo e Angola antes da chegada dos portugueses.....	20
1.3 A estruturação da colônia portuguesa de Angola.....	30
1.4 Os dembos.....	37
1.5 Bibliografias disponíveis sobre a temática	40
CAPÍTULO SEGUNDO: Uma análise do arquivo Caculo Cahenda	43
2.1 Origens do ensino da escrita em Angola	43
2.2 Algumas cartas do arquivo Caculo Cahenda	49
2.3 Os itens mais cobiçados: papel, pólvora e armas de fogo.	64
2.4 Outros “Mimos” trocados.....	70
CAPÍTULO TERCEIRO: O fim das relações amistosas entre a coroa lusa e o Dembo Caculo Cahenda.....	76
3.1 As cartas de 1860	76
3.2 A prática do avassalamento e o jogo político criado em Angola	86
3.3 Desgaste do contrato de vassalagem	91
3.4 As colunas contra o dembo Caculo Cahenda	94
3.5 A campanha de 1907	99
3.5.1 A atuação de David Magno.....	101
3.6 Nova revolta do Caculo Cahenda.....	102
3.7 Fim do título Dembo Caculo Cahenda tipicamente africano.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
BIBLIOGRAFIA	111
RELATOS MILITARES.....	114

INTRODUÇÃO

Correndo os olhos sobre as estantes da Biblioteca de Letras da Universidade de Lisboa me deparei com um nome que chamou minha atenção “Caculo Cacahenda” e naquele instante me fiz algumas perguntas. E ao notar o subtítulo daquele livro “A apropriação da escrita pelos africanos” tive meu interesse, enquanto pesquisadora, despertado. Poucas vezes durante minha formação tinha ouvido falar em documentação escrita por africanos no período colonial, porém como é sabido, algumas sociedades africanas integraram a escrita ao seu cotidiano. Ao tirar o livro da estante e começar a folheá-lo vi que se tratava, aparentemente, de cartas, sobre assuntos diversos, transcritas pelas autoras do livro Ana Paula Tavares e Catarina Madeira Santos. A partir de então a palavra Dembo inquietou meus pensamentos. Então, resolvi buscar informações e aproximar-me daquele universo, através da leitura das fontes transcritas pelas citadas autoras, da obra *Africae Monumenta* e de outras obras que também abordam a temática.¹

A documentação pertencente aos arquivos de Estado dos Dembos foi transcrita pelas autoras o mais próximo possível do original que era um português escrito da forma como se falava, e que se fazia entender aos que liam, e propiciava o estabelecimento de uma comunicação entre as autoridades africanas e entre este e os portugueses. Além disso, deixava registrada e validava as decisões tomadas pelos Dembos e seus sobas². Entre estes 210 documentos transcritos na referida obra, encontramos correspondências oficiais e pessoais sobre assuntos diversos que datam de 1718 a 1926, porém optamos por um recorte temporal menor na pesquisa por motivos explanados adiante. Esta documentação esteve na banza³ de Caculo Cacahenda até 1934, período em que foi recolhido pelas missões

¹ TAVARES, Ana; SANTOS, Catarina (Ed.). *Africae Monumenta. A Apropriação da Escrita pelos Africanos, Arquivo Caculo Cacahenda*. Vol. I. Lisboa: Ministério da Ciência e do Ensino Superior e Instituto de Investigação Científica Tropical, 2002.

² O Soba é inferior hierarquicamente ao Dembo, e superior ao Quilamba. Os portugueses utilizavam o termo para designar o chefe da “tribo” africana. Ver: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). *Africae...*p. 439.

³ O termo Banza designa a povoação onde reside o governo de distrito ou concelho e/ou capital.

etnológicas nas colônias e enviado para Lisboa sobre o pretexto de salvar do esquecimento a cultura dos “povos primitivos”.

Mas afinal o que significa esta palavra dembo? Os dembos eram um tipo de estrutura política de pequena dimensão presente em Angola, principalmente entre os rios Dande e Bengo (Zenza), provavelmente desde o século XVII. Eram povos que possuíam uma organização política e reconheciam como líder os denominados dembos (título). Estes Dembos (territórios) possuem um nome como, por exemplo: Caculo Cacahenda, Cazuangongo, Quibaxi Quiamubemba, entre outros. O dembo (título) também carregava o nome do território para que se soubesse aonde a autoridade deste é reconhecida, exemplo: Dembo Caculo Cacahenda, Dembo Cazuangongo, Dembo Quibaxi Quiamubemba, entre outros mais. Vale lembrar que estes chefes dembos possuíam um nome próprio já que esta denominação Dembo se refere a um título que é passado para outro sucessor após sua morte ou invalidez para o “cargo”, para melhor ilustrar cito o exemplo do primeiro Dembo Caculo Cacahenda que aparece na documentação que temos em mão, ele se chamava Sebastião Francisco Xeque.

Não podemos precisar quantos dembos (estrutura política) existiam na região dos Dembos (território), pois alguns eram criados e outros extintos com o passar dos anos. Um dos Dembos mais importantes de Angola ficou conhecido como Caculo Cacahenda⁴ e o arquivo encontrado na banza deste Dembo será a fonte para esta tentativa de remontar um pedaço da história desta localidade. A pesquisa que visou desenvolver consiste na investigação de um “título” africano, conhecido como Dembo, e de uma região (dos dembos) existente em Angola até o início do século XX. A ênfase será no Dembo Caculo Cacahenda, uma região muito almejada pelos portugueses durante o período colonial, e um título (dembo) que teve uma longa duração.

A proposta central da pesquisa é analisar estes documentos resgatando através da leitura destes a história da região dos dembos, do título dembo e das relações afro-portuguesas neste contexto. Outras questões que tentaremos analisar são: a aplicação do contrato de vassalagem firmado entre as autoridades portuguesas e africanas; estudar a relação dos dembos com a escravidão; tentar

⁴Podem-se encontrar as seguintes grafias: Kakulo-Ka-Kaenda, Caculo Cáenda e Caculo Cahenda.

perceber em que medida o posicionamento geográfico das terras do Dembo Caculo Cacahenda lhe beneficiava financeiramente; perceber os significados e a importância dos presentes e/ou mimos, como aparece na documentação, que foram trocados entre os dembos e as autoridades portuguesas. Também discutiremos um pouco sobre história de Angola e das relações afro-portuguesas neste contexto.

Ainda que os estudos sobre a diáspora africana no Brasil tenham, de alguma forma, contemplado a África e os referenciais africanos, é inegável o distanciamento da academia brasileira, notadamente dos historiadores, dos debates teóricos e metodológicos que vêm, desde a década de 1950, constituindo o campo dos estudos africanos em diferentes países ocidentais e no próprio continente africano. Nesse sentido, de certa forma, essa pesquisa visa contribuir para o cenário acadêmico brasileiro e, particularmente para o campo da história, pois pretende trazer questões de grande relevância para os interessados em história da África.

A dissertação será dividida em três capítulos. O primeiro capítulo tem por objetivo trazer uma breve discussão sobre a escrita da história da África e o uso de fontes e metodologias e introduzir o leitor ao universo dos sobados africanos, para que se possa entender como era estruturada aquela sociedade antes da chegada dos portugueses e quais as alterações que se deram após a instalação destes em Luanda. Assim veremos como se deu a chegada e a instalação dos portugueses. Neste capítulo também situaremos a região dos Dembos na história de Angola e explicaremos mais a fundo o que era o dembo.

O segundo capítulo revelará um pouco do universo do Dembo Caculo Cacahenda, de 1780 a 1860, a partir da leitura das cartas pessoais e administrativas que formam o “arquivo de Estado” do Dembo Caculo Cacahenda e da leitura da bibliografia auxiliar disponível. Explicaremos como foi se dando a apropriação da escrita pelos africanos e analisaremos mais sistematicamente as cartas mais reveladoras da realidade vivida pelo Dembo Caculo Cacahenda e pela região dos dembos. Veremos a troca de presentes, mimos ou encomendinhas, o significado deste costume e de alguns produtos que aparecem com mais frequência. Também abordo neste capítulo alguns aspectos das relações afro-portuguesas e dos contratos de vassalagem estabelecidos em Angola, tema que ganhará uma análise mais criteriosa no próximo capítulo.

No terceiro capítulo meu objetivo central é a compreensão das diferentes circunstâncias, espaços e tempos em que se desenvolveram as relações entre as populações africanas e os Portugueses. Neste processo histórico dinâmico e multimodo privilegiam-se o papel dos africanos nas transformações operadas e o espaço angolano como cenário desse relacionamento. Neste capítulo também serão utilizadas algumas cartas. Em especial as que trazem informações sobre o contrato de vassalagem, através das quais podemos perceber com mais nitidez como se dava a relação entre os Dembos e os representantes da Coroa lusa. Finalizando o capítulo e também a dissertação conto brevemente, através da leitura dos relatos militares, como se deu a guerra travada pela Coroa portuguesa contra o Dembo Caculo Cahenda.

CAPÍTULO PRIMEIRO: breve estudo da história de Angola

Começo este capítulo falando brevemente dos problemas que o historiador enfrenta quando decide pesquisar a respeito da história da África e discorro sobre as fontes e a metodologia que utilizei na pesquisa. Em seguida passo a história da região do Congo e Angola antes da chegada dos portugueses. Resumidamente conto como Portugal foi conquistando a região hoje chamada Angola e finalizo o capítulo explicando melhor quem eram os dembos (líderes políticos) e localizando a região dos Dembos (território).

1.1 A escrita da história da África e o uso de fontes e metodologias

A África tem uma história que vai muito além da escravidão, da savana, dos leões e dos elefantes, tal como é divulgado vulgarmente. A história da África, este continente tão diverso, durante muito tempo foi camuflada e distorcida, e nos últimos anos pesquisadores das mais diversas áreas de estudo tentam desmitificar e, de certa forma, reescrever e/ou escrever a história da África⁵. Como bem destaca J. Ki-Zerbo, a África presenciou “*gerações de viajantes, de traficantes de escravos, de exploradores, de missionários, de pro cônsules, de sábios de todo tipo, que acabaram por fixar sua imagem no cenário da miséria, da barbárie, da irresponsabilidade e do caos*”⁶ e isso devido a vários motivos, dentre eles, a mentalidade medieval que ainda se fazia presente na cabeça destas pessoas. Diante desta mentalidade medieval e do pré-conceito estipulado sobre o novo e/ou o diferente essa imagem distorcida da África foi projetada e difundida ao longo do tempo.

⁵KI -ZERBO,Joseph. Introdução Geral. In: KI -ZERBO,Joseph (ed.). *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. Vol. I, Brasília: UNESCO, 2010. p.30

⁶KI -ZERBO,Joseph. Opus. Cit. p.30

Não se trata de querermos escrever agora uma “história revanche”, mas sim de mudar a perspectiva e redirecionar o olhar para imagens esquecidas ou perdidas. Faz-se necessário reconstruir o cenário verdadeiro, lançar um novo olhar para as fontes disponíveis e modificar discursos distorcidos⁷. Não significa que a história da África possa, por exemplo, como muito bem cita Muryatan, “*abolir a realidade histórica das relações da África com os outros continentes. Mas que tais conexões deveriam ser analisadas destacando os intercâmbios recíprocos e de influências multilaterais*”⁸. A pesquisa que começamos a apresentar aqui se baseia no resgate da visão de autenticidade e identidade dos africanos.

Na tentativa de justificar a presumida falta de uma história da África, se atrelava esta lacuna a dificuldade em se encontrar fontes relativas à história do continente, que teria em sua maior parte povos com tradição oral. No entanto, as fontes escritas existem, apesar de estarem espalhadas nos diversos países que colonizaram a África e estarem em vários idiomas. São fontes raras em sua maioria, mal distribuídas no tempo e no espaço, e sua interpretação implica dificuldades devido ao modo como estes africanos, que utilizaram à escrita, se apropriaram das palavras de uma língua diferente da que falavam antes da colonização e ao mau estado de conservação de alguns destes documentos⁹.

Alguns documentos escritos inéditos de caráter narrativo e arquivístico têm sido descobertos e permanecem ainda inexplorados em países europeus como Portugal, que ainda não teve os documentos administrativos relativos à África totalmente organizados no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) por falta de financiamento¹⁰. Um exemplo deste tipo de documentação são as cartas e requerimentos administrativos e pessoais relativos aos Dembos (região de Angola) que se encontram no Arquivo Histórico Ultramarino e até o ano de 2011 estavam “perdidos” no meio da documentação referente a Angola, apenas higienizados, mas ainda não

⁷KI -ZERBO,Joseph. Opus cit. p.33

⁸BARBOSA, Muryatan Santana. *A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO)*. São Paulo, 2012. Tese de doutoramento. p. 28

⁹KI -ZERBO,Joseph. . Opus cit. p.31

¹⁰KI -ZERBO,Joseph. Opus cit. p.33

organizados. Este mesmo tipo de documentação referente aos Dembos pode ser encontrado no Arquivo Histórico de Angola e no livro *Africae Monumenta*, do qual trataremos mais adiante. Somente em dezembro de 2011 a UNESCO se comprometeu a organizar e publicar esta documentação que agora é considerada, pela mesma, patrimônio documental da humanidade.

A documentação dos Dembos é um bom exemplo do que acabamos de mencionar acima (os documentos escritos relativos à história da África estão espalhados em diversos países e arquivos), pois além da documentação publicada no livro *Africae Monumenta* existem documentos que complementam estes em Angola e em Portugal que serão publicados futuramente pela UNESCO. São cerca de 1200 documentos, sobretudo correspondências trocadas entre as autoridades tradicionais africanas da região dos Dembos, no Norte de Angola, e as autoridades coloniais portuguesas em Angola. “*A documentação é constituída por originais, cópias, rascunhos e minutas, nomeadamente de ofícios e cartas privadas, bilhetes, testamentos, listas de produtos, recibos, ordens de pagamento, processos judiciais, requerimentos, autos de vassalagem, guias de marcha, orações e cartilhas*”¹¹.

Como lidar com estes documentos espalhados por diversos espaços físicos e com lacunas cronológicas? O modo como o pesquisador se propõe a lidar com estes documentos talvez seja o que, no momento, pode minimizar este problema e fazer a diferença, e, ao mesmo tempo, este é o atual problema relativo à escrita da história da África. Antes o problema dos trabalhos históricos relativos à história da África era o estabelecimento de fontes, hoje o grande problema é metodológico.

A metodologia que utilizaremos neste trabalho não se funda em esquemas pré-concebidos de análise das ideias e da história. Ela se baseia na fonte primária, que são as cartas do arquivo Caculo Cahenda publicadas na obra *Africae Monumenta*, e na análise dos dilemas e problemas que o próprio documento traz. A partir de uma incansável leitura e releitura destas cartas é que tentamos entendê-las e entender a história dos homens que nos deixaram esta rica documentação. Vale

¹¹ UNESCO. *Declaração universal dos arquivos*. Paris: Conferência da UNESCO, 2011. Disponível em: http://www2.iict.pt/archive/doc/Boletim-DGARQ-n_-19.pdf. Acessado em: 10/02/2012 p.11

destacar que isso não quer dizer que esta pesquisa não leve em consideração e não tenha conhecimento da bibliografia e dos problemas contemporâneos dos estudos, especialmente historiográficos, das relações humanas.

A ideia de partir de fontes primárias escritas para este período em Angola não é bem vista por todos. Isto porque quando vamos abordar um tema os historiadores já veem com uma série de perguntas que deveriam ser feitas e respondidas. Como relata Beatrix Heintze, quando fez este mesmo tipo de pesquisa, “*o historiador sente-se pressionado a apresentar resultados, tem sempre de fornecer uma análise convincente e de criar uma imagem aparentemente completa, por mais escassa que sejam suas fontes*”¹². Mas nosso objetivo desde o início desta pesquisa foi partir dos indícios apresentados pelas fontes que são as missivas que formão o arquivo Caculo Cahahenda, ou parte deste. Mesmo que no final da pesquisa aquilo que os historiadores esperavam ou achavam que eu deveria ter apresentado não apareça seguiremos os indícios que aparecerão nas missivas. Não sentimos que devemos tentar provar que estamos no nível dos colegas de mestrado que pesquisam história do Brasil colonial, por exemplo, e tentar responder aqui as perguntas que tem sido feitas a quem pesquisa a história do Brasil colonial. Afinal, estamos pesquisando a história de uma região de Angola (dos dembos) e de um título específico (Dembo Caculo Cahahenda).

O que pretendemos com este estudo é contribuir e participar deste momento de consolidação acadêmica e institucional da história da África no Brasil. Pois conhecer e estudar a história da África é importante para a consolidação de uma visão anti-racista entre as gerações que estão cursando os primeiros anos na escola hoje. Também é fundamental para um futuro enriquecimento da disciplina história da África que na maioria das instituições acadêmicas brasileiras, atualmente, são apenas conhecimentos introdutórios sobre a temática. Também queremos através da publicação deste estudo fornecer aos professores do ensino básico uma opção de material paradidático.

¹²HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII. Estudos sobre Fontes, Métodos e História*. Luanda: Kilombelombe, 2007.p.474

1.2 A região do Congo e Angola antes da chegada dos portugueses

Desde o final do século XIX a região da África Central, que compreende o Zaire e alguns países limítrofes: a República do Congo, o Gabão, o Rio Muni, a República Centro-Africana, Ruanda, Burundi e Angola, atraiu a atenção dos arqueólogos, mas as pesquisas sempre foram muito dispersas e falhas. De acordo com Noten “os primeiros pesquisadores que se interessaram pela África Central quiseram inicialmente reconhecer na região períodos semelhantes aos descritos na Europa”.¹³ Mas os conhecimentos passados por estes estudiosos são bastante fragmentários e baseiam-se unicamente nas coletas arqueológicas de superfície.

Os estudos arqueológicos sempre demonstraram um interesse pelo modo de vida do homem pré-histórico estudando os vestígios deixados no meio ambiente e buscando entender as relações que mantinha com o meio em que viviam. Mas a pré-história na África Central permaneceu durante muitos anos comum estudo de tipologia e de cronologia. É uma pré-história cheia de divisões de acordo com o solo e o clima, uma série de nomes que não convém aqui explicar.¹⁴ Nesses estudos que se preocuparam tanto com o solo e o clima pouco espaço foi realmente dedicado ao homem. E por isso temos esta dificuldade em abordar a história da África pré-histórica com um olhar direcionado para o homem¹⁵.

Os autores da História Geral da África dizem estar mais do que nunca “convencidos da impossibilidade de estabelecer grandes áreas culturais bem definidas” quando se estuda a história deste continente¹⁶. Segundo os mesmos ainda não podemos afirmar a presença do homem num momento determinado e se ele evoluiu localmente ou se veio de fora¹⁷.

¹³ NOTEN, F. Van. Pré-história da África Central. Parte II. In: KI-ZERBO, Joseph et al (ed.). *História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010. p.616

¹⁴ Para tomar conhecimento de todas estas divisões e da temática ver: KI-ZERBO, Joseph et al. *História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. 2ed. Brasília: UNESCO, 2010.

¹⁵ NOTEN, F. Van. Opus cit. p.617

¹⁶ NOTEN, F. Van. Opus cit. p.617-618

¹⁷ NOTEN, F. Van. Opus cit. p.617-618

Tudo leva a crer que o homem cedo se adaptou a meios bem definidos com clima, flora e fauna próprios. O homem primitivo caçador-coletor precisava explorar esses meios para sobreviver. Quanto à escolha do material existente, esta é que definia o procedimento da fabricação dos utensílios. Obviamente que o homem deve ter respondido de diversas maneiras às diferentes condições criadas pela diversidade dos meios ambientes da África Central. Dai vem a existência de áreas distintas que por vezes apresentam traços comuns e ao mesmo tempo, adaptações regionais e/ou locais que não se explicam simplesmente pela influência de condições ambientais diferentes¹⁸.

Arqueólogos africanos revelam que os pré-hominídeos e os homens pré-históricos africanos viveram em rebanhos, posteriormente em bandos, grupos e equipes organizadas de acordo com as tarefas técnicas concretas que eles precisavam realizar em grupo para sobreviverem e realizar estas tarefas, como a caça de animais de grande porte, de forma mais fácil. Era na pesca e na caça que se manifestava e unia a identidade de objetivos do grupo de modo decisivo. Estes homens pré-históricos não podiam abater animais dotados de uma força muito maior que a deles se não fosse através da organização de um grupo. Uniam-se para encurralar os animais, *“acossando - os em direção às falésias e ravinas, onde alguns de seus companheiros se tinham postado para liquidá-los”*¹⁹. Faziam buracos, próximo às fontes de água, onde a caça graúda chegava em grande quantidade na época da seca, armadilhas enormes, dentro das quais os animais despencavam. Contudo era necessário, em seguida, abater o animal e carregar os pedaços, tarefas que já demandavam um aumento da mão de obra e certa divisão do trabalho. Devido a crescente diversificação de atividades a divisão do trabalho adquire sua importância no período Neolítico²⁰.

No período Paleolítico a orientação profissional do jovem era ditada por três opções: coleta, caça ou pesca. Já no Neolítico a margem de escolha se amplia,

¹⁸ NOTEN, F. Van. Opus cit. p.618

¹⁹KI-ZERBO, Joseph. Opus cit. p.839

²⁰ KI-ZERBO, Joseph. Opus cit. p.839-840

porque as tarefas vão se tornando cada vez mais especializadas não só de acordo com a função: camponeses e pastores, sapateiros, artesãos em pedra, madeira, ou osso e, logo, ferreiros, mas também de acordo com o sexo: atividades distintas para mulheres e homens²¹. Na Idade da Pedra Recente, as sociedades de caçadores-coletores passam a usar instrumentos cada vez mais especializados. Nos contextos arqueológicos da Idade da Pedra Recente já se encontram machados polidos e cerâmicas²².

Deste modo o caminho da evolução humana, do qual mencionamos brevemente alguns sentidos e etapas, revela-nos o homem pré-histórico africano que foi afastando-se da natureza para entrar aos pouco na coletividade humana, inicialmente na forma de grupos, de comunidades primitivas, agregando-se e desagregando-se para compor-se e recompor de outras formas, com técnicas mais avançadas que incorporam a utilização de ferramentas e/ou armas de ferro. Para Joseph o *“que impressiona nessa ascensão é a permanência, através do movimento histórico, até pleno século XX, de comunidades originariamente nascidas na pré-história”*²³.

Sempre que buscamos informações a respeito da história de Angola antes da colonização lusa nos deparamos com “as expansões dos povos bantus”. Sobre esta problemática existem dois pontos fundamentais para a história da África: a difusão da metalurgia e a prodigiosa expansão das línguas bantu. Durante anos houve uma tendência em se relacionar estes dois pontos explicando-se um pelo outro, ou seja, a difusão da metalurgia é vista como consequência da expansão dos povos de língua bantu. A expansão destes povos, por sua vez, *teria sido facilitada pela posse de instrumentos de ferro, que tornou possível afrontar a floresta equatorial*²⁴.

²¹KI-ZERBO, Joseph. Opus cit. p.839-840

²² NOTEN, F. Van. A África central. Colaboração de D. Cohen e P. de Maret. In: MOKHTAR, Gamal et. Al. *História geral da África, II: África antiga*. 2.ed. rev. Brasília : UNESCO, 2010. P.693

²³ KI-ZERBO, Joseph. Opus cit. p.843

²⁴ NOTEN, F. Van. Opus cit. p.691

A teoria segundo a qual a língua bantu haveria se originado nos planaltos da Nigéria e da República dos Camarões foi formulada inicialmente pelos linguistas. Seguindo esta teoria, arqueólogos, historiadores e antropólogos tentaram encaixar suas descobertas a essa hipótese. Entretanto, as áreas cobertas por essas ciências não coincidem exatamente e a palavra “bantu”, que é um termo linguístico, começou a ser usada como um conceito etnológico dos povos bantu e suas sociedades. Seguindo o mesmo caminho foi usado para o conceito arqueológico da Idade do Ferro bantu²⁵.

A palavra “bantu” originalmente designava um grupo de línguas. Todavia aos poucos veio a adquirir uma conotação etnográfica e mesmo antropológica. Mas foi a classificação linguística que serviu de base para os pesquisadores de outras disciplinas usarem o termo. Os estudos de diferentes etnólogos demonstraram que, embora se possam distinguir algumas áreas culturais no mundo “bantu”, não é possível estabelecer um conjunto de características comuns aos “Bantu” que ao mesmo tempo os diferenciem de outros povos africanos²⁶.

Ainda faltam estudos para que posicionamentos mais precisos sejam dados. As sociedades da segunda Idade do Ferro não foram estudadas profundamente em todas as regiões de língua banta. Os arqueólogos se dedicaram a estudar mais as sociedades que vieram antes. Logo, para o período que precedeu aquele para o qual a tradição oral constitui uma fonte histórica válida; os séculos que se seguiram ao século XI da Era Crista representam uma lacuna em nosso conhecimento da história da África Central²⁷.

Segundo David P. o panorama geral da história da África Central durante o século VII ao XI da Era Crista é o seguinte: no início deste período as populações tidas como da primeira Idade do Ferro que eram falantes das línguas bantas, já ocupavam esse território, ainda que populações de caçadores-coletores, usando ferramentas de pedra, tenham se mantido em muitas regiões. As “comunidades” da

²⁵ NOTEN, F. Van. Opus cit. p.692

²⁶ NOTEN, F. Van. Opus cit. p.707-708.

²⁷ PHILLIPSON, David W. A África Central ao norte do Zambeze. In: *FASI*, Mohammed El (ed.). *História geral da África, III: África do século VII ao XI*. Brasília: UNESCO, 2010. P.769

primeira idade do ferro podem ser classificadas em duas correntes – oriental e ocidental – de origem distinta, porém aparentadas. Eram sociedades camponesas agrícolas, provavelmente, “*não tendo nenhum sistema notável de centralização do poder político*”²⁸.

As sociedades mais evoluídas conhecidas como da segunda Idade do Ferro provavelmente vieram da região do alto Lualaba, onde houve um aumento sensível da riqueza, da atividade comercial e da densidade populacional. Em meados do século XI, a partir desta grande região houve um processo de expansão demográfica que fez com que uma grande parte da África Central do leste alcançasse a civilização da segunda Idade do Ferro²⁹.

Passaremos agora para um panorama geral da história desta região da África central, com enfoque na região conhecida hoje como Angola, durante o período de 1100 a 1500. Como dito, tentar reconstruir o passado desta região não é tarefa simples. Mesmo se tratando de um período posterior as fontes disponíveis são poucas³⁰. Para tentar desvendar a história da África Central neste período (1100-1500) Jan Vansina recorre às escavações realizadas em Shaba e no baixo Zaire (Congo) e em outras regiões, mas que não tem um período cronológico bem definido. Também recorre a manuscritos de períodos posteriores como a obra de G. A. Cavazzi que tratam da região do Congo, recorre a dados etnográficos e arqueológicos. Ligando as informações fornecidas por estas distintas fontes ele constrói um panorama geral que tenta desvendar este período da história da África central³¹.

De acordo com Jan Vansina, antes de 1100 a agricultura era praticada por quase toda África Central com exceção do interior de Angola meridional. Eram cultivados cereais como o sorgo vermelho, inhames africanos, feijões e amendoim. A bananeira e a cana-de-açúcar eram cultivadas principalmente na floresta. Para

²⁸PHILLIPSON, David W. Opus cit. p.769

²⁹PHILLIPSON, David W. Opus cit. p.776-777

³⁰VANSINA, Jan. A África equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros Estados. In: NIANE, Djibril Tamsir, (ed.). *História geral da África, IV: África do século XII ao XVI*. 2.ed. Brasília : UNESCO, 2010

³¹VANSINA, Jan. Opus cit. p 623-625

complementar a alimentação estes povos se serviam da caça, pesca e coleta de lagartas e larvas. Alguns animais domésticos como galinhas, cabras e cães eram criados na região. Muito provavelmente havia uma tecnologia agrícola específica para a floresta e outra para a savana. Vale lembrar que a floresta era “*recortada por trechos de savana natural, ao longo da costa entre o rio Gabão e o curso superior do Zaire e dentro da curva deste último*”³².

Quanto às técnicas artesanais, estas já teriam assumido em 1100 as características que conservariam até mais ou menos 1900. A metalurgia do ferro a esta altura estava bem desenvolvida. Outras atividades exercidas eram “*a cerâmica, a fabricação de cestos, a tecelagem em rafia, a tanoaria e a extração de sal do mar, dos mangues, de plantas ou ainda de sal-gema*”³³. A existência da metalurgia foi comprovada por escavações. Essas técnicas acabaram gerando um comércio regional. Por volta do ano 1000 aparecem as primeiras indicações do uso de cruzetas de cobre como moeda. Até 1450-1500 essa prática foi se espalhando do rio Zambeze ao Lualaba. Em 1483, os portugueses acharam no Kongo uma moeda imaginária que recebia o nome de *nzimbu*. Aproximadamente em 1500, quadrados de rafia circulavam como moeda nas rotas comerciais da savana meridional fronteira ao Atlântico³⁴. As “moedas” ou representantes de valor monetários foram mudando com o tempo e as trocas comerciais foram ficando mais frequentes. É provável que, na floresta os caçadores autóctones já estivessem se acostumando a trocar animais caçados por eles por flechas de ferro, bananas e sal produzidos em outras regiões³⁵.

Após a expansão e difusão das técnicas artesanais e do comércio, e com o aumento demográfico, a sociedade começou a se organizar em linhagens patrilineares. Inicialmente os grupos de fala bantu agrupavam-se em aldeias bastante compactas. Para Vansina também é possível que tenha havido tendências matrilineares no interior de grupos na savana meridional. Outros autores como G. P. Murdock destacam que os “*povos da floresta a oeste do rio Lualaba estavam todos*

³²VANSINA, Jan. Opus cit. p.629

³³VANSINA, Jan. Opus cit. p.629

³⁴VANSINA, Jan. Opus cit. p.629

³⁵VANSINA, Jan. Opus cit. p.629

*organizados matrilinearmente, assim como os Luba de Shaba*³⁶. Possivelmente por volta do ano 1000 esta era a norma. Já no século XV os povos da floresta seguiam a sucessão patrilinear, com exceção dos Luba de Kasai e os Shaba que ainda eram matrilineares. Eles só mudaram seu modo de sucessão depois de 1500³⁷.

No sistema matrilinear bantu a autoridade dos homens sobre as mulheres era aceita o que acabou levando a uma fragmentação dos clãs. As linhagens matrilineares foram se enfraquecendo e a estrutura de aldeia ganhando força. Já que era preciso uma ordem na vida comunitária havia uma autoridade, baseada em princípios territoriais, para exercer tal função política. Deste modo começaram a surgir os chefes políticos nas aldeias dos povos de língua bantu³⁸.

Os povos de outras línguas (não bantu) que seguiam a sucessão matrilinear viviam espalhados pelo território da atual República Centro-Africana e viviam em agrupamentos menores. Não eram aldeias, eram povoados menores.

No entanto, os povos que residiam ao longo dos rios Ubangui e Chari se organizavam em uma estrutura patrilinear na floresta e residiam em conjuntos maiores de povoados. Nesses povoados as linhagens tinham um poder maior e havia chefes reconhecidos como tais. Além disso, Vansina destaca a existência “*de senhores da terra, reconhecidos como tais, em toda a parte meridional da savana, assim como na orla da floresta, tanto ao sul como ao norte*”³⁹. Estes senhores ou chefes também eram mediadores de espíritos e tinham uma relação singular com a terra. Nestas organizações dos povoados em uma espécie de conjunto de aldeias nascia à ideia de reino governado por estes senhores da terra⁴⁰.

O desenvolvimento que levou ao reconhecimento dos senhores da terra como chefes políticos está relacionado com o fortalecimento das linhagens. Outro fator que aumentava o poder do chefe de uma linhagem era o aumento nas rendas recolhidas. Aos poucos o patriarca foi se transformando em chefe territorial e

³⁶VANSINA, Jan. Opus cit. p.631

³⁷VANSINA, Jan. Opus cit. p.631

³⁸VANSINA, Jan. Opus cit. p.631

³⁹VANSINA, Jan. Opus cit. p.631

⁴⁰VANSINA, Jan. Opus cit. p.631

posteriormente em fundador de Estado, com a incorporação de outras linhagens ou com a imposição de sua autoridade através do uso de armas. A produção de um excedente na aldeia liberava o chefe da linhagem do trabalho manual. Depois o crescimento demográfico gerou mão de obra complementar e os chefes de família também foram liberados do trabalho manual e formaram um conselho, em torno do chefe e/ou patriarca⁴¹. Note como foi surgindo o Estado na África-central.

Logo, conclui-se que o Estado surgiu com o fortalecimento de um chefe de linhagem, que foi capaz de impor-se a outras linhagens. Podemos definir o Estado como um *“território que englobava algumas aldeias que reconhecessem a autoridade política de um chefe”*⁴². O chefe era rodeado de agentes ou funcionários que constituíam o conselho de Estado. O rei além de líder político, conservava ainda o seu atributo de chefe religioso, o que lhe dava um caráter “sagrado”, nos primeiros tempos.

Passada esta primeira fase, na qual os reis tinham também um caráter sagrado, foi necessário aumentar o numero de conselheiros, juízes e guardas do chefe, que passou a ser um rei, para suprir as necessidades do Estado. Este passava a organizar um modo de redistribuir os excedentes retirados dos produtores. Utilizando a generosidade esses reis, chefes ou conselheiros conseguiam mais “seguidores”, principalmente aqueles reis ou chefes que faziam uma farta distribuição de vinho ou cerveja. Um rito que ficou conhecido como “bebida do rei” se tornou posteriormente, em diversos Estados, um distintivo da supremacia real. Tudo isso foi gerando uma necessidade cada vez maior de um excedente econômico e por não haver aperfeiçoamento da tecnologia, e existir terra em abundância, a saída foi aumentar o numero de braços. Vansina explica que *“o trabalho era o único fator que poderia ser mudado; vem daí, provavelmente, o estatuto do escravo doméstico”*⁴³. Ainda de acordo com o autor, a força agrícola era composta basicamente de mulheres e o escravo serviu para aumentar a força de trabalho agrícola. O escravo era um servidor que produzia de acordo com as

⁴¹VANSINA, Jan. Opus cit. p.632

⁴²VANSINA, Jan. Opus cit. p.632

⁴³VANSINA, Jan. Opus cit. p.632

diretrizes de seu amo. Sendo que os primeiros escravos foram seguramente prisioneiros de guerra⁴⁴.

O numero de guerras deve ter aumentado a medida que aqueles “povoados” viravam Estados, pois para se expandirem eles precisavam não só de mais mão de obra, mas também de absorver outras patrinhagens. Merece destaque o fato de que nem todas patrinhagens se transformaram em Estado. Mesmo as condições sociais e ecológicas sendo favoráveis alguns povos mantiveram sua estrutura. Portanto, foram formados sistemas políticos distintos em uma mesma região⁴⁵. Além disso, existem diferenças entre os diversos tipos de reinos, pois eles nasceram de processos independentes de formação.

Voltando mais especificamente para a região hoje conhecida como Angola, especificamente na bacia do rio Lui as chefarias se desenvolveram antes de 1500, de acordo com J.C. Miller, e os habitantes eram governados pelos Pende. Pouco depois de 1500 havia no planalto ao sul de Libolo um Estado Kulemde que pode ter sido uma das primeiras formações estatais dos Ovimbundu. Eles se organizavam em uma associação de iniciação militar chamada kilombo (quilombo). Também havia outros ovimbundu que talvez conhecessem a instituição kilombo, que tem sua fundação atrelada aos Humbe (estado que se situava ao sul de Angola). Existe ainda a possibilidade do kilombo ter sido introduzido em Humbe pelos Imbangala. Porém a ultima data refere certamente aos ovimbundu⁴⁶.

Os povos de língua bantu do sul de Angola se dividiam em três ramos principais: os Nyaneka-Humbe, os Ambo e os Ovaherero. Os Nyaneka possuíam uma cultura similar aos Ovimbundu, pois não se organizavam em Estados importantes, com exceção dos Humbe. Os outros dois grupos praticavam a agricultura, porém a principal atividade econômica era a criação do gado de chifres longos. A organização política destes grupos no século XIX consistia em doze Estados onde três possuíam um considerável poderio militar. Nestes reinos os

⁴⁴VANSINA, Jan. Opus cit. p.632

⁴⁵VANSINA, Jan. Opus cit. p.632

⁴⁶VANSINA, Jan. Opus cit. p.646

cargos eram hereditários pela linha materna e os chefes reinavam em “capitais” fortificadas⁴⁷.

Durante o século XVI e XVII, as regiões do Congo e Angola passavam por mudanças no espaço e nas estruturas políticas que formariam os Estados. Nos séculos XV e XVI, o Congo era um Estado que exercia um poder sobre a região do planalto de Benguela aos de Bateke, e desde o mar até o rio Cuango. O Congo influenciava praticamente todas as entidades políticas da região, com exceção do reino tio⁴⁸. Portanto, o reino do Congo teve um papel importante na história da região. Era um reino que se organizava inicialmente do seguinte modo: dividido entre uma grande cidade, que era a capital Mbanza Kongo, e o campo. As chefias dembos dependiam parcialmente do Congo, em meados de 1520, assim como o Ndongo. O mapa abaixo mostra mais chefias e regiões onde o rei do Congo exercia sua influencia:

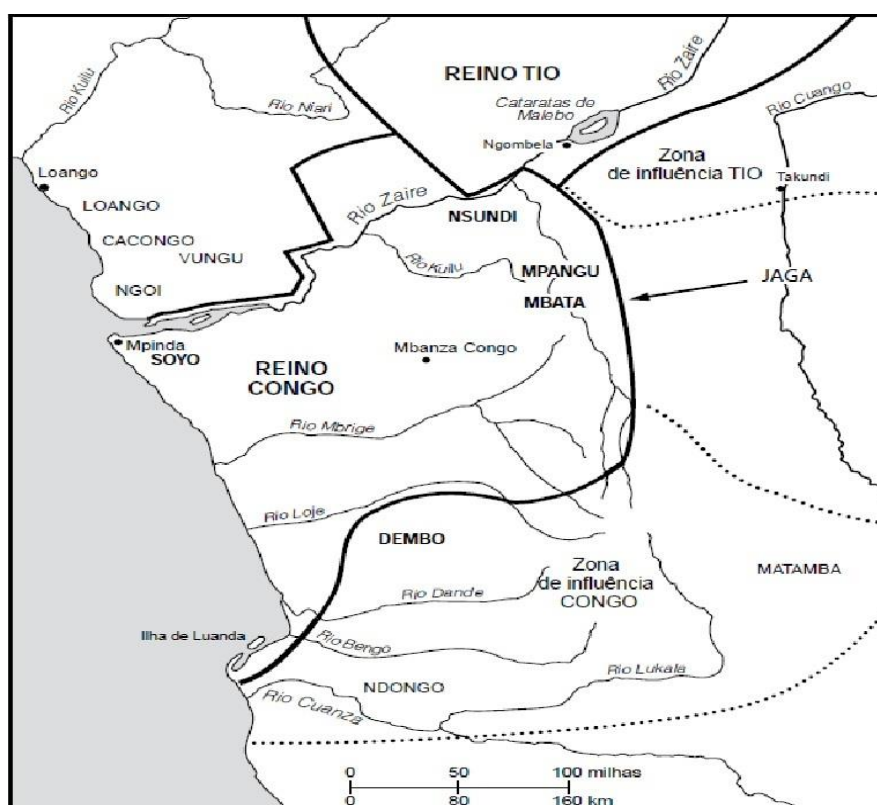


Figura 1 Mapa regiões de influencia do Congo. Retirado de: VANSINA, Jan. O Reino do Congo e seus vizinhos. Vol.V. 2.ed. Brasília : UNESCO, 2010 p.676

⁴⁷VANSINA, Jan. Opus cit. p.646

⁴⁸VANSINA, Jan. *O Reino do Congo e seus vizinhos*. Vol.V. 2.ed. Brasília: UNESCO, 2010 p.652

Os portugueses chegaram à África central no final do século XV e tiveram sucesso com o batismo do *manicongo* no ano de 1491. A presença portuguesa e sua intervenção no Congo foram fundamentais para a expansão dos territórios controlados pelos funcionários que agiam em nome da Coroa portuguesa. A área que era antes controlada pelo Congo vai passando aos poucos a ser controlada pelos portugueses, seus descendentes e representantes. O poder do soberano do Congo ia ficando gradativamente enfraquecido cedendo espaço para a ação dos portugueses. Em meio ao processo de expansão do reino Ngola os portugueses começaram a “tramar” a criação da colônia portuguesa de Angola.

1.3 A estruturação da colônia portuguesa de Angola

Devemos buscar compreender a “conquista” de Angola no contexto da expansão do império marítimo português, que desejava obter o monopólio da “*navegação e do comércio em todas as novas áreas conquistadas e impor a religião crista aos povos considerados pagãos, autorizado por diversas bulas papais*”⁴⁹.

Desde 1504 havia comerciantes brancos no reino do Ngola que foram para a região fugindo da instabilidade política do reino do Congo. Durante estes novos contatos circulou um boato na corte do Congo dizendo que o Ngola requisitava missionários para o seu reino, pois queria se converter ao cristianismo. D. Manuel, rei de Portugal, enviou uma expedição as terras do Ngola em 1520 para batizar o soberano e informar-se a respeito das riquezas daquelas terras. A missão não correu conforme o planejado, Baltasar de Castro foi aprisionado pelo Ngola e permaneceu como refém durante 6 anos. Quando liberto, em 1526, escreveu ao rei D. João contando como havia sido solto com a intervenção do *maniCongo* D. Afonso.⁵⁰

Aconselhado por comerciantes de São Tomé o Ngola enviou uma embaixada a Lisboa pedindo padres para converter seu reino. Em Portugal a missão foi recebida

⁴⁹ Citado por: FONSECA, Mariana Bracks. *NzingaMbandi e as guerras de resistência em Angola. Século XVII*. São Paulo: dissertação de mestrado, 2012 .p.54

⁵⁰ FONSECA, Mariana Bracks. Opus cit. p.54

por D. Catarina, que abrigou os embaixadores na casa de padres da companhia de Jesus. E ali mesmo já foi encomendada a missão para as terras do Ngola. Porém, o Ngola que havia enviado a embaixada faleceu e fazia-se necessário saber se o novo Ngola desejava se converter como seu antecessor. Anos depois o novo Ngola enviou resposta afirmativa e a Coroa portuguesa continuou articulando a missão com a companhia de Jesus⁵¹.

Em 1560 a missão partiu do Tejo e Paulo Dias de Novais, neto de Bartolomeu Dias, foi nomeado capitão de caravela ficando com a função de acompanhar os jesuítas. Chegando ao Ndongo portugueses residentes ali não aconselharam Paulo Dias a ter um encontro direto com o Ngola. Mas depois de um tempo Paulo Dias resolveu subir o rio Kwanza e conhecer pessoalmente o Ngola. Apesar de ter dado alguns jovens para o padre Francisco de Gouveia educar, o Ngola não aceitava um Deus que condenava a poligamia⁵². O Ngola revoltado manteve sob seus domínios Paulo Dias e o padre Francisco de Gouveia.

Dois fatores contribuíram para que o Ngola não aceitasse os jesuítas. O primeiro seria o *maniCongo* que com suas intrigas atrapalharam os jesuítas. Porém, devemos lembrar que os jesuítas foram expulsos do Congo por D. Diogo em 1553 e não eram mais bem vindos naquelas terras. A outra contribuição foi dada pelos portugueses residentes no Ndongo que temiam serem prejudicados em seu comércio com a região após a intervenção do governo luso⁵³.

Depois de cinco anos como cativo Paulo Dias foi liberado, segundo o Catálogo dos Governadores do Reino de Angola, para que fosse a Portugal buscar socorro militar para conter um vassalo rebelde, o Quiluanje Quiacongo. Alguns autores discordam do que consta no catálogo, pois acreditam que o Ngola era um rei poderoso o bastante para conseguir combater este vassalo rebelde. Mas o que nos importa aqui é que Paulo Dias já chegou a Portugal com promessas de retornar. Ele e a “causa angolana” foram recebidos com entusiasmo. Com o pretexto de libertar o padre Francisco de Gouveia, a companhia de Jesus dispõe-se a ajudar. Com a impossibilidade de converter aquele povo sem o uso da força foi preciso mudar a

⁵¹FONSECA, Mariana Bracks. Opus cit. p.55

⁵²FONSECA, Mariana Bracks. Opus cit. p.56

⁵³FONSECA, Mariana Bracks. Opus cit. p.56

tática de cooperação pela da conquista. O envio da primeira expedição militar foi defendido inclusive pelos Jesuítas⁵⁴.

A missão saiu de Portugal em 1574 com armada composta de tripulantes, eclesiásticos, servidores e soldados, num total de 700 homens. Ou seja, junto com a armada foi enviada uma nova missão jesuítica. Paulo Dias recebeu uma carta de doação, como as dadas aos donatários “brasileiros”, onde constava que a conquista de Angola deveria ser feita sem ajuda financeira ou de qualquer outra espécie de ajuda por parte da Coroa. Também era obrigação do donatário povoar as terras, sob pena de perde-la em quinze anos, e por quatrocentos homens de guerra no território e ainda construir três castelos de pedra e cal⁵⁵.

A primeira atitude política de Paulo Dias foi convocar os portugueses residentes no sertão angolano para saber informações sobre a terra e o rei e explicar quais eram suas intenções.

Ngola Ndambi morreu pouco antes de Paulo Dias de Novais desembarcar gerando uma crise constitucional no Ndongo. O novo rei eleito, Nzinga Ngola Kilombo Kia Kasenda (1575-1592) se dizia bisneto do fundador do Ndongo e ficou conhecido como um rei temido e cruel⁵⁶. Quando Nzinga Ngola soube da chegada de Paulo Dias ele enviou um embaixador (*mogunge*) para cumprimentá-lo. A embaixada foi acompanhada de mais de cem escravos e uma infinidade de gado que foram recebidos em homenagens pelo caminho. O governador enviou uma carta ao Ngola onde constava que D. Sebastião o mandara aquela terra para servir o seu soberano, defender os portugueses e desfazer os conflitos existentes. E aliviou o Ngola com a notícia de que tinha “*vindo não para lhe fazer e guerra, mas para ajudar nas suas*”⁵⁷. O governador Paulo Dias também aproveitou a oportunidade para sondar sobre as riquezas da terra e do reino e enviou ricos presentes ao Ngola.

⁵⁴FONSECA, Mariana Bracks. Opus cit. p.57

⁵⁵FONSECA, Mariana Bracks. Opus cit. p.58

⁵⁶CAVAZZI. Giovanni Antonio. Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola. 2 volumes. Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1965. Vol. I. p.132

⁵⁷FONSECA, Mariana Bracks. Opus cit. p.59

Paulo Dias conseguiu manter uma boa relação com o Ngola e circulava com tranquilidade naquelas terras. Porém os jesuítas não concordavam com essa ocupação branda e desejavam a sujeição pela violência. Para os jesuítas “*a conversão destes bárbaros não se alcançaria por amor*”, afirmava Francisco de Gouveia. Paulo Dias se justificava dizendo que sua política seguia as instruções de seu regimento, mas na verdade ele sabia do poderio bélico do Ndongo e optou por ficar só na exploração do subsolo e no comércio de escravos⁵⁸.

A aliança do Ngola com o governo português também foi vantajosa para o Ngola, já que esta aliança garantia a submissão dos inimigos e dos sobas rebeldes. Sendo assim, o Ngola usava os exércitos oficiais e comerciantes espalhados pelos sertões para garantir a ordem. A relação do Ngola com os comerciantes não era sempre pacífica. Uma intriga feita por Francisco Barbuda d’Aguiar em 1579 colocou fim as boas relações do governo português com o Ndongo. Francisco disse ao Ngola que os homens de Paulo Dias estavam no Ndongo e que pretendiam tomar pelas armas suas minas e tinha soldados de prontidão com muita pólvora e bala⁵⁹.

O Ngola aconselhado por seus makotas⁶⁰ fingiu uma guerra contra uma vila e requisitou auxílio dos portugueses. O auxílio foi dado e após a vitória sobre o falso adversário os soldados do Ngola massacraram de trinta a quarenta portugueses. Além disso, o Ngola roubou as fazendas dos massacrados e doze navios que estavam parados na baía de Luanda.

Paulo Dias preparou-se para o ataque ao Ngola com o apoio do Congo luso-africanos do Congo e nobres congolezes se juntaram ao exército português. Em fevereiro de 1580 chegou de Portugal ajuda sob o comando de Diogo Rodrigues dos Colos acompanhado de 200 homens. O governador aproveitou da impopularidade do Ngola e pediu o apoio dos sobas⁶¹ que estavam descontentes com o caráter

⁵⁸FONSECA, Mariana Bracks. Opus cit. p.60

⁵⁹ FONSECA, Mariana Bracks. Opus cit. p.61

⁶⁰Makota ou macota era uma espécie de conselheiro ou ministro do soba, dembo ou jagga. Era um indivíduo respeitado pela sua idade e sabedoria.

⁶¹ Soba é um senhor de terras que na hierarquia é inferior ao dembo, porém superior ao quilamba. Os portugueses usavam o termo com o significado de chefe da tribo.

violento do Ngola. Em maio de 1580 começou a campanha contra o Ndongo contando com 60.000 congolezes, 120 luso-africanos e vários sobas que desejavam se libertar do controle do Ngola.

Assim começou uma nova fase da conquista onde novas estratégias foram utilizadas. O controle do rei de Angola se devia a uma política de submissão pela força em que os sobas eram peças essenciais.

Quando a Coroa da conta de que em Angola não havia minas de prata como se esperava é que o tráfico de escravos, altamente rentável, surgia como atividade central da área, a Coroa lusa retoma a colônia⁶².

Assim inconformados os jesuítas e os conquistadores se amotina contra o governador de Angola, instituído pela Coroa, Francisco de Almeida (1592-93) que estava encarregado de aplicar as novas diretrizes estabelecidas pela Coroa. Excomungado pelos missionários e rebeldes o governador Francisco acaba sendo expulso de Angola dez meses após sua chegada. Seu irmão Jeronimo é quem assumiu o cargo de governador e suspendeu a ordem régia que levou ao motim⁶³.

Quando a informação do motim chega ao conhecimento de Felipe II, este decide expulsar os jesuítas do território angolano e da a guarda das missões a outra ordem religiosa. O cardeal arquiduque Alberto que era vice-rei e inquisidor geral da península ibérica dissuadiu Felipe II que imediatamente determino o retorno dos jesuítas. Embora continuassem a ocorrer encrencas entre governadores, capitães e jesuítas, as atitudes dos negociantes reinóis e da Coroa lusa acabam levando Angola para dentro das correntes atlânticas. Entre 1594 e 1640, o *Asiento* concede aos portugueses a exclusividade no fornecimento de africanos para a América espanhola⁶⁴. O crescimento do comércio marítimo torna a colonização de Angola interessante para a Coroa lusa que poda os colonos, mas encontra a resistência dos habitantes do interior de Angola.

⁶² ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no atlântico sul*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.p.14

⁶³ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Opus cit. p.14

⁶⁴ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Opus cit. p.14

Com problemas para estabelecer alianças com as lideranças locais de Angola, a Coroa portuguesa faz frequentes substituições de governadores. A tomada de posse de um novo governador acalmava por um tempo as tensões, mas não impedia que continuasse a piorar o relacionamento entre Congo e Portugal. De acordo com Alberto da Costa e Silva, o enclave de Luanda não se expandia territorialmente apenas à custa do *ngola*, mas também devido a grande zona de influência que tinha o rei do Congo. Restava aos portugueses tentar estabelecer relações com os pequenos estados dos dembos que eram tributários do manicongo e que traficavam com os Bamba e atravessavam o Matamba tendo livre passagem para as feiras de escravos⁶⁵.

Para melhor situarmos a localização geográfica destes pequenos estados, reproduzimos abaixo o mapa desenhado pelo padre capuchino Cavazzi que percorreu a região durante o século XVI.

⁶⁵ SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o limbambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. P.431

CONGO E ANGOLA

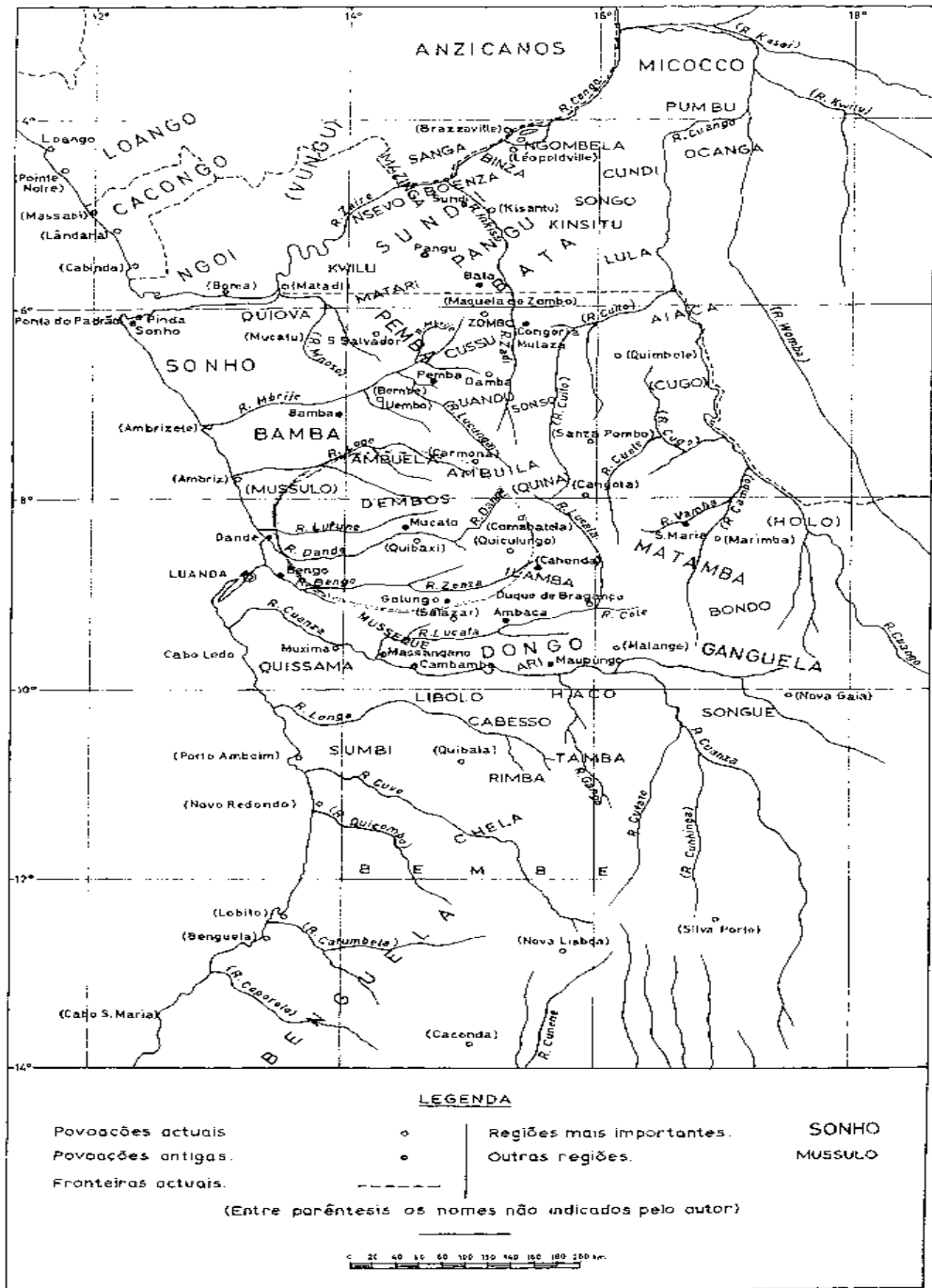


Figura 2 Mapa da região dos dembos desenhado por Cavazzi de Montecúccolo

1.4 Os dembos

Relembrando o que dissemos na introdução a este estudo, os dembos eram um tipo de estrutura política de pequena dimensão presente em Angola, principalmente entre os rios Dande e Bengo. Eram povos que possuíam uma organização política e reconheciam um soba que eles denominavam *dembos* (com d minúsculo). Estes Dembos (territórios) possuem um nome como, por exemplo: Caculo Cahahenda, Cazuangongo, Quibaxi Quiamubemba, entre outros. O dembo (título) também carregava o nome do território para que se soubesse aonde a autoridade deste é reconhecida, exemplo: Dembo Caculo Cahahenda, Dembo Cazuangongo, Dembo Quibaxi Quiamubemba, entre outros mais. Vale lembrar que estes dembos possuíam um nome próprio já que esta denominação dembo se refere a um título que é passado para outro sucessor após sua morte ou invalidade para o “cargo”. Para melhor ilustrar cito o exemplo do primeiro Dembo Caculo Cahahenda que aparece na documentação que temos em mão, ele se chamava Sebastião Francisco Xeque.

No relatório de 1907 do militar João d’Almeida ele situa geograficamente a região dos Dembos e Mahungos da seguinte maneira: *“a sul pelo rio Zenza (Bengo), é constituída pelas bacias superiores dos rios Dande, Lifune e Loge, e esta compreendida entre os concelhos de Icolo e Bengo, Zenza do Golungo, Golungo Alto e Ambaca a sul, alto Dande e Ambriz a oeste, Duque de Bragança a leste e Encoge a norte”*⁶⁶.

Não sabemos ao certo quantos dembos havia na região dos Dembos em Angola. Era um numero que oscilava com o passar dos anos, já que alguns eram extintos e outros eram fundados seguindo os conflitos que surgiam. Esta era uma região que vivia em conflito. Um dos Dembos mais conhecidos, avassalado pela coroa portuguesa em 1615 e que se dizia descender do Rei do Congo e da Rainha Ginga e se intitulava o maior de todos os dembos é o referido Caculo Cahahenda. David Magno relata que em 1793 o comandante do exercito no Norte *“recomenda-o ao Rei de Portugal (alias, então D. Maria II), como um dos melhores vassalos de*

⁶⁶ALMEIDA, João de. *Operações militares nos Dembos em 1907*. Lisboa: Revista Militar, 1909. p.1

Angola”⁶⁷. O Dembo Caculo Cacahenda nós deixou um grande acervo documental composto pelas cartas publicadas na obra *Africae Monumenta* e também por outras cartas ainda não publicadas presentes no Arquivo Histórico Ultramarino.

Segundo Henrique Galvão na região dos Dembos as mulheres fiavam e teciam algodão, e os homens exerciam trabalhos agrícolas e se dedicavam a pesca⁶⁸. Os homens também exerciam a função de pedreiro, carpinteiro, ferreiro e etc. Alberto da Costa e Silva relata que os dembos, antes de se tornarem vassalos da coroa portuguesa, vendiam escravos adquiridos nas feiras aos holandeses⁶⁹. Obviamente que a venda de escravos continuou como uma fonte de renda após a aproximação com os portugueses. Outra fonte de renda do Dembo Caculo Cacahenda era a cobrança de taxas aos comerciantes que passavam pelas partes navegáveis dos rios que cortavam seu território.

A documentação pertencente aos arquivos de Estado do Dembo Caculo Cacahenda foi transcrita pelas autoras do livro *Africae Monumenta* o mais próximo possível do original, que era um português escrito da forma como se falava, que tinha influencia do kibundo, e que se fazia entender aos que liam, e propiciava o estabelecimento de uma frequente comunicação entre as autoridades africanas e entre este e os portugueses. E, além disso, deixava registradas as decisões tomadas pelos dembos e seus sobas⁷⁰. Entre estes 210 documentos transcritos encontramos correspondências oficiais e pessoais sobre assuntos diversos que datam de 1718 a 1926. Esta documentação esteve na banza⁷¹ de Caculo Cacahenda até 1934, período em que foi recolhido e enviado para Lisboa.⁷² Utilizamos nesta pesquisa as missivas que datam de 1780-1860 devido ao

⁶⁷ MAGNO, David. *Guerras Angolanas. A nossa ação nos Dembos*. Porto: Companhia Portuguesa Editora, 1934. p.9

⁶⁸ GALVÃO, Henrique. *Dembos*. Lisboa: Agencia Geral das Colônias, 1935.

⁶⁹ SILVA, Alberto da Costa e. *Opus cit.* p.442

⁷⁰ O Soba é inferior hierarquicamente ao Dembo, e superior ao Quilamba. Os portugueses utilizavam o termo para designar o chefe da “tribo” africana. Ver: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). *Opus cit.* p. 439.

⁷¹ O termo Banza designa o lugar onde reside o governo de distrito ou concelho e/ou capital.

⁷² SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). *Opus cit.* p. 23

grande numero de acontecimentos que um período maior abrangeria. E também porque não é nosso objetivo por hora aprofundar no período pós-1870 em que Portugal entra em conflito com a região dos Dembos. A guerra contra os Dembos tem uma densidade cronológica que estas missivas não conseguiriam abranger. Trataremos da guerra contra o Dembo Caculo Cahenda no final do terceiro capítulo, mas da forma mais simples possível, apenas para que o leitor entenda o fim deste título Dembo Caculo Cahenda.

Estes documentos foram recolhidos durante as missões etnológicas nos territórios africanos de 1930 que foram realizadas por Portugal, e outras potências coloniais europeias, que tinham a função de salvar do esquecimento documentos que resguardassem a cultura dos “povos primitivos”. Essas missões também teriam o intuito de ajudar na correção dos métodos empregados pelas autoridades coloniais durante o período de colonização destes povos. As missões foram financiadas por instituições culturais oficiais e particulares⁷³.

Maria Emília de Castro e Almeida em 1994, reorganizando os papéis de seu pai Antônio de Almeida no Centro de Antropobiologia, que fora dirigido por ele e agora estava sob a direção dela, encontrou alguns documentos que foram recolhidos por seu pai em uma missão, do Ministério das Colônias, no interior de Angola. Sem saber ao certo de que se tratava ligou para sua amiga Maria Emília Madeira Santos para que esta lhe ajudasse a identificar tal documentação. Logo percebeu que se tratava aparentemente de documentos escritos por africanos em meados do século XVIII e foi atrás de pistas que lhe ajudasse a identificar melhor aqueles documentos. E assim chegou ao texto de Antônio Almeida, publicado em 1938, “*Relações com os Dembos. Das cartas do Dembado de Kakulo Kahenda*” que acabou por lhe revelar que se tratava de cartas e/ou correspondências oficiais escritas por africanos e as respostas a estas cartas, escritas pelas autoridades lusas, que formavam o arquivo de Estado do Dembo Caculo Cahenda⁷⁴.

⁷³ SANTOS, Maria Emília Madeira. *Prefácio*. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.12

⁷⁴SANTOS, Maria Emília Madeira. Opus cit. p.12-14

Certamente não estamos diante do arquivo de estado do Dembo Caculo Cacahenda, mas de parte dele. Uma vez que o dembo entregou a documentação ainda em exercício pode ter feito suas escolhas ao entregar a documentação. Além disso, já temos notícias de outras cartas “pertencentes” ao arquivo do Dembo Caculo Cacahenda em Angola e no Arquivo Histórico Ultramarino em Portugal. Fato que não tira a importância destas cartas que nos revela a duração de um “título político” africano de longa duração e como a cultura escrita europeia influenciou a cultura oral dos dembos.

1.5 Bibliografias disponíveis sobre a temática

Os primeiros estudos sobre os Dembos, se é que podemos chamá-los assim, foram feitos pelos comandantes militares e governadores portugueses que escreveram seus relatos de atuação, suas memórias em livros. Estou me referindo às obras de: João de Almeida (militar), Eduardo Balsemão (secretário geral de Angola), Paiva Couceiro (governador), Henrique Galvão (militar), David Magno (militar) e Manuel de Resende (militar) ⁷⁵. Considero estas obras mais como uma fonte primária do que como um estudo de caso. Mesmo assim, merecem destaque os livros do comandante militar David Magno *A Sublevação dos Dembos de 1913* e *Guerras Angolanas: a nossa ação nos Dembos* onde o autor deixa claro o espírito destas obras (1934, p.5):

Logo que nos foi possível assentar um pouco o corpo e o espírito de outros trabalhos inerentes aos Dembos, imediatamente nos consagramos a sua história, a qual começamos a achar interessante, a ponto de hoje a considerarmos como uma das mais belas dos diferentes povos de Angola. É esta a origem da presente monografia, **a qual muito mais nos custou a traçar relativamente ao período da nossa ação pessoal** [grifos meus], que ali exercemos, bem como das suas conseqüências, do que acerca de todos os outros obreiros da região.

A obra de David Magno é fundamental para entendermos essa história dos Dembos, principalmente do Dembo Caculo Cacahenda, e de sua relação com os representantes lusos, mas não é um estudo histórico desta região e destas relações. Mas é um estudo influenciado pelo seu modo de ver aqueles africanos e pelo modo

⁷⁵ Todos se encontram referenciados no final da dissertação.

como os portugueses tratam a colonização. Esse mesmo estilo segue os outros relatos portugueses que mencionamos.

Antônio de Almeida, que foi quem recolheu o arquivo de Estado do Dembo Caculo Cahenda, fez um breve texto apresentando a documentação que foi reproduzido na introdução do livro *Africae Monumenta* e que elucida como a escrita começa a ser usada nos territórios africanos dominados por Portugal. Maria Emilia Madeira Santos nos conta a história desta documentação a partir do momento da recolha destes até a sua publicação por Ana Paula Tavares e Catarina Madeira Santos. As duas autoras escrevem alguns artigos sobre a documentação que estão publicando, mas muito mais voltado para a escrita e linguística do que para a história do Dembo Caculo Cahenda a partir destas cartas. As mesmas ressaltam em seu texto a necessidade de um estudo histórico do Dembo Caculo Cahenda e dos outros Dembos (títulos e territórios) ⁷⁶.

Catarina Madeira Santos escreveu um excelente artigo *Escrever o poder: Os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre as elites africanas Ndembu* abordando a documentação, no entanto, dando um enfoque principal a apropriação da escrita pelos africanos e a importância que esta escrita assumiu para estes povos⁷⁷.

Seis anos após a publicação do livro *Africae Monumenta* um novo estudo sobre os Dembos surgiu: *Revoltas e Campanhas nos Dembos (1872-1919)* ⁷⁸. Uma dissertação de mestrado elaborada por António José Machado Marracho que utilizou o livro como uma de suas fontes. Porém o enfoque são as estratégias de guerra utilizadas pelos portugueses nas campanhas contra os dembos que se iniciaram após a Conferência de Berlim (1884-85) e as fontes principais são os relatos militares que abordamos anteriormente.

Outros trabalhos sobre Angola nos séculos XVIII e XIX acabam por mencionar os Dembos, mas o enfoque destes trabalhos são outros grupos do interior de

⁷⁶ Todos estes textos são encontrados na obra: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). *Opus Cit.*

⁷⁷ SANTOS, Catarina Madeira. *ESCREVER O PODER: Os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre as elites africanas ndembu*. Revista de História 155. 2º semestre 2006, p.81-95.

⁷⁸ MARRACHO, António José Machado. *Revoltas e Campanhas nos Dembos (1872-1919). 47 Anos de Independência às Portas de Luanda*. Dissertação (mestrado). Lisboa: Universidade de Lisboa, 2008

Angola, ou Angola de um modo geral. O estudo que propomos aqui tem um caráter diferente dos que vimos até agora, pretende analisar as cartas transcritas no livro *Africae Monumenta* que abrange o período de 1780 a 1860 e incorporar todas as informações sobre os chefes dos Dembos e a região dos dembos oferecidas não só pelas cartas mais também pelos relatos citados no parágrafo acima e pela bibliografia sobre história de Angola consultada. Tudo isso para que possamos conhecer melhor a história desta região e deste título, Dembo Caculo Cacahenda, assim como a relação destes com os portugueses e com os povos fronteiriços aos seus territórios.

O objetivo geral desta pesquisa é conhecer um pouco melhor este título Dembo Caculo Cacahenda e buscar entender como este título se mantém durante tantos anos após a chegada dos portugueses. A história deste título esta ligada a história das relações afro-portuguesas nesta região de Angola e por isso também foi nosso objetivo estudá-las. Queria com esta pesquisa trazer, ao menos para o cenário acadêmico, estes documentos que são pouco conhecidos aqui no Brasil.

Através da análise destas correspondências pessoais e oficiais vamos contando ao leitor como se davam as relações entre as autoridades portuguesas e o referido dembo. Os assuntos tratados pelas missivas vão desde a troca de presentes a cobrança do cumprimento do trato de vassalagem, deixando transparecer os bens de circulação com maior prestígio nas diferentes épocas e os assuntos em pauta.

CAPÍTULO SEGUNDO: Uma análise do arquivo Caculo Cahenda

Nesse capítulo vamos discorrer sobre a apropriação da escrita pelos africanos e a incorporação desta no cotidiano do Dembo Caculo Cahenda. Veremos algumas cartas que serão analisadas uma a uma. Na análise carta por carta surgem temáticas como a figura do secretário, o comércio de marfim, o uso da geribita, a fuga de escravos, entre outras que serão trabalhadas. Ao longo desta análise falaremos sobre a importância que a escrita assume para os dembos (títulos), como o contrato de vassalagem era visto pelas autoridades lusas e pelas africanas e qual o significado da troca de presentes, mimos ou encomendinhas.

2.1 Origens do ensino da escrita em Angola

Na África Central, nomeadamente em Angola, a comunicação a distância era realizada pela mensagem memorizada e por interpretação de símbolos (branco-paz, vermelho-guerra) e pelo telégrafo angolano. O mondo lunda, como era conhecido o telégrafo angolano, que era ouvido a uma distância de 10 km a depender do vento e da altitude. Era um instrumento de percursão que exigia uma aprendizagem das técnicas, que geralmente era iniciada ainda na infância, tanto para transmitir como para retroverter o som emitido para a linguagem humana⁷⁹.

⁷⁹CARVALHO, Henrique Dias de. *Etnographia e história tradicional dos povos da Lunda*. Lisboa:1890.p.499

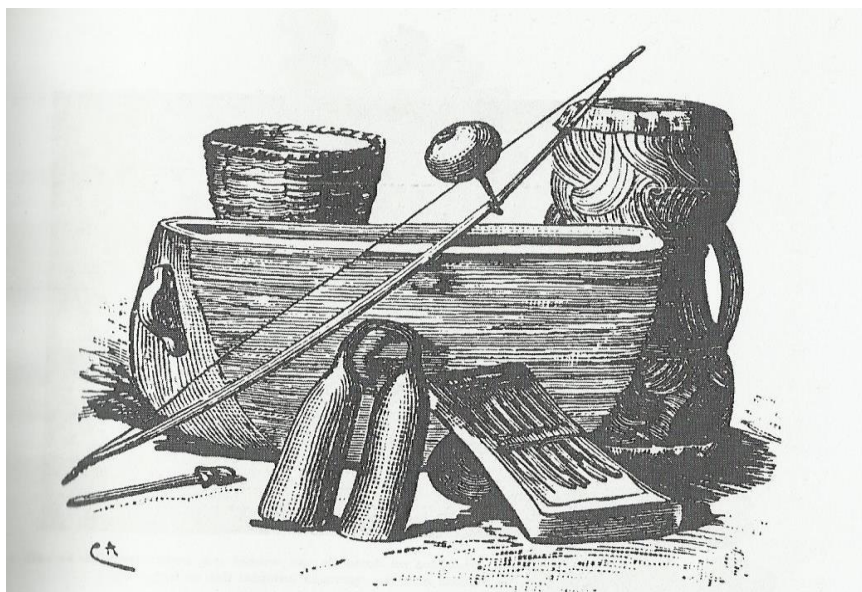


Figura 3 Mondo: instrumento que se ouve a distancia utilizado em Angola como uma espécie de telefone. Retirado de: SANTOS, Maria Emília madeira. Nos caminhos de África. p.532

A escrita começou a ser usada pela coroa portuguesa para contatos oficiais com os poderes africanos na região do Congo e Angola. Inicialmente o processo era complexo, pois o portador da missiva precisava conjugar-se com um interprete e ele mesmo ou um escrivão, que o acompanhava, escrevia a resposta do chefe africano “traduzida” e adaptada aos formulários europeus.

Com o passar dos anos os filhos da aristocracia, e outros ao acaso, tinham acesso ao ensino dos padres estabelecidos na cidade de S. Salvador. Havia também professores laicos africanos⁸⁰ de que o rei utilizava como secretario quando queria que a missiva fosse confidencial e não passasse pelos intermediários portugueses⁸¹. A escrita vai se tornando um elemento auxiliar da comunicação oral.

A propagação dos modelos próprios da comunicação escrita foi propiciada principalmente a partir da afirmação da soberania portuguesa em Luanda. Destacando-se duas vias de natureza politica que colaboraram para esta

⁸⁰SANTOS, Maria Emília Madeira. Opus cit. p.16

⁸¹ Descendentes de portugueses nascidos na África que sabiam usar o português e a língua local.

propagação sendo elas: a instalação dos presídios e o estabelecimento de laços políticos com os potentados africanos nos moldes das relações de vassalagem⁸².

Os presídios eram instalações de caráter militar, prisional e comercial e não tinham qualquer função de ensinar a escrever. Entretanto, como eram estabelecimentos da administração colonial lusa acabaram sendo responsáveis por uma situação de coexistência quotidiana entre instituições africanas e portuguesas, entre cultura da oralidade (africana) e cultura da escrita (lusa). Os presídios eram construídos de madeira e barro, diferentemente das fortalezas, para que fossem espaços mais “africanizados”.

Perto dos presídios havia sobas vassalos⁸³ usando de um estatuto juridicamente estabelecido com base no direito português. No tratado de vassalagem havia um ato oral e um escrito. De acordo com Catarina e Ana Paula o acordo

celebrava-se na presença de duas pessoas com poderes de soberania próprios ou delegados: o rei de Portugal, representado pelo seu governador em Angola, ou outra autoridade portuguesa com poderes competentes (caso dos capitães mores dos presídios) e o rei ou chefe africano. Este podia ser representado por uma embaixada no momento das negociações e fixação das condições do tratado, mas só ganhava força legal com a assinatura aposta pelo próprio rei e a execução por este dos atos simbólicos inerentes. Nesta cerimônia pública o documento escrito, previamente preparado, era lido em voz alta⁸⁴.

Note que a escrita começa a ser utilizada pela coroa portuguesa para os contatos oficiais e para oficializar uma cerimônia cheia de ritos e de oralidade. E os sobas avassalados têm no registro escrito a legitimação do seu poder pelas autoridades coloniais e utilizavam sempre que necessário este documento para provar o dito. Antes mesmo de saber escrever os africanos compreenderam o caráter vinculativo e fixo do que estava gravado no papel.

⁸².Fontes escritas africanas para a história de Angola. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.481

⁸³Também conhecidos como sobas feudatários. Eram chefes africanos que se tornavam vassalos do rei de Portugal através de um ato solene registrado em documento escrito. Mas como veremos neste capítulo nem sempre estes sobas seguiam o que estava no contrato de vassalagem. Eles tinham uma certa autonomia.

⁸⁴Fontes escritas africanas para a história de Angola. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.483

Os presídios, em alguns lugares associados a feiras, foram em sua maioria instalados durante o século XVII no interior de Luanda. Comparado à totalidade do território angolano o número de presídios era pequeno, porém a sua concentração na área dos rios Cuanza e Lucala indicia a existência de uma zona antiga e continuada de presença portuguesa privilegiada pela conjugação com as missões, que era outra forma de intervenção.

Como dito anteriormente, muitas vezes associados aos presídios estavam às feiras. Elas eram instaladas no cruzamento de caminhos tradicionais, lugar privilegiado para aproveitar o fluxo constante das redes comerciais africanas⁸⁵. As feiras podem ser consideradas as organizações que tinham mais capacidade para adentrar o interior. Eram os pontos mais avançados da presença luso-africana no interior angolano. Nas feiras a escrita começou a circular. Segundo Isabel Castro Henriques a feira, *mpumbu* (pumbu) na cultura africana, é uma instituição legítima africana, que existia antes da intervenção europeia, sobre a qual se estruturou o comércio de escravos.⁸⁶ As primeiras feiras ligadas aos portugueses são de 1621.

As feiras e mercados eram espaços dedicados ao comércio onde se podia cambiar tanto produtos de necessidade cotidiana, como os mantimentos, quanto produtos diversos como marfim e cobre e as ditas peças (como eram chamados os escravos). As feiras são genuinamente africanas e se espalhavam por todo o território do Ndongo antes da chegada dos portugueses. Existe uma diferença entre as feiras e o mercado. De acordo com Rosa da Cruz e Silva, o mercado era um espaço de comércio com características locais de pequena dimensão, onde eram comercializados os mantimentos para o cotidiano vindos provavelmente de pequenos povoados que ficavam próximos ao mercado. Já a feira era um ponto de encontro entre mercadores profissionais. Era um espaço com um número maior de mercadores e mercadorias que percorriam longas distâncias⁸⁷.

⁸⁵ SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.488

⁸⁶HENRIQUES, Izabel Castro. *Percursos da modernidade em Angola. Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: IICT, 1997.

⁸⁷ Apud: ESPINDOLA, Ariana Moreira. *As Kitandas de Ndongo: produtos, agentes e dinâmicas de uma lógica comercial genuinamente africana*. Lisboa. 2010. Artigo produzido para a disciplina história da África ministrada pelo prof. José Horta.

Como dito, as feiras eram espaços africanos, porém com o avanço da intervenção lusa elas se multiplicam interior afora e adquirem novos aspectos para atender as novas demandas. Os mercados, por exemplo, começam a comercializar escravos atendendo a maior demanda. Em meados de 1625, Fernão de Souza adota uma estratégia de proibir a guerra e incentivar a abertura de novas feiras. Essas feiras ficaram conhecidas como “feiras oficiais” porque eram administradas pelo governo português. Vale lembrar que essas medidas portuguesas dependiam do consentimento dos sobas africanos, pois era preciso que eles autorizassem a circulação de mercadorias e pessoas também. A partir deste período as feiras vão começar a privilegiar o comércio das peças (escravos)⁸⁸.

O comércio e as feiras acabaram se tornando vias de difusão da escrita já que as técnicas comerciais, a contabilidade, os instrumentos de pagamentos e a necessidade de escrever para realizar o comércio à distância acabam mostrando a necessidade do aprendizado da escrita. O comércio também foi veículo de circulação dos pesos e medidas portuguesas, simultaneamente, muitas vezes, com os pesos e medidas dos africanos.

Com as discussões sobre a abolição legal do tráfico transatlântico e a pressão da Inglaterra por volta de 1840 o comércio foi redirecionado para outros produtos, como o marfim e a cera, e as práticas comerciais começaram a mudar. A circulação de moedas e de mercadorias, que serviam como moedas de troca, diminuíram e o que passou a mover o comércio foi o crédito. Este era escrito em pedaços de papel ou fixado na memória. A ideia de comércio e contabilidade foi aos poucos se alterando⁸⁹. O comércio a longa distância, abrindo o interior a todos os agentes comerciais foi a melhor via de expansão da escrita.

Pouco se fala a respeito da manifestação da escrita e a sua relação com o desenvolvimento da história das distintas regiões africanas. O que a documentação que apresentaremos aqui mostra é que o uso da escrita para fins diplomáticos ou de

⁸⁸ ESPINDOLA, Ariana Moreira. Opus cit.

⁸⁹ Não podemos generalizar este modelo para todo o território conhecido hoje como Angola. Em algumas localidades havia células ou notas pagáveis ao portador. Também havia o chamado dinheiro da terra que mudava de uma região para outra. Exemplo no Kongo o dinheiro da terra eram os Nzimbus e em Ilamba era uma pedra chamada margarideta.

consolidação de poder se deu em algumas sociedades que não tinham uma cultura escrita. Podemos citar aqui, além dos dembos de Angola, o Reino do Congo. Independente de a sua utilização ser quase que exclusivamente para as relações políticas e comerciais, o uso da escrita no Reino do Congo, é um indicador de que as sociedades tidas como ágrafas, usaram a escrita e tiraram proveito das novas possibilidades de comunicação⁹⁰.

Veremos que no caso dos dembos, e provavelmente de outras regiões de Angola, a escrita assume importância como um meio disponibilizado que tinha por função e capacidade não só a comunicação oficial com as autoridades lusas, mas também era uma forma de salvaguardar informações úteis. O documento escrito também era importante em momentos em que se tinha a legitimidade de determinadas funções e situações sociais contestadas. Segundo Ana Tavares e Catarina Santos o que facilitou a apropriação de uma escrita importada foi a “ausência de uma tradição escrita de caráter endógeno”.⁹¹ Veremos que a transferência para o papel de relações que a oralidade tornou duradoura impôs uma lenta, mas gradual modificação das estruturas administrativas e tornou legítimo o posicionamento dos dembos (título).

Nossa tarefa a partir daqui é tentar desvendar o que os documentos, que formam o arquivo de estado do Dembo Caculo Cahahenda, querem nos dizer em um enorme esforço de interpretação analisando carta por carta. A uma conclusão já podemos chegar: estas fontes cobrem cinco séculos e foram conservados pelos dembos com objetivos semelhantes aqueles que nos faz guardar nossos arquivos de estado: para provar a legitimidade de uma eleição, o cumprimento de um dever ou para salvaguardar informações. Ali estão presentes assuntos do cotidiano que cabe a nós identificar e interpretar.

⁹⁰ A respeito de a temática ver: Luís Ferronha. *As cartas do Rei do Congo*; John Thorton. *The Kingdom of Kongo*. Informações sobre o uso da escrita também estão espalhadas entre diversos relatos de viajantes europeus que percorreram alguns países africanos, em especial relatos do século XIX.

⁹¹ Fontes escritas africanas para a história de Angola. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). *Opus cit.* p.499

2.2 Algumas cartas do arquivo Caculo Cahahenda

A maioria das cartas que apresentaremos aqui, e das que foram entregues pelo Dembo Caculo Cahahenda como sendo seu Arquivo de Estado, são as respostas de autoridades lusas às missivas escritas pelos africanos. As cartas enviadas pelo Dembo Caculo Cahahenda às autoridades lusas, muito provavelmente, estão no AHU. São as cartas que receberam o financiamento da UNESCO e ainda não estão disponíveis para consulta. Porém as cartas de resposta escrita pelas autoridades lusas, em sua maior parte, menciona o que estava escrito na carta a qual eles estão respondendo. E se estas cartas foram respondidas é porque elas muito provavelmente foram consideradas importantes para os representantes portugueses. A primeira carta do arquivo de acordo com nosso recorte temporal, já que não utilizo aqui todas as cartas devido à extensão temporal da documentação, que data de 1780, diz o seguinte⁹²:

Recebi a Vossa Carta de 16 do mez passado de Janeiro, do presente ano, e estimo muito ter Letras Vossas, e juntamente por ver e conhecer, que vos empregais no Real Serviço, como bom, e Leal Vassalo de Sua Majestade Fidelissima, o que espero assim continueiz concervando e governando os Vossos Povos, com sossego e paz, como sempre o fizeram os Vossos antepassados, não causando, nem consentindo perturbaçoinz, e dezassocegos, por que emquanto assim fizerdes, achareis sempre prompta a minha vontade, para vos favorecer, em tudo o que for a bem do Real Serviço. Agradeço-vos o moleção que me mandastes e pella relação junta acharás, o que vos mando, por via dos Vossos Embaixadores.
Deos vos g^{de}m^sann^sSão Paulo da Ass^{am} a 17 de Fev^{ro} de 1780
José Gonçalo da Camara
Para Dom Sebastião Francisco Dembo Caculo Cahahenda
Quiambleprim^{ro} [grifos meus]

Esta missiva foi trocada entre o governador de Angola José Gonçalo e o Dembo Caculo Cahahenda Dom Sebastião Francisco e traz alguns pontos interessantes e comuns ao resto da documentação. Note que destaquei quatro pontos nesta carta. O primeiro diz respeito a expressão: “*como sempre fizeram*

⁹² Doc. 8. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.63

vossos antepassados”. Esta expressão evidencia que as relações permeadas pela paz, “amizade”, solidariedade e retribuição, já estão presentes há alguns anos entre Dembo Caculo Cacahenda e a Coroa lusa.

A segunda expressão destacada “*agradeço-vos o moleção*” remete a escravatura. Moleção é uma designação que se dava, em certas regiões, ao criado, servo e ao escravo. Na documentação a palavra aparece no sentido de escravo que são muitas vezes forma de pagamento de dívidas, multas ou, como nesta carta, um meio de presentear. Marcel Mauss destaca em sua obra que em algumas sociedades ditas primitivas “*as trocas e os contratos fazem-se sob a forma de presentes, em teoria voluntários, na realidade obrigatoriamente dados e retribuídos.*”⁹³ Essa obrigatoriedade de retribuir os presentes fica bem clara nas cartas que analisamos como veremos a seguir.

Ainda no que diz respeito a relação com as autoridades portuguesas, os escravos são muitas vezes usados para fazer o pagamento do dízimo e aparecem com outras denominações como: quijico (quisico), morinda, mucama e peça da Índia)⁹⁴. No arquivo de estado do Dembo Caculo Cacahenda não aparece a palavra escravatura ou escravidão, entretanto a escravatura como pratica é recorrente e dela existem indícios na documentação que analisamos. Vale ressaltar que estes indícios correspondem ao sistema africano e não a escravatura concebida e mantida como um sistema pelos europeus.

O continente africano caracterizava-se pelo contraste entre o grande território e o pequeno contingente populacional. Todavia, a “*expansão de reinos, a migração de grupos, o trânsito de caravanas de mercadores, a disputa pelo acesso aos rios, o controle sobre estradas ou rotas podiam implicar em guerra e subjugação de um povo a outro*”⁹⁵o que ocasionava confrontos entre os povos. Nesses confrontos era comum que o vitorioso fizesse alguns escravos dentre os membros do grupo derrotado. Esses membros vencidos capturados eram usados na agricultura familiar,

⁹³MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Tradução: Antônio Filipe Marques. Lisboa: Edições 70, 2008. p.55

⁹⁴ Glossário. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.403

⁹⁵ALBUQUERQUE, WlamyraR. de; FILHO, Walter Fraga. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. p.14

a chamada escravidão doméstica. Como havia muita terra e pouca mão de obra estes escravos eram usados para aumentar a mão de obra. Os escravos eram poucos por unidades familiares e geralmente preferiam-se mulheres e crianças.

A incorporação destes escravos a família se dava do seguinte modo: “*os filhos de cativos, quando nascidos na casa do senhor, não podiam ser vendidos e seus descendentes iam, de geração em geração, perdendo a condição servil e sendo assimilados à linhagem*”⁹⁶. Deste modo o grupo aumentava e a linhagem se fortalecia.

Outras formas de se tornar escravo era o cativo como forma de punição para quem fosse condenado por roubo, assassinato, adultério e às vezes feitiçaria. Ainda existia a escravidão por dívida. As pessoas podiam ser penhoradas como garantia do pagamento de dívidas. Essas formas de escravidão foram comuns em lugares distintos da África. O rapto e o ataque a grupos se tornaram comum quando o tráfico de escravo se intensificou e adquiriu novas proporções⁹⁷.

No Kongo (ou Congo) a escravidão era do tipo doméstica. Mas, aos poucos, os cativos passaram a ser usados na conversão da moeda local para a portuguesa, sem o intermédio da nobreza e do rei. Ao longo do século XVII, mais e mais escravos foram envolvidos nas transações entre chefes políticos e mercadores africanos com os portugueses, que os aceitavam sem contestar⁹⁸.

Ao mesmo tempo, os portugueses intensificavam o comércio de escravos com Ndongo (Angola), vizinhos e vassallos do Kongo, sem a intermediação de D. Afonso. Mas logo os moradores da região perceberam as intenções dos portugueses de se fixarem naquela região. As investidas dos portugueses para o interior do continente era respondido com ataques de chefes políticos como a rainha Jinga (Nzinga)⁹⁹. Os portugueses perceberam que a conquista seria difícil e resolveram

⁹⁶ALBUQUERQUE, WlamyraR. de; FILHO, Walter Fraga. Opus cit. p.14

⁹⁷ALBUQUERQUE, WlamyraR. de; FILHO, Walter Fraga. Opus cit. p.14

⁹⁸ALBUQUERQUE, WlamyraR. de; FILHO, Walter Fraga. Opus cit. p.14

⁹⁹ A rainha Jinga lutou durante treze anos contra os portugueses em Angola. Em 1621 a rainha propôs uma aliança aos portugueses e aceitou ser batizada.

investir no comércio de escravos. Luanda rapidamente se tornou “*uma grande feira do comércio de gente*”¹⁰⁰.

Voltando a troca de presentes ou encomendas esta nos remete as práticas de vassalagem e ao cumprimento dos termos deste tratado. A prática da vassalagem requer o uso da escrita para que se pudessem resolver assuntos pertinentes a este contrato. De forma a garantir a “*harmonia dos poderes*” a fim de garantir uma paz diplomática¹⁰¹. A paz diplomática e a harmonia dos poderes eram guiadas pela amizade política, pagamento de dízimos e troca de embaixadas e embaixadores com presentes, mimos ou simples cartas que cumpram as formalidades que se esperava deste tipo de comunicação. Era revestido na forma de presente ou mimo oferecido generosamente um formalismo que no fundo remete a obrigação contratual, no caso o contrato de vassalagem, e a interesses econômicos¹⁰². Mas estes presentes também revelam muito da necessidade momentânea de quem recebe o presente, e quais itens tinham mais valores para os africanos e para os portugueses. Na verdade, os presentes são dados na certeza de que serão retribuídos. Luiz Felipe de Alencastro destaca em sua obra que “*muitas vezes as oferendas, para além do valor monetário, representavam o tributo político que os europeus prestavam aos soberanos nativos*”¹⁰³, só que o contrario também acontece. Não eram apenas os europeus que usavam as oferendas para pagar tributos. Algumas vezes o Dembo Caculo Cahenda envia escravos aos representantes lusos como uma forma de pagar seus tributos.

O terceiro ponto destacado foi a menção aos embaixadores, que são figuras importantes neste processo de troca de correspondência e que aparecerão com frequência nas cartas. Os embaixadores eram portadores de cartas, “*mensageiros*

¹⁰⁰ALBUQUERQUE, WlamyraR. de; FILHO, Walter Fraga. Opus cit. p.14

¹⁰¹ SANTOS, Catarina Madeira. *Escrever o poder: Os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre as elites africanas Ndembu*. Rev. hist., São Paulo, n. 155, dez. 2006. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092006000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 ago. 2011. p.90

¹⁰² MAUSS, Marcel. Opus cit. p.56

¹⁰³ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 74

especiais portadores de títulos importantes”¹⁰⁴ que ficavam responsáveis pelas relações com outros estados e com as autoridades portuguesas. Uma carta é um documento de estado e um instrumento da comunicação do governo que requer um portador politicamente bem visto. O modo como os portugueses tratavam os embaixadores, principalmente se mal tratados, era assunto para algumas cartas.

Usamos ao longo da dissertação o termo Estado de acordo com a definição de Vansina. Para o autor, “*o estado pode definir-se como um território que englobava algumas aldeias que reconhecessem a autoridade política de um chefe*”¹⁰⁵. Evitamos o uso do conceito de reino usado por alguns historiadores, principalmente os que abordam o Congo, por achar que o uso deste termo pode passar a impressão de que estamos querendo usar um conceito europeu para pensar sociedades africanas. Também poderíamos usar o conceito de “sítio de poder” criado por Maria Emília Madeira dos Santos para apontar a existência de unidades políticas africanas¹⁰⁶. A autora rejeita o uso do conceito de Estado definido por Vansina já que este também não é um termo de origem africana. Mas acreditamos que a definição de Vansina é aplicável ao nosso estudo uma vez que nas fontes o termo Estado aparece frequentemente (“*intencarão expulsar do Estado ao seu Dembo e levantarem outro*”) ¹⁰⁷.

Por último destaco o nome do dembo (título): Dom Sebastião Francisco Dembo Caculo Cacahenda. Os habitantes do Dembo Caculo Cacahenda (território) após a aproximação dos portugueses começaram a usar nomes portugueses. Principalmente nome de portugueses de destaque que eles admirassem ou tivessem conhecido. Henrique Galvão constata que após a ocupação do Dembo Caculo Cacahenda pelo militar João de Almeida apareceram ali muitos “Joãos de Almeida”

¹⁰⁴VANSINA, Jan. Opus cit. p.573.

¹⁰⁵ Apud: CARVALHO, Flavia Maria de. *Do fundamento ao avassalamento: ritos e cerimônias, alianças e conflitos entre portugueses e sobas do antigo Ndongo*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. p.39

¹⁰⁶SANTOS, Maria Emília Madeira. *Em busca dos sítios do poder na África Central Ocidental: Homens e caminhos, exércitos e estradas (1483-1915)*. In: Angola on the move. Transport routes, communication, and History: na Internacional Symposium, Berlin, 2003.

¹⁰⁷Este é apenas um de muitos trechos de cartas que poderíamos colocar aqui para comprovar o que estamos afirmando. Próxima carta trabalhada no texto. Doc. 9. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.64

¹⁰⁸. E de sobrenome usavam o nome da banza a que pertenciam. Usar o nome da banza a que pertenciam junto ao nome do título (dembo) era um costume que eles tinham antes mesmo do contato com os portugueses.

Uma figura importante para esta comunicação oficial eram os secretários. Estes eram geralmente africanos que aprenderam o uso da escrita com os capuchinos e se tornaram os responsáveis pela escrita oficial nos dembos. Eles foram fundamentais para a aprendizagem da escrita do poder e para reformulação do aparelho burocrático dos dembos (territórios). Catarina M. Santos atribui a figura do secretário uma “*posição hierárquica equivalente a das dignidades tradicionais a quem cabe os contornos de figura chave no desenvolvimento das relações diplomáticas com as autoridades portuguesas*” ¹⁰⁹. O cargo de secretário era um cargo que conferia poder, um poder que poderia ser adquirido independente de linhagem ou parentesco, tal era a importância desta função. Uma carta de 1784 relata uma confusão causada por um secretário¹¹⁰:

III^{mo} Ex^{mo} Snr

Dizem os Macôtas Conselheiros do Estado do Dembo Caculo Cacahenda D. Paulo Sebastião Francisco Cheque que servindo se em outro tempo de Lourenço Bezerra Pinto p^a Secretário p^{er} do seu Estado este p^r razão do d^o ministério sabia de vários particulares dele; e maucumunando-se com vários macotas principaez intentarão espulsar do Estado ao seu Dembo e levantarem outro, de tal forma que se hia formando quazi huma guerra civil entre os Macotas e Povos daquele Estado. Seguindo hum hum partido, e outros outro, e vendo o d^o Dembo este atentado recorreo a esta cidade pondo-o na prezença do III^{mo}Snr General, que então governava que informando-se da verd^e mandou prender ao do Lourenço Bezerra Pinto e alguns dos d^{os} traidores e os fez determinar p^a hum dos Postos do Brazil q passados tempoz eram perdoados e se recolherão p. as suas habitaçoenze como agora os Sup^{es} tem noticia q o d. Bezerra Confederado com seu sogro Franco Quiquêlo, Francisco Camama, Franco Cabálo, Miguel Samba a cabengo, Sebastião Bula Gúngua, Gonçalo Quigembo, Simão Gongga, Gonçalo Calúlo e outros pertendem maquinar semelhante atentado e para lhe acudir logo como remédio recorreu [grifos meus]

¹⁰⁸GALVÃO, Henrique. Opus cit. p.14

¹⁰⁹SANTOS, Catarina Madeira. Opus cit. p. 94

¹¹⁰ Doc. 9. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.64

O secretário em posse de informações privilegiadas tenta colocar os Macotas, que eram conselheiros, contra o dembo a fim de derrotar o Dembo Caculo Cacahenda e “erguer” ali um novo Dembo. O Dembo Caculo Cacahenda pede ajuda ao governo de Angola, que manda prender o secretário e o envia para o Brasil, controlando a situação. Mas com a notícia da volta do secretário para Angola o dembo teme um atentado e, antes que isso aconteça, pede ajuda as autoridades portuguesas. Devemos nos atentar ao fato de que o cargo de secretário deve ser dado a alguém que saiba escrever e que fosse de confiança já que todos os assuntos do Estado iriam passar pelas mãos dele.

Os Dembos não costumavam recorrer às autoridades portuguesas para resolver assuntos internos, já que eram independentes. Porém, quando lhes convinha eles pediam auxílio aos portugueses e até usavam das leis portuguesas para julgar alguns casos. Eles moviam-se entre os dois direitos “*mostrando um conhecimento dos dois que lhes permite fazer recurso a um ou a outro, consoante a natureza do caso em resolução*”¹¹¹. Os processos judiciais que fazem parte do arquivo de estado do Dembo Caculo Cacahenda estão organizados conforme o cânone luso e contém certidão, termo de audiência e alegação das partes, termo de conclusão e certidão de notificação de sentença. Apesar do assunto geralmente estar ligado às praticas locais como, por exemplo, a aplicação de multas como forma de reparação de crimes. Embora houvesse esta interferência nos sistemas jurídicos, os Dembos possuíam um Mestre Juramentador que resolvia assuntos protegidos pelo dembo e seus auxiliares.

O secretário ocupava uma posição hierarquicamente próxima das dignidades tradicionais, como o conselho dos macotas¹¹². E nos pareceu, após análise da documentação, que o posto ou vaga¹¹³ de secretário era uma forma de se adquirir

¹¹¹ SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.34

¹¹² Os macotas eram conselheiros do soba ou Dembo. Era um individuo geralmente mais velho e que tinha uma respeitabilidade. De acordo com o glossário da obra *Africae Monumenta*, mesmo não fazendo parte do conselho governativo eram os macotas, dada a autoridade de sua palavra, bastante considerados pelo agregado social. Eles eram solicitados para julgamento de litigio, quando este não exigia a intervenção do soba.

¹¹³ Aparecem as duas denominações na documentação dos Dembos.

poder, e privilégios também, que independia das estruturas de parentesco. Era um cargo de prestígio. De certa maneira, escrever o poder era exercer o poder, pois a escrita se confundia com o Estado. Em uma carta do arquivo de estado dos Dembos temos um comerciante se “oferecendo” para secretário do Dembo Cahuanga e fazendo suas exigências para ser contratado e para ser demitido também¹¹⁴:

“me falaram que o nosso Dembo senhor D. Thomaz Quizengue, precisa de um homem para servir de secretário do seu estado, para escrever, ler e responder todos os ofícios do seu estado, e eu respondi a eles...se este senhor quiser de mim e que me mande buscar por gente sua, e por sua conta, para me levarem na tipoiã, por não poder ir marchando a pé, e levarem também a minha rapariga...mande-me por isso, se gostar ter um secretario bom no seu estado, 34 carregadores por sua conta, para me levarem e levarem a minha companheira e tudo mais que é meu que pretendo levar...deve de nos mandar também matolotagem para comer no caminho, mandando tambem dizer que sendo eu secretario paga me por mez ? ou paga me por anno, e quando é que me paga...eu estou prompto para lhe servir pagando-me por mez ou por anno, dando-me todos os dias almoço e jantar, e casa grande para eu e minha rapariga morar, em cuja caza e aonde servirá de minha secretaria [grifos meus] para eu escrever todos negócios do seu estado e quando o Dembo não gostar para o futuro dos meus serviços como seu secretario, me fornecera carregadores para me virem trazer aqui.”

Veja como esta figura inova a estrutura política dos Dembos (organização política). Antes o Estado era formado pelos dembos e os macotas, após firmar relações com os portugueses e se apropriarem da escrita, eles incorporaram o secretário - que era quem escrevia o poder- a estrutura anterior. Os secretários incorporaram o papel das chancelarias portuguesas. Eles se preocupavam com a utilização do lacre e do papel timbrado, fornecido pelos portugueses, tentavam se assemelhar as práticas da burocracia colonial. Note no primeiro grifo que fizemos no documento o uso do termo Estado pelo remetente da carta.

Voltando ao episódio descrito na penúltima carta transcrita, que foi enviada pelo Dembo Caculo Cahahenda ao governador de Angola, vale destacar que ela traz um elemento da história do império luso bastante discutido recentemente, que é o fato destes territórios ultramarinos estarem muito mais interligados do que se

¹¹⁴ Doc.168.In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. pp.314-315

imaginava anteriormente. Como bem destaca Alencastro “a continuidade da historia colonial não se confunde com a continuidade do território da colônia”¹¹⁵. A história do Brasil e de Angola está interligada não só no que diz respeito ao fluxo de escravos vindos para o Brasil e ao número de produtos que iam do Brasil para Angola. Esta ligação apresenta outras facetas. Como vimos, em 1784 um secretário do Dembo Caculo Cacahenda é enviado para o Brasil pelas autoridades lusas em uma espécie de castigo, e temos notícias de que em períodos posteriores africanos que vinham para o Brasil, e aqui aprendiam a escrever, quando conseguiam retornar para Angola já chegaram a ocupar o cargo de secretário na região dos Dembos.

Um produto brasileiro muito apreciado pelos habitantes da região dos Dembos era a Geribita¹¹⁶, mencionada em muitas cartas, ela era muito utilizada pelos portugueses e pelos comerciantes para agradar as autoridades africanas. O processo de fervura do melado da cana para produzir o açúcar mascavo deixava melaços e outros resíduos que podiam ser destilados para obter aguardentes de cana de alto teor alcoólico, predecessores da famosa cachaça brasileira, conhecidas no comércio africano como geribitas. Elas foram usadas em Angola para ultrapassar as aguardentes portuguesas e os vinhos metropolitanos e da madeira menos fortes. Vejamos uma das cartas onde a geribita é mencionada¹¹⁷:

Recebo a vossa carta e sinto que experimenteis falta de saúde, me sigurais, queira Deos dar vola boa para lhe fazeres muitos serviços e a sua Magestade.

Vai ordem para que vos não obriguem a dar carregadores salvo aqueles que eu mandar a deligencias do seruiso do dito Senhor, e se vós voluntariamente os dar aos viandantes pagando elles o que hé de estillo conforme o trabalho que tiverem, ca aparecer Francisco Gonçalves que vos obrigou a dar hua pessa de Jndia e ele destes moleque por haverem quebrado os carregadores o quito de geribita, eu volo farey restituir p [papel rasgado] nam he justo pagueis o que por acazo e não por malisia sucedeu.

¹¹⁵ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Opus cit. p.21

¹¹⁶. Ver: MILLER, Joseph. *O trafico português de escravo no atlântico sul no século dezoito: uma instituição marginal nas margens do sistema atlântico*. In: Fontes & estudos. Numero 3. Luanda: AHNA, 1996. pp.147-188.

¹¹⁷Doc. 10. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.66

Nam emporta que nam pudesse descobrir as duas pontas de marfim que não deixaria de ser dificultoso porque rara vez sucede havelas igoais assim na cor como no tamanho: as unhas de gran besta me dizem as há por essas partes se vos não derdes como do [papel rasgado] remeteréis havendo ocasião que mandarej satisfazer.

Ofereso vos esse quito de geribita que como o tempo está fresco servirá pa [papel rasgado] eles vos aqueutar, aos portadores mandej convidar com cobres para o caminho, eles entrega[papel rasgado] a encomendinha que vos agradeo.

Deos vos Gde muitos anos

Sam Paulo da Assumpção 12 de Julho de 1786

Rodrigo Cesar de Menezes

A Dom Sebastiam Francisco Cheque Dembo Caculo Cahenda

A cachaça foi a mais importante bebida alcoólica importada pela costa ocidental da África, sendo largamente utilizada por comerciantes brasileiros para conseguir escravos, após o século XVII a geribita supera o vinho. Esta transição se explica por uma série de vantagens que a cachaça teria em relação ao vinho como, por exemplo, o preço da produção que era mais baixo. Também o custo do transporte era mais barato, em virtude do menor tempo de navegação entre o Brasil e Luanda, e a cachaça era volumosa como lastro¹¹⁸ para navios em viagem. Além disso, a geribita oferecia aos fornecedores de escravos africanos a possibilidade de adquirirem proporcionalmente maiores quantidades de bebida. O vinho era mais caro, tinha um teor alcoólico menor e era mais propenso a estragar. Por ser bem alcoolizada e destilada a cachaça resistia ao tempo de viagem¹¹⁹.

Não devemos nós esquecer que também existia o lado africano do comércio de escravos. Curto salienta “*a participação fundamental de uma vasta gama de lideranças políticas e religiosas africanas que estimulavam e eram elementos ativos das operações comerciais negreiras*”¹²⁰. Ao que nos parece os Dembos eram

¹¹⁸O lastro consiste em qualquer material usado para aumentar o peso e/ou manter a estabilidade de um objeto. Os navios carregaram lastro sólido, como pedras ou areias por séculos. Nos tempos modernos, as embarcações passaram a usar a água como lastro, o que facilitava bastante a tarefa de carregar e descarregar um navio, além de ser mais econômico.

¹¹⁹CURTO, José C. Álcool e escravos. Lisboa: Editora Vulgata, 2002. p. 402. Citado por: SIMAS, Luiz Antonio. *Resenha*. Estud. afro-asiát., Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, 2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2003000300009&lng=en&nrm=iso>.access on 06 Aug. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-546X2003000300009>.

¹²⁰CURTO, José C. Opus cit. p.608

envolvidos nas operações comerciais negreiras. Ainda de acordo com Curto, o envolvimento de autoridades coloniais nas transações envolvendo o álcool e os cativos também foi marcante, sendo simbólico o caso do governador de Angola, João da Silva e Souza, que após deixar o governo foi para Pernambuco e começou a exportar significativas quantidades de cachaça para Luanda¹²¹.

Não tomamos conhecimento de nem um estudo que tenha feito um cálculo aproximado dos lucros obtidos pelos africanos envolvidos no processo de compra e venda de escravos com geribita. Os dados quantitativos permitem concluir que os lucros alcançados pelos europeus e brasileiros podiam chegar a 500% do capital investido, segundo Simas¹²². A respeito dos locais e dos Dembos, que é nosso objeto de estudo, não temos como afirmar nada, ficando uma lacuna como desafio para os que tentarem analisar as repercussões africanas do negócio.

A carta descrita anteriormente traz elementos deste universo do comércio de homens e da utilização da geribita. Na carta o “preço” cobrado pelo estrago causado pelos carregadores ao quito de geribita¹²³ foi uma peça da índia (escravo de boa qualidade). Ou seja, o quito de geribita valia um escravo de boa qualidade na região dos Dembos de Angola. Nota-se também no final da carta o envio por parte do governador de Angola de um quito de geribita para o Dembo Caculo Cahahenda com a finalidade de agradecer a “encomendinha”. Não sabemos o que era a encomendinha que o Dembo Caculo Cahahenda mandou, mas em outras cartas temos governadores agradecendo pelo Moleção enviado, por exemplo. A nosso ver, por traz destes mimos esta o conceito de *dadiva* trabalhado pelo autor Marcel Mauss que explica que mesmo em situações onde o poder e a força são desiguais o dominador, no caso os portugueses, pode convencer o dominado das vantagens de

¹²¹CURTO, José C. Opus cit. p.608

¹²²SIMAS, Luiz Antônio. *Resenha*. Estud. afro-asiát. Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, 2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2003000300009&lng=en&nrm=iso>.access on 06 Aug. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-546X2003000300009>.

¹²³Barril equivalente a quinta parte de uma pipa de aguardente e/ou cachaça brasileira. Se uma pipa tinha em média uma capacidade de 500 litros o quito de Geribita equivale aproximadamente a 100 litros de aguardente

se submeter as suas determinações.¹²⁴ Os portugueses ofereciam a proteção ao Dembo Caculo Cahenda, como consta no contrato de vassalagem, que seria uma dádiva que os portugueses estão oferecendo a estes chefes africanos. E em troca estes lhes são gratos não só sendo obedientes, mas também enviando presentes¹²⁵.

Os portadores da carta, ou embaixadores, foram agraciados com cobres. Este metal integrava um conjunto de bens essenciais na vida econômica destas populações como o sal e o ferro, base de um comércio africano de longa distância, desenvolvido muito antes do advento da presença portuguesa em Angola¹²⁶.

Outra temática recorrente nas missivas, assim como nesta apresentada acima, era o problema dos carregadores. O serviço de carregador era mal visto pela maioria da população “*devido à notoriedade dos maus tratos infligidos pelos comerciantes ao forçarem os carregadores*”¹²⁷ em troca de pouco ou nenhum pagamento. Mas os carregadores não eram utilizados somente pelos comerciantes, eles também eram utilizados nas comitivas dos chefes em seus deslocamentos. Eram eles quem faziam o transporte das mais variadas cargas, incluindo o transporte de pessoas. Basta relembrar a carta que vimos anteriormente onde o secretário pede para o Dembo “*me mande buscar por gente sua, e por sua conta, para me levarem na tipoia, por não poder ir marchando a pé, e levarem também a minha rapariga...mande-me por isso ... 34 carregadores por sua conta*”¹²⁸.

¹²⁴MAUSS, Marcel. Opus cit.

¹²⁵ O conceito da dádiva de Marcel Mauss trabalha a ideia de que mesmo em situações onde o poder e a força são desiguais o poder que detêm mais força utiliza de argumentos para convencer o teoricamente mais fraco para se submeter as suas vontades. Esse tipo de argumento é utilizado para convencer os Dembos a se tornarem vassalos da Coroa portuguesa. A pesquisadora Flávia Carvalho também utiliza os conceitos de Mauss para entender o relacionamento entre portugueses e africanos, porém em um período anterior ao que abordamos. Ver: CARVALHO, Flavia Maria de. *Os homens do rei em Angola: sobas, governadores e capitães mores, séculos XVII e XVIII*. Niterói: tese de doutoramento, 2013. p.210

¹²⁶SOUZA, Ana Madalena Rosa Barros Trigo de. *D. Francisco de Sousa Coutinho em Angola: Reinterpretação de um Governo 1764-1772*. Lisboa: dissertação de mestrado. Disponível em: <http://www.madeira-edu.pt/LinkClick.aspx?fileticket=2ZDKOE24EpI%3D&tabid=1351&language=pt-PT> Acesso em: 30/08/2013

¹²⁷DIAS, Jill. *Mudanças nos padrões de poder no “hinterland” de Luanda: o impacto da colonização sobre os Mbundu (c. 1845-1920)*. Lisboa: Penélope Estudos, 1994. p.43-91.

¹²⁸Doc.168.In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.314-315

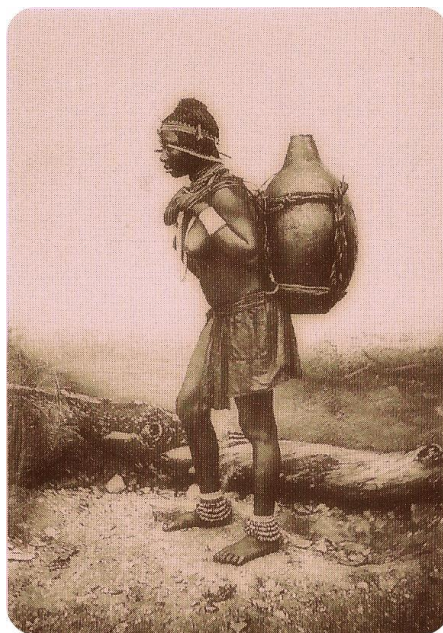


Figura 4 Carregadores

Segundo Santos e Tavares “o fornecimento de carregadores as autoridades portuguesas é uma das obrigações dos sobas e dembos que consta dos tratados de vassalagem”¹²⁹. Porém, o Dembo Caculo Cahahenda e os demais dembos lucravam com o fornecimento de carregadores aos comerciantes. Com isso descumpriam o que tinham firmado no contrato de vassalagem, não fornecendo os carregadores solicitados pelas autoridades portuguesas. O governador de Angola toma conhecimento disso, como acontece nesta carta, onde Francisco Gonçalves acaba por contar ao Governador o ocorrido com os carregadores que deixaram quebrar o quito de Geribita. E o governador não gosta da notícia porque o Dembo Caculo Cahahenda tinha uma arrecadação monetária e não pagava os tributos que deveria pagar ao rei de Portugal, do qual era vassalo. Além disso, os carregadores solicitados pelas autoridades lusas para o comércio com os europeus e com os habitantes do interior de Angola nunca satisfaziam a demanda. Fato que gerava desconfiança e insatisfação.

¹²⁹SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p. 386

Outro aspecto interessante desta carta é o pedido do governador de duas pontas de marfim. O marfim era trocado por armas de fogo, tecidos e outros bens importados, também era requisitado para o comércio de exportação e era uma moeda de troca em muitos lugares da África¹³⁰. De acordo com Elias Alexandre o marfim “é o precioso gênero de um contrato privativo á fazenda real”¹³¹. Esta carta é de 1787, época em que havia o monopólio régio do comércio do marfim. O monopólio régio do marfim foi abolido em 1834. Em seguida, 1836, decretou-se a proibição do tráfico de escravos. O tráfico clandestino de escravos continuou até meados de 1850 e depois de 1845 o marfim passou a ser o produto mais importante do comércio legal de exportação de Angola¹³².

O marfim era o produto que obrigava as caravanas comerciais a atingirem os pontos mais distantes. A aquisição de marfim em grande quantidade, para atender a demanda do litoral, exigia um comércio eficiente de longa distância. Com o aumento das caravanas o preço do marfim aumentava e a quantidade de produto diminuía devido à fuga dos elefantes perseguidos para regiões ainda mais distantes¹³³. Com essa penetração no interior atrás de marfim este produto acabou por levar o comércio sertanejo a abrir caminhos por onde indiretamente também acabaram passando outros produtos africanos.

Em meados de 1830, para algumas regiões de Angola, o comércio de longa distância, que era executado nesta época pelos sertanejos brancos, mestiços ou negros, necessitava de técnicas especiais como o recurso aos pombeiros¹³⁴, que por sua vez contratavam carregadores. Quando havia duas ou três caravanas, concomitantes com a principal, que era liderada pelos macotas¹³⁵, estas caravanas

¹³⁰DIAS, Jill. Opus cit. p.54

¹³¹CORREA, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*. Lisboa: 1937. Vol. I. p.127

¹³²SANTOS, Maria Emília Madeira. *Nos caminhos da África: serventia e posse*. Angola- século XIX. Lisboa: 1998.p.11

¹³³SANTOS, Maria Emília Madeira. Opus cit. p.12

¹³⁴ Pombeiros são pretos descalços, agente dos aviados para a venda a retalho, na qual se mostram hábeis e sempre dão boas contas do pacotinho que lhes incumbem.

¹³⁵ Os macotas eram conselheiros de sobas. Homens mais velhos bastantes respeitados e considerados pelo agregado social em que viviam.

precisavam pagar tributos para passarem em alguns territórios. O que exigia um controle de contas. Há esta altura o sertanejo já não era um simples homem posto a caminho ou preparado para viagem por outra pessoa qualquer. O comércio era calculado: “*debitava as manufaturas e miudezas (tecidos, armas de fogo...) ou ainda conchas-moedas e creditava o marfim a cera e outros produtos naturais*”¹³⁶.

Os pombeiros requisitados pelos sertanejos para estas caravanas sabiam, bem ou mal, escrever e ler os recibos, as faturas, os bilhetes. Os pombeiros que em 1802 atravessaram um pedaço da África fizeram um pequeno diário com informações relevantes e deixaram registrados o seu conhecimento dos caminhos que percorreram. O comércio com o interior foi uma via de difusão da escrita muito importante.

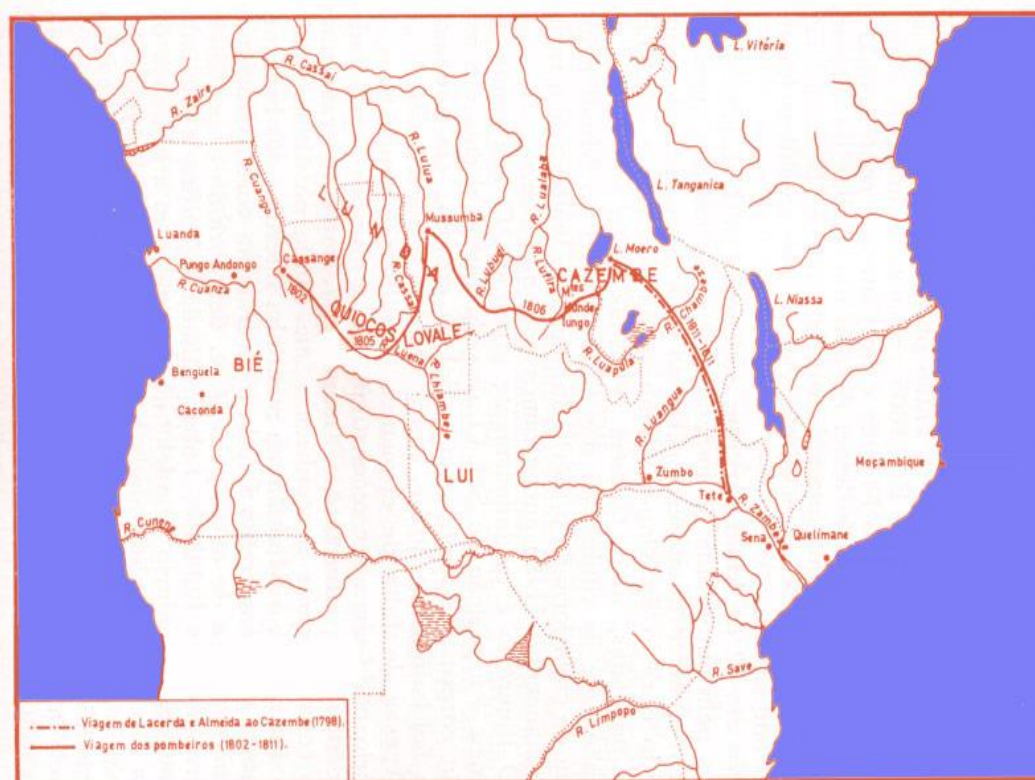


Figura 5 Mapa da viagem dos pombeiros de 1802 a 1811 - Fonte: **Maria Emília Madeira Santos, Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África**, Lisboa, p.197

¹³⁶SANTOS, Maria Emília Madeira. *Viagens e apontamentos*. pp.72-104 Apud: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.492

2.3 Os itens mais cobiçados: papel, pólvora e armas de fogo.

“Hoje a vta do seu embaixador despachei a carta p^a sua ex^{cia} e forão dois Empacaceiros bons e muneciados de Polvora e Ballas, e levarão ordem de hoje m^{mo} chegarem a Gombeanambua, e os foi acompanhar hum soldado.(...)Estou a espera dos Empacaceiros do Gombeamuquiama, e hoje os mandei apreçar, e logo q cheguem cá mando a guarda q vm^{ce} me pedio. Remeto 26 cargas de pólvora que vm^{ce} pede, q^{to} a moniçoens não tenho, só sim quartos e lhe remeto 89 d^{os} q chegão para m^{tos} tiros [grifos meus]”.

Esta carta¹³⁷ de 1817, enviada pelo alferes regente da província ao Dembo Sebastião Miguel Francisco Cheque, é uma das cartas onde temos relatado o pedido do dembo por munições e pólvora. Notamos com a leitura deste acervo documental que alguns itens são pedidos com mais frequência pelo Dembo Caculo Cahahenda, são eles: as armas de fogo, o papel e material para escrita, pólvora e munições. Ao estudo destes artigos nos dedicaremos agora. Porém primeiro veremos quem eram os Empacaceiros.

Os Empacaceiros eram conhecedores dos sertões e ótimos flecheiros e muitos deles formaram uma milícia dos portugueses que ficou conhecida como “guerra preta”. Vale lembrar que nem todos integrantes da chamada guerra preta eram empacaceiros. O termo empacaceiro deriva de pacaça (espécie de boi ou búfalo africano frequente em Angola) que vem do quimbundo (língua falada na região de Luanda) mpakassa. Dai vem à designação empacaceiros-caçadores de pacaça. Com o passar dos anos os empacaceiros só mantiveram o primeiro nome. Eles passaram a fazer parte da milícia, que já não era flecheira. Eles eram armados com espingardas e serviam não só de tropa, mas também de auxiliares dos exércitos portugueses¹³⁸.

A chamada tropa de segunda linha, segundo Catarina e Ana Paula faz alusão aos empacaceiros ou guerra preta contemporânea da conquista,

¹³⁷ Doc. 23. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p. 81

¹³⁸ Glossário. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.400

começada logo com Paulo Dias de Novaes colaborando com as tropas regulares portuguesas¹³⁹.

Neste acervo documental os empacaceiros são mencionados quando ocorre algum conflito entre dembos e/ou sobas. O fornecimento de empacaceiros era uma forma de pagamento da renda que o Dembo Caculo Cahahenda tem obrigação de pagar as autoridades lusas. Aparece nas cartas como “renda dos empacaceiros”. Eles são mencionados em cartas onde as autoridades portuguesas cobram o cumprimento desta obrigação de pagar a renda dos empacaceiros¹⁴⁰. A carta abaixo¹⁴¹ comprova o que afirmamos:

(...)Qto a gente da Renda p^a o serviço de Sua mag^{de} nesta regência, sinto m^{to} q v m^{ce} se tenha descuidado; pois dez empacaceiros não fazem falta a v m^{ce} o mais são desculpas, e huma vez que v^{mce} se tem na conta de vassalo de Sua Magestade, deve auxiliar a esta regência com os empacaceiros do costume. O q tem valido he o Dembo Gombe Amuquiama, e o Dembo Cazuangongo, pois estes nunca faltam com a renda dos empacaceiros, e são mto prontos; porem a Renda de Vm^{ce}he que sempre falta. O portador do papel ahinda não veio e logo que vier mandarei a V m^{ce} bastante.(...).

Nesta carta aparece outro produto que era sempre pedido: o papel. Os contínuos e insistentes pedidos por papel e tinta apontam para as verdadeiras necessidades e para a maneira como a escrita circulou no interior de Angola. Principalmente na região dos Dembos o que pode ser comprovada pela existência de 1200 cartas referentes a esta região só no arquivo histórico ultramarino. O papel era um bem de consumo necessário, precioso e caro por isso cada milímetro dele era aproveitado. O Dembo Caculo Cahahenda e seus secretários escreviam dos dois lados da folha de papel, faziam contas nos cantos que sobravam sem escrever¹⁴². Na falta de papel as folhas de bananeiras eram utilizadas para escrita.

¹³⁹ Glossário. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.400

¹⁴⁰ Glossário. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.401

¹⁴¹ Doc. 24. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.82-83

¹⁴² SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.507

As cartas eram dobradas e desdobradas muitas vezes, era um registro, que mesmo rasgadas devido a grande manipulação foram guardadas pelo dembo Caculo Cahahenda. Eram mais que missivas, eram correspondências oficiais. Algumas lacradas com o sinete do Dembo Caculo Cahahenda “*e escrita pelo secretário que a assinava como tal*”¹⁴³. A história do Dembo Caculo Cahahenda está documentada desde o século XVII até o XX, de modo que podemos perceber como se estruturou este processo de apropriação da escrita por estes africanos. Ao ler estas correspondências notamos que, com o passar dos anos, os Dembos (título) também utilizam a escrita para se comunicar com os demais Dembos da região abordando assuntos locais e demonstrando o aprendizado de como funciona um “*Estado burocrático*”¹⁴⁴.

É visível o desenvolvimento de um aparelho político que traz o aprendizado adquirido na relação com o Estado português. Um aparelho político que tem ao mesmo tempo um “*conselho dos macotas e de instituições não políticas, como as linhagens*”, e novas estruturas “*decalcadas da administração colonial*”, como os secretários e os Arquivos de Estado¹⁴⁵. Os dembos não abandonaram a sua estrutura política e social original e conseguiram manter uma relação com um Estado que dispunha de um sistema político e burocrático fixado sobre a escrita. Isso nos mostra que a colonização na África, geralmente associada por alguns historiadores ao tráfico de escravos, possui outras dimensões que configuram acontecimentos socioculturais cheios de autonomias. Fato que por si só mostra a importância de se discutir essa relação afro-portuguesa durante o período colonial.

Agora que já falamos dos empacaceiros e do papel, voltaremos a tratar da importância da arma de fogo em Angola. A introdução das armas de fogo e a sua relativa banalização não constituem um fator decisivo no estudo das estruturas políticas africanas. Porém, não podemos deixar de levar em conta a importância que as armas tiveram. Elas conferiam prestígio e eram os instrumentos capazes de fazer

¹⁴³SANTOS, Maria Emilia Madeira. Opus cit. p.10

¹⁴⁴SANTOS, Maria Emilia Madeira. Opus cit. p.10

¹⁴⁵SANTOS, Catarina Madeira. Opus cit. p.82

frente aos europeus e de banalizarem a guerra entre os africanos, em especial para a aquisição de escravos.

Isabel Castro Henriques enfatiza que alguns historiadores africanistas têm atribuído uma importância as armas de fogo bem maior do que elas realmente teriam tido. Porém a autora, assim como nós, valoriza as análises que buscam avaliar a importância das armas não só no conflito entre africanos para resgate de escravos, mas principalmente no uso das armas face aos europeus¹⁴⁶.

Pesquisadores europeus distinguem claramente dois períodos distintos para a utilização de armas e o tipo de guerra. O primeiro período foi marcado pela utilização do arco e flecha nas guerras. Ao notarem a desproporção entre os mortos provocados pelas armas de fogo europeias e as mortes causadas pelas armas africanas, restaram duas opções aos africanos. Ou os africanos inventavam armas capazes de reequilibrar a relação entre o ataque e a defesa, ou eles davam um jeito de substituir gradualmente o arco e a flecha pelas armas de fogo.

Dada à necessidade de armas de fogo, as sociedades africanas utilizaram estratégias diferentes para a aquisição e a utilização das armas de fogo. A intervenção dos comerciantes e dos traficantes europeus foi importante porque eles tinham interesse em armar os africanos para encorajá-los a mais guerras e conseqüentemente produzir mais escravos. Na maioria das vezes estas armas eram de má qualidade e não havia um reabastecimento regular de cartuchos e de pólvora. Esta situação levou os africanos a fabricarem cartuchos utilizando resíduos diversos e a utilizar uma pólvora forte que resultava da mistura da pólvora que vinha da Europa com outra “caseira”. Com isso as explosões e as conseqüentes cegueiras eram constantes. Manusear armas de fogo acabou se tornando perigoso¹⁴⁷.

De acordo com Isabel Castro Henriques, como as armas eram pouco eficazes na guerra africana¹⁴⁸ aos poucos elas foram “*transformadas*” pelos chefes africanos

¹⁴⁶ HENRIQUES, Isabel Castro. *Os Pilares da Diferença. Relações Portugal- África. Séculos XV-XX*. Edição Caleidoscópio: Portugal, 2004. p.366

¹⁴⁷ HENRIQUES, Isabel Castro. Opus cit. p.368-369

¹⁴⁸ As técnicas de guerra, as estratégias espreitadas e os resultados almejados pelos africanos eram diferentes dos que norteavam os europeus nas guerras.

*em símbolos do poder, que contribuem de maneira decisiva para aumentar o prestígio dos seus proprietários*¹⁴⁹. E a sua aquisição começou a depender de manobras políticas, como era o caso do Dembo Caculo Cachenda, e de operações comerciais complexas.

Vale lembrar que nem todas as sociedades africanas adotaram comportamentos homogêneos. Algumas sociedades africanas - como os Corocas situados a sul de Bengela que não queriam armas de fogo e os Cuilo que não gostavam de armas de fogo, e vendiam todas as armas que ganhavam como presente - recusavam as armas de fogo¹⁵⁰. Por isso é complicado pensar qual a utilização foi dada a arma em cada sociedade. No caso dos Dembos, a frequência de pedidos por armas e pólvoras aumenta quando o Dembo Caculo Cachenda estava em conflito com a região do Encoge (1866-1868) e quando eles percebem que os portugueses estão querendo tentar dominar a região (depois de 1870).

Alguns traficantes de armas de fogo entregavam as armas junto com os “presentes” ofertados aos chefes políticos africanos. Cada chefe decidia qual lugar deveria ser ocupado pelas armas na sociedade que liderava. O aumento do uso e da demanda por armas de fogo seguia o ritmo de cada grupo. No caso do Dembo Caculo Cachenda notamos que a partir de 1850 a demanda por armas de fogo e pólvora vai aumentando. Os pedidos foram se tornando mais frequentes. Isso porque os portugueses estavam começando a tentar entrar efetivamente nesta região. Construindo fortes nos Dembos que permitiam tal construção e a partir da instalação do forte eles começam a dominar o território¹⁵¹.

Os “presentes” oferecidos pelos comerciantes e viajantes europeus devem ser tidos primeiramente como um ato que mostra o interesse em estabelecer o comércio com a região que o recebe. A troca de presentes é um costume bem visto pelos angolanos. E posteriormente, este ‘presente’ assume a forma de imposto. Os comerciantes eram obrigados a pagar os direitos de passagem para poder passar em algumas regiões como nas terras do Dembo Caculo Cachenda, por exemplo. O

¹⁴⁹HENRIQUES, Isabel Castro. Opus cit. p.387

¹⁵⁰HENRIQUES, Isabel Castro. Opus cit. p.372

¹⁵¹HENRIQUES, Isabel Castro. Opus cit. p.387

Dembo Caculo Cacahenda arrecadava muitos impostos com os comerciantes que atravessavam os trechos navegáveis dos rios que cortavam seus territórios¹⁵².

A cobrança destes “direitos de passagem”, digamos assim, só foi possível porque as sociedades africanas mantiveram até muito tarde o controle não só de seus territórios, como também, das vias de acesso (caminhos e rios). Os europeus eram obrigados a se submeter à regra criada por cada grupo social. Não conseguimos saber quais eram as regras para travessia na região de Caculo Cacahenda. Este assunto não aparece nas missivas que analisamos. Mesmo porque o Dembo Caculo Cacahenda omitia seus ganhos para não pagar o dízimo a Coroa portuguesa. Este era o imposto pago pelos europeus aos africanos que mencionamos no início deste capítulo.

Henrique de Carvalho destaca uma faceta da história do uso das armas de fogo na África que é imprescindível levar em conta. Os africanos seguem uma lógica militar diferente da ocidental, eles não fazem guerras para multiplicar os mortos. Segundo o autor, os africanos não rejeitam a guerra, porém não querem ou não podem, talvez por alguma crença religiosa, ter um grande número de mortos. No confronto com os portugueses armados com armas de fogo, os africanos preferem afastar-se do confronto. As armas de fogo parecem ter desempenhado nas guerras entre africanos um papel dissuasor: o barulho do disparo e a faísca intimidam o inimigo, que lhes atribui uma carga mágica¹⁵³. Nas missivas do arquivo do Dembo Caculo Cacahenda temos relatos desta fuga dos africanos perante a guerra. Na época em que o Dembo Caculo Cacahenda estava em conflito com a região Ngombe Anamboia, 1866-1867, ele foge das suas terras

(...) em resposta tenho a dizer ao meu velho amigo que muito estimarei que se recolha breve para a dita sua Banza antiga ao pagamento dos dízimos, pertencentes a Fazenda Nacional, de que importa o dízimo por cada ano a 400 a 500\$000 rs fortes; por isso não posso annuir que aqueles sobas e seu povo se emcorporarão a V. S^a por que sei que se eles se incorporarem debaixo do mando de

¹⁵²DIAS, Jill. Opus cit.

¹⁵³CARVALHO, Henrique de. Apud: HENRIQUES, Isabel Castro. *Os Pilares da Diferença. Relações Portugal- África*. Séculos XV-XX. Edição Caleidoscópio: Portugal, 2004. p.385

V.S^a, sem duvida não pagarão mais o dizimo [grifos meus] de que estão sujeitos(...)¹⁵⁴.

Esta correspondência enviada por um representante da Coroa portuguesa comprova o que acabamos de falar: muitas vezes em períodos de conflitos as autoridades africanas preferem fugir da região onde residem para não ter muitos mortos entre os seus. Neste caso, Caculo Cacahenda só retorna a sua banza (sede, residência) aproximadamente um ano depois. A carta que da notícia de seu retorno data um ano após esta carta que acabamos de ver. Note nesta carta também o motivo pelo qual o remetente da missiva não apoia a ideia de Caculo Cacahenda de tentar submeter os povos daquelas regiões aos seus domínios. A falta de pagamento do dízimo será o motivo pelo qual as autoridades lusas vão entrar em guerra contra o Dembo Caculo Cacahenda em 1870, discussão que ficará para o terceiro capítulo.

2.4 Outros “Mimos” trocados

Em uma carta de 1818 um representante da autoridade Portuguesa relata em sua carta de resposta ao Dembo Caculo Cacahenda um pedido que o Dembo fez a ele um tanto quanto curioso:

Dembo Caculo Cacahenda. Recebi a Vossa Carta com o mimo que me ofereceis de huma Cabeça. Eu vos remeto huma Pistola – vinte quadernos de papel – oito arrâteis de Polvora – desoitoballas de chumbo - e vinte quatro penas de escrever, e também Vos remeto o Vosso Requerimento despachado como podias esperar, ligando me á razão, e Justiça que desejo praticar com todos os Dembos e Sobas; e não vão as Pistolas, e Espada q servirão para o Vosso Vndamento pois são reservadas para iguaes Ceremonias[grifos meus].

Deos Vos Guarde muitos anos. Loanda 21 de Fevereiro de 1818

Luiz da Motta Feo

Para o Dembo Caculo Cacahenda¹⁵⁵

¹⁵⁴Doc. 59. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.167

¹⁵⁵Documento 26. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.90

Como esta não é uma carta muito extensa optei por transcrevê-la na íntegra. Logo no início dela vemos mimos enviados pela autoridade lusa que acabamos de tratar no item anterior. Em seguida, ele fala de um requerimento despachado. Era comum o Dembo Caculo Cahenda pedir para enviar requerimentos para confirmar sua autoridade e para pedir resoluções judiciais. Já falamos aqui que os Dembos costumavam usar o direito local e o português, conforme lhes fosse conveniente. O Dembo Caculo Cahenda fazia questão de ter em mãos requerimentos, cartas de confirmação e outros documentos que legitimavam situações importantes para quando precisassem comprovar o que estava em questão ter aquele documento em mãos. Ele já sabia lidar com os portugueses, e sabia da importância do que estava escrito, assinado e selado.

Finalizando a carta, Luiz da Motta fala que não foi possível enviar as Pistolas e Espada que servirão para o Vosso undamento. Ele está se referindo à Pistola e à Espada usadas na cerimônia de undamento que ocorre quando é firmado o contrato de vassalagem. Mas para que o Dembo Caculo Cahenda queria uma espada e uma pistola usadas em cerimônias de undamento? Talvez a resposta esteja na incorporação das práticas portuguesas. O dembo já tinha começado a incorporar elementos da organização política portuguesa, como a figura do secretário, em sua estrutura política. Seria mais uma adaptação cultural a fim de alcançar seu interesse. Provavelmente, ele estava querendo usar esta Espada e a Pistola em cerimônia de undamento para “avassalar” aqueles que habitavam suas terras. Esta parte da cerimônia do trato de vassalagem era a mais importante, ou a mais bem vista, pelos dembos, visto que, cerimônias com ritos gestuais são as comumente usadas pelos africanos. E tem um peso maior em sua tradição cultural.

Antes da chegada dos portugueses em Angola os undamentos eram cerimônias que tinham como principal função a transmissão de poder dos chefes para seus sucessores. Os portugueses fizeram uma adaptação de uma “*cerimônia original mbundu do undamento para a construção da cerimônia de avassalamento dos sobas junto aos portugueses*”¹⁵⁶. Do mesmo modo que os portugueses fizeram suas adaptações a algumas práticas locais, a fim de alcançarem seus interesses e conseguir se manter em Angola, o dembo Caculo Cahenda também fez suas

¹⁵⁶CARVALHO, Flavia Maria de. Opus cit. p. 7

adaptações culturais com a mesma finalidade: se manter enquanto estrutura política e alcançar seus interesses.

Os ritos das cerimônias de avassalamento e também o significado de determinadas palavras utilizadas eram interpretados de forma diferente por portugueses e africanos. Os portugueses ao tomarem conhecimento da prática do undar começaram a introduzir elementos da cerimônia original para criar a prática do avassalamento dos sobas africanos. Com essa apropriação estrangeira, o undamento perdia seus “*significados originais e passava a incorporar novos elementos e novos significados, como por exemplo rituais cristãos*”¹⁵⁷. Essa apropriação e adaptação feita pelos portugueses gerou o undamento com o sentido novo. O undamento português era uma forma de demonstração por parte dos sobas africanos do reconhecimento da autoridade portuguesa. Para os sobas o undamento luso servia para ter uma confirmação, por parte dos portugueses, do soba em determinadas terras ou para confirmar um novo soba eleito pelos macotas, que era o caso dos Dembos na maioria das vezes. Sempre que um Dembo era eleito realizava-se o undamento e também se escrevia uma carta de confirmação.

O padre cappuccino Cavazzi descreve em sua obra a cerimônia de undamento do soba Guzambambe que nós dá uma ideia do que era esta cerimônia¹⁵⁸:

(...) Alcançado o seu desejo, jurou sobre os Santos Evangelhos que nunca deixaria de cumprir os capítulos da aliança, já condecorados antes e agora de novo declarados. Então, o representante português abraçou-o e fê-lo cobrir com uma manta comprida, em sinal de investidura. Depois, sobre uma bacia de prata, foi trazida não sei que farinha, da qual comeram ambos um bocado, prometendo-se perpetua amizade e dando-se mútuos parabéns.

Guzambambe foi então despido e estendido sobre o chão, onde os seus mais próximos familiares lhe deitaram por todo o corpo a dita farinha, ao mesmo tempo que proferiam palavras de bom augúrio, enquanto outros o esfregavam vigorosamente e diziam que lhe confirmavam a autoridade sobre os seus súbditos. Ao mesmo tempo, ele próprio lançava pó na cara, declarando-se indigno de tantashonras e agradecendo ao capitão, ao governador de Angola e ao Rei de Portugal.

¹⁵⁷CARVALHO, Flavia Maria de. Opus cit. p. 7

¹⁵⁸CAVAZZI, Giovanni Antonio. *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. 2 volumes. Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1965. Vol. II. P.244-245

Já de pé e hieráticamente direito, agitava garbosamente a azagaia, como para confirmar quanto prometera. O capitão cobriu-o de novo com a manta e cingiu-lhe a espada. Eu benzi um grande estandarte em que estavam reproduzidos alguns mistérios da Redenção e entreguei-lho

Esta descrição é de uma cerimonia realizada durante o século XVII, provavelmente esta cerimonia foi mudando um pouco com o passar dos anos. Mas como não encontramos uma descrição do século XVIII resolvemos usar esta para ilustrar melhor a temática. Nesta descrição não vemos o uso da pistola, porém vemos o uso da espada e a incorporação de elementos religiosos, citada anteriormente.

Voltando a pergunta que nos fizemos ao começar a analisar esta carta (para que o Dembo Caculo Cacahenda queria uma espada e uma pistola usadas em ceremonias de undamento?) acredito que podemos encontrar a resposta no interesse em dominar os instrumentos dominados pelos portugueses. O Dembo Caculo Cacahenda interessa-se pelo domínio da escrita inicialmente, depois, como vimos aqui, ele se interessa pela estrutura administrativa e incorpora a sua estrutura a figura do secretário. Era de se esperar que ele também quisesse ter os instrumentos utilizados na cerimonia de undamento para undar os povos que viviam sobre seus domínios.

Outra carta interessante é uma carta de 1815 enviada pelo comandante regente da província para O Dembo Caculo Cacahenda¹⁵⁹:

Nos dias passados remeti duas cab^{es} de que vm m^e havia feito mimo; o am^o Aleferes da tropa para as vender e foram m^{to} mal vendidas p^r não haverem mais do que dois navios no porto que p^risso há m^{ta} falta de gêneros e tudo m^{to} carro; ao dito amigo mandei pedir uma ancoreta de agoard^e q rem^{to} a vm^{ce}imsignal de amizade(...); m^aComp^{ra}rem^{te} a snr^amunbanda Donna Luiza Fran^{co} cheq dois panos de xita hum lenços ir^o cujos panos vam já f^{tos}p^r elas m^{ma}de que estima sejam do seu gosto(...).

¹⁵⁹ Doc. 21. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.79

O interessante desta carta é que a companheira do comandante regente envia presentes a senhora de Caculo Cacahenda. E neste período ainda não tinha aparecido na documentação pano e lenços como presentes. Na bibliografia disponível referente à temática não encontramos nada sobre a senhora de Caculo Cacahenda. A única coisa que sabemos é que as mulheres da região dos Dembos usavam panos para tapar os peitos e tinham um sentimento de pudor incomum aos povos daquela colônia, constata Henrique Galvão¹⁶⁰. O que nos faz pensar que este presente muito provavelmente foi bem visto pela senhora de Caculo Cacahenda.

O comandante da notícias que recebeu o mimo do Dembo Caculo Cacahenda e que este mimo não lhe rendeu um bom dinheiro, retribui o presente com uma ancoretta (barril pequeno) de aguardente. Notamos nestas cartas que era de bom tom que os presentes trocados tivessem um valor semelhante. Tanto que, em um período posterior ao abrangido pela nossa análise temos uma carta aonde vem escrito na frente do que é enviado o preço de cada coisa e a soma de tudo. Esta carta também mostra como o tipo de objeto, a ser enviado, muda com o tempo. Vejamos esta carta a título de curiosidade¹⁶¹:

Nota dos artigos fornecidos ao Dembo Canananga D.
 Thomaz Paulo Affonso da Silva, grande quinene do Rei do Congo em retribuição do presente que enviou, conforme as ordens do Cacullo que [papel roto] nativo, transmitidas em officio da Secretaria geral nº 691 de 5 do corrente mez.

1 caparte.....	3500
15 Kilos peixe cação.....	1\$600
33 " dito surtido_____pr15/1000.....	2\$640
1 garrafão de 25 litros água ardente___pr.....	7\$600
4 peças de riscado_____a 2000.....	8\$000
15 kilos sal.....	\$300
2 sacos vazios para o sal e peixe___a 120.....	\$240
3 peças de lenços encarnados_____a 100.....	3\$000
1sobrecazaca de panno preto_____pr.....	12\$000
1 cadeira austríaca.....	1\$361
1 carimbo com armas reaes.....	2\$000
1 resma papel almasso pautado(fornecido pelo deposito..\$-	
1 frasco de 1 litro tinta alemã_____(idem).....	\$-

¹⁶⁰ GALVÃO, Henrique. Opus cit. p.14

¹⁶¹ Documento pertencente ao fundo David Magno encontrado em arquivo solto na internet.

1 Caixa pennas_____	(idem).....	\$-
½ caxalacre_____	(idem).....	\$-
Dinheiro para ração de 5 dias, desde 2 até 6 de corrente...17\$800	Idem para ração regresso desde 7 a 9.....10\$680	
		70\$721
Calculo aproximado do presente que enviou.....		78\$820
Saldo a favor da fazenda.....		8\$079

Repartição da fazenda Provincial em Loanda, 7 de Abril de 1897.

O tipo de presente que é enviado vai se alterando com o passar do tempo. De 1780 a 1850 era comum o Dembo enviar moleques e cabeças e receber cadernos, tinta, material para escrita, pólvora e aguardente. O envio de criações, ou seja, porcos, galinhas e bois só aparecem na documentação a partir de 1850. A partir de 1840 tornou-se importante para a sobrevivência da administração portuguesa em Angola promover o comércio legítimo e a produção agrícola, e também aumentar a fiscalização dos impostos sobre estas atividades. A expansão das redes de comércio europeu no interior angolano alimentava um fluxo de contrabando e exportação clandestina cada vez maior de todos os gêneros de produtos. Como consequência, a arrecadação obtida com a fiscalização nas alfandegas estava cada vez menor¹⁶².

Pelo que vemos acima, em 1897 eram enviadas até cadeiras austríacas. Não é atoa que o capitão Henrique Galvão, em sua obra Dembos de 1935, relata que a casa dos Dembos eram “*mobiliadas nos interiores com cadeiras, mesas, bancos, camas, etc*”¹⁶³. Segundo Galvão, nenhum dembo que se prezasse dormia no chão.

¹⁶²ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (coord.). Opus cit. p.408-409

¹⁶³ GALVÃO, Henrique. Opus cit. p.15

CAPÍTULO TERCEIRO: O fim das relações amistosas entre a coroa lusa e o Dembo Caculo Cacahenda

Neste capítulo veremos os aspectos principais do contrato de vassalagem, como este foi aplicado em Angola e quais as cláusulas que o Dembo Caculo Cacahenda insistia em não cumprir. Utilizaremos algumas cartas elucidativas para que o leitor possa perceber melhor como o contrato de vassalagem era lembrado no dia a dia dos vassalhos. Em seguida, contamos como se deu o fim do título político Dembo Caculo Cacahenda e das relações amistosas entre o referido dembo e as autoridades portuguesas.

3.1 As cartas de 1860

(...) Recebi o porco e a mutaca de fubá de milho que lhe mandou oferecer, e agradeço a sua lembrança. Remeto-lhe uma garrafa d'aguardente para matar o bixo, assim como três cadernos de papel, galho, e caparozza, que pede para sua escripta. Breue lhe escreverei para uma deligencia de meus fugidos, e consta me que se achão nas suas terras como foi saber o seu Macota(...)¹⁶⁴.[grifos meus]

A carta acima, que é a primeira da década de sessenta, representa bem os assuntos mais abordados neste período. Este é o período com o maior número de cartas e podemos ver algumas mudanças nos “presentes” e nos assuntos. O Dembo envia galinhas, porcos, bois e fubá de presente. E recebe, além da aguardente e do papel, que agora era selado, roupas e tecidos. A maioria das missivas é sobre a disputa na região de Encoje e sobre escravos fugidos para a região dos Dembos.

A região de Encoje ficava entre dois Dembos, o Dembo Ambuilla e Ambuella. Em 1759 o governador Antônio de Vasconcelos conquistou a celebrada pedra de Encoge situada entre os dois poderosos dembos, sem que nenhum deles disputasse

¹⁶⁴ Doc. 53. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.158

a posse. Formou-se ali o novo presídio (estabelecimento de colonização militar que assegurava a presença militar lusa e seu comércio naquele trecho) chamado S.Jozé do Encoje. O presídio foi útil, não só para marcar presença militar portuguesa, mas principalmente para a posse do comércio dos dembos vizinhos e para facilitar o avassalamento dos povos circunvizinhos que ainda não eram vassallos da Coroa portuguesa.

Como dito, os dembos que exerciam maior influência na região de Encoje eram o Ambuíla e o Amboela. O dembo Ambuíla revoltou-se contra os portugueses e foi derrotado em 1765. Em 1791 foram derrotados outros Dembos vizinhos ao presídio de Encoje, os Dembos Dambi-Angonga e Quitexi-Cambambi, que passaram a prestar vassalagem ao rei de Portugal¹⁶⁵.

O presídio inicialmente era protegido por soldados que faziam uma ligação trimestral a Luanda, contava com um branco e 27 mestiços. Com o passar dos anos em consequência do marasmo do país provocado primeiro pelas Invasões Francesas, mais tarde pela guerra civil e em seguida à Revolução de 1820 e por outros momentos de instabilidade e crise nacional, a região foi praticamente abandonada pelos portugueses. Em meados de 1853 o forte de Encoje não representava mais que um elemento simbólico da presença portuguesa¹⁶⁶.

Segundo Alfredo Sarmento a fortaleza era “*guarnecida por catorze soldados pretos, armados de espingardas de fuzil cheias de ferrugem e, pela maior parte quebradas*”¹⁶⁷. Os únicos méritos da fortaleza eram, por um lado, o facto de ela se situar numa zona que os ingleses pretendiam penetrar; e, por outro lado, o facto de ela ser um posto avançado no caminho do Reino do Congo. Os caminhos para o Encoje só eram transitáveis a Oeste (11 a 12 dias de Luanda) quando os Dembos ditos “vassallos” não se opunham à passagem. Em 1867 o Dembo Caculo

¹⁶⁵ GARCIA, João. S. *José do Encoje*. Disponível em:<<http://www.muanadamba.net/article-s-jose-do-encoje-51464943.html>> Acesso em: 20/08/2013

¹⁶⁶ GARCIA, João. Opus cit.

¹⁶⁷ SARMENTO, Alfredo. *Os sertões d'Africa (apontamentos de viagem)*. F.A. da Silva:1880, Lisboa. Citado por: GARCIA, João. S. *José do Encoje*. Disponível em:<<http://www.muanadamba.net/article-s-jose-do-encoje-51464943.html>> Acesso em: 20/08/2013

Cacahenda seguindo ordens ou ideias do Rei do Congo começa a se opor ao livre trânsito naquela área. Esta é uma das missivas que tratam do assunto¹⁶⁸:

Acuzo receber sua carta (...) dizendo me que tinha de mandar reunir, na dita sua banza os sobas da 3ª divisão de Ngombe Anambo, como seus subordinados, afim de lhes transmitir as ordens que tras do Reio do Congo(...)o governo me recomendou toda a prudência, para que o authoriza - se tomar conta dos três sobas aludidos acima, quanto estes são vassalos, e pagão uma contribuição (dízimo) que monta em quatrocentos e tantos mil reis fortes, pois nesta hipothese se v.s. vem, só com esta intenção não concinto e me parece que v.s. continua com a sua desobediência, que por qual tinha se ausentado deste concelho para o de Encoje e desde já peço me declare se só veio com interesse de chamar a sua obediência aquelles sobas que há muito tempo são considerados subordinados a Bandeira Portuguesa a fim de o fazer constar a s. Ex^a o snr Governador geral da Provincia para este resolver sobre a sua dita intenção, porque sei que v. S^a é Dembo rebelde e do concelho de Encoje aonde prestou ajuramento da vassalagem quando deste concelho se auzentou (...). Outro sim a v. s. previno que quando me queira escrever, nunca me falle em nome do Rei do Congo por eu não ser sujeito a ele [grifos meus].

Esta carta foi escrita pelo chefe do Concelho dos Dembos (instituído em 1857 para fazer a presença portuguesa avançar para a região e aumentar a fiscalização) que era alguém nomeado pela coroa portuguesa teoricamente para resolver os problemas dos Dembos avassalados. A relação com o chefe do Concelho dos Dembos é menos prestigiante do que a com o governador. Só que ao mesmo tempo os Dembos tinham medo do chefe de Concelho por este estar mais próximo e por isso constituir uma autoridade mais ameaçadora¹⁶⁹. Nela vemos que Caculo Cacahenda se ausenta de suas terras para ir para a região do Encoje, e pelo que vemos em uma carta enviada posteriormente, ele foi para esta região atrapalhar o livre trânsito¹⁷⁰.

¹⁶⁸ Doc. 63. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.172-173

¹⁶⁹ SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.523

¹⁷⁰ Trecho do documento referido: "o Dembo GombeAmuquiama pretende levantar guerra contra o Dembo Caculo Cacahenda, por causa de uns sobas que ele chama seus subordinados(...) o dito dembo Ngombe Amuquiama fará desimpedir os caminhos para que o sos filhos e dos outros Dembos e sobas do concelho possam vir livremente a cidade negociar e trazer mantimentos como até aqui.

Notamos também nesta carta que o Dembo Caculo Cacahenda era avassalado do presídio de Encoje, mas que apesar disso seguia os “concelhos” do Rei do Congo. Esta não é a única carta em que o Dembo Caculo Cacahenda remete ao Rei do Congo. Inclusive nos documentos posteriores a este que acabamos de ver o Dembo Caculo Cacahenda vai mostrar duas cartas escritas para ele pelo Rei do Congo a todas as autoridades portuguesas a fim de comprovar o apoio que tem do dito rei.

De acordo com Ana Tavares e Catarina Santos a relação entre o Dembo e o Rei do Congo pode ser vista em dois aspectos: o primeiro remete as estratégias de legitimação política, aonde à filiação no rei do Congo funcionava como uma espécie de *“argumento de afirmação entre os Dembos e entre estes e as autoridades portuguesas; outro que corresponde a uma efetiva relação com o mesmo rei e que se manifesta em trocas de correspondências, de embaixadas e de emissários”*¹⁷¹.

Ao mesmo tempo em que o Rei do Congo se torna no discurso em um personagem que parece estar distante, que parece ser algo mitificado, ele ganha sempre uma posição política e simbolicamente ativa. A sua autoridade é sempre invocada e colocada no mesmo patamar da autoridade do Rei de Portugal. Assim, a autoridade do Rei do Congo é invocada para legitimar ações contrárias as decisões das autoridades lusas. Funciona como uma espécie de apoio na hora do confronto com o poder colonial¹⁷². Para o Dembo Caculo Cacahenda os autos de vassalagem eram validos desde que não ameaçasse a autonomia política do seu Estado. Quando a autonomia política era ameaçada eles remetiam sua dependência e/ou relação ao Rei do Congo. Isto porque este estava naquele momento na distancia desejável. Ou seja, não interferiria e cumpriria o papel de aliado externo de prestígio.

O governador de Angola e as demais autoridades lusas presentes em Angola não aprovavam a ideia de o Dembo Caculo Cacahenda submeter aqueles três reinos não só porque perderiam o dízimo, já que Caculo Cacahenda não costumava paga-lo, mas também porque diminuiria o comércio com o interior. Este é o período

Palácio do governo de Luanada 1868.” Documento número 74. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.189

¹⁷¹ SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.26

¹⁷² SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.522

em que os desentendimentos entre o Dembo Caculo Cacahenda e as autoridades portuguesas começam a ficar mais frequentes. As relações já não eram tão amistosas a esta altura, isto devido à falta de pagamento do dízimo e ao não cumprimento de diversas cláusulas do contrato de vassalagem. E para piorar a situação as terras de Caculo Cacahenda também começavam a ganhar fama de “refugio de escravos” na década de sessenta:

Junta uma relação de quinze pretos entre pretas, de meu amigo no Golungo alto snr Redolpho Vieira Lopes, fugidos na noite de 9 para 10 do corrente, e constando-lhe as minhas relações de amizade com amigo, pede que eu peça ao amigo para captura d’elles, com o protexto de lhe gratificar com quinze peças de fazenda de lei, além d’alguma agoardente, cazo todos sejam prezos. Foram vestidos de panos d’amostra dos retalhos também juntos, e signaes constam da mesma relação; pr isso peço ao amigo não só para me obsequiar, como mesmo para mostrar ou dár provas de bom vassalo, empregar todos os meios para serem prezos e mandar m’os, ou te losahi seguros e avizar me(...). Pois creia o amigo que é constante que nas suas terras é o refugio d’ escravos, por isso providenciar que é consequências funestas, o conselho capturar todos que ahi estiverem refugiados, quando qualquer lhe faça pedido idêntico, para não ter o nome de coito d’ escravos.

Relaçam de Gente fugida ao morador abaixo, na noite de 9 para 10 do corrente

NOMES	NAÇÕES	SIGNAIS
1 Francisco	Hollo	Tem um olho mais pequeno que o outro e marcado no peito e braço esquerdo
2 João Grande	Congo	Cocho d’uma das pernas, baixo e gordo com marca nos peitos
3 João Pequeno	“	Baixo e robusto, marcado n’um dos peitos e braço
4 Fernando	“	Dentes abertos, gago, com ferida n’um dos pés

5 Quissonde	Quissama	Marcado n'um dos braços e peito= baixo e robusto
6 Augusto	Congo	Novo – bem parecido e com babas
7 Zambi	Ngola	Marcado n'um dos braços e peito, pernas grossas, um pouco carcunda e fala apreçado
8 Ndala	“	Novo – baixo, carinha esperta e dentes poucos abertos
9 Fermio	Congo	Alto, com bexigas na cara, nariz grande e corpolento
10 Felizard	“	Preta bem parecida – retinte, dentes abertos
11 Henrique	Congo	Alta, pernas finas com cria no peito, espigada
12 Roza	“	Altura regular- com cria de seu nome Domas com o rabo rebitado
13 Maria	BangoAquitamba	Preta de meia idade, baixa e rebusta fala apreçado
14 Vungi	Ngola	Altura regular – bem parecida, rabo grande e com cabelo bom
15 Amalia	Congo	Dentes abertos, baixa, bem parecida e robusta

A resistência a escravidão tem recebido uma grande atenção acadêmica aqui no Brasil, sobretudo como um fenômeno endógeno. Em terras africanas, de onde vinham milhões de nativos para as Américas, a resistência à escravidão também existia, porém é uma temática que apresenta muitas controvérsias. José C. Curto nos mostra em seu estudo mais de três mil casos de fugas de escravos entre 1846 e 1876 em Angola, mas os motivos destas fugas não são explorados em seu

estudo¹⁷³. Já o autor José Capela, em estudo sobre Moçambique, destaca que o medo dos escravos africanos não era da escravidão africana, o seu medo era de ser embarcado. O cativo tradicional africano não correspondia à ideia de crueldade e de maus tratos que era inseparável do tráfico de escravos. O cativo africano não era mal visto pelos africanos porque neles eles podiam encontrar sem sacrifícios apreciáveis de sua parte, uma família e a proteção e comodidade de recursos materiais necessários a sua vida. O autor defende a ideia de que estes escravos africanos eram integrados nas sociedades em que passavam a pertencer após se tornarem escravos. Mas não acreditamos ser possível aplicar a mesma tese a história de Angola¹⁷⁴.

Devemos lembrar-nos da Lei de 1836, que tornou ilegal a exportação de escravos de Angola. Para os administradores portugueses através da abolição do tráfico ilegal de escravos e manutenção da escravidão as atividades lícitas ficariam mais viáveis. Depois da independência do Brasil, Portugal foi cada vez mais contrário à estreita relação entre Brasil e Angola. No discurso dos administradores, o Brasil sugava as riquezas de Angola e o tráfico ilegal era o principal mecanismo porque através do tráfico trazia-se para o Brasil a mão-de-obra que poderia ser empregada em Angola¹⁷⁵.

O publicitário Lopes Lima publicou um texto durante a campanha contra o tráfico ilegal que dizia que “o Brasil crescia a partir dos braços roubados de Angola”. Fazendo uma alusão as riquezas de Angola. Na visão de Lopes Lima, o fim do tráfico ilegal geraria em Angola mão de obra em abundancia para a sonhada prosperidade econômica¹⁷⁶.

¹⁷³CURTO, J. *Resistência à escravidão na África: o caso dos escravos fugidos recapturados em Angola, 1846-1876*. In AFRO-ÁSIA. Número 033. 2005. pp. 67-86. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia33_pp67_86_Curto.pdf> Acesso em: 26/08/2013

¹⁷⁴CAPELA, José. *O trafico de escravos nos portos de Moçambique, 1733-1904*. Edições Afrontamento. 2002.p.12-17

¹⁷⁵FERREIRA, Roquinaldo. *Escravidão e revoltas de escravos em Angola.(1830-1860)*. Revista Afro-Asia. Disponível em: www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n21_22_p9.pdf Acesso em: 02/05/2014 P.12

¹⁷⁶FERREIRA, Roquinaldo. Opus cit. p.13

Voltando a questão da escravidão angolana, uma primeira legislação foi criada em 1854, sem na prática alterar o dia a dia dos escravos. Surgindo a figura do liberto que teria que trabalhar para o seu senhor por mais dez anos para ressarci-lo. Mas esta legislação não foi adiante, já que os negociantes e produtores dependiam dos escravos para levar seus negócios adiante. Conseguiram acabar com o tráfico, mas a escravidão manteve-se¹⁷⁷.

Como dito anteriormente, a escravidão mercantil e a escravidão praticada pelas sociedades africanas eram diferentes. Nos sertões de Angola existiam dois tipos de escravos: os fuká (mantidos sob propriedade de alguém como uma espécie de “penhor”) e os dongo (capturados nas guerras ou comprados). De acordo com Roquinaldo as fugas eram comuns, e eram evitadas tratando-se bem os escravos. Os escravos que eram comprados para trabalhar em Luanda recebiam um tratamento diferente dos escravos que trabalhavam no interior e por isso fugiam. Geralmente, os escravos que trabalhavam para os portugueses fugiam para região de chefes africanos que não eram vassalos portugueses¹⁷⁸. Como no período em que estamos abordando a relação de vassalagem entre o Dembo Caculo Cahahenda e a Coroa portuguesa estava abalada, os escravos viam na região uma boa opção de refúgio.

Uma solução encontrada pelos portugueses para o numero crescente de fugas foi comprar escravos de Moçambique. Porque diziam que os escravos angolanos eram muito propensos as fugas. Os escravos fugidos não eram só um prejuízo para o dono. Eles também representavam um risco para o comércio com o interior, muitos formavam quilombos que atacavam as caravanas que iam em direção ao interior angolano¹⁷⁹.

A fama de refugio de escravos do dembo Caculo Cahahenda é elencada por Henrique Galvão (capitão que participou de algumas colunas de combate ao referido dembo) como um dos motivos pelos quais os portugueses queriam dominar a

¹⁷⁷FERREIRA, Roquinaldo. Opus cit. p.14

¹⁷⁸FERREIRA, Roquinaldo Opus cit. p.15 - 23

¹⁷⁹FERREIRA, Roquinaldo Opus cit. p.23 - 25

região¹⁸⁰. Os cinco motivos citados pelo capitão Henrique Galvão para justificar a ação das colunas no dembo Caculo Cahahenda são:

- I – abrir ao comércio e às explorações agrícolas e mineiratóda a vasta região banhada pelos rios Zenza, Dande, Lifune e Loge;
- II – Procurar uma via de comunicação para drenar os produtos desta região, explorando sob o ponto de vista das condições de navegabilidade, o rio Dande ou estudando uma entrada que viesse a terminar na parte navegável do Zenza em Cabundo ou Quionga;
- III – Castigar severamente os povos insubmissos e revoltados contra a nossa autoridade;
- IV – proceder à ocupação do território, de forma a conseguir o livre trânsito do comércio sem ter de pagar contribuições ao gentio sem sujeitar-se aos vexames e violências que o perseguiram e a acabar com os coios de foragidos que na região encontravam asilo seguro;
- V – Tornar mais eficaz a nossa autoridade sobre vários dembos e sobas limítrofes dos revoltados, que só por favor toleravam a nossa soberania

¹⁸⁰GALVÃO, Henrique. Opus cit. p.14

3.2 A prática do avassalamento e o jogo político criado em Angola

Para melhor entendermos o que levou ao fim das relações amigáveis mantidas entre os representantes da coroa lusa e o Dembo Caculo Cacahenda provavelmente desde 1615, data em que o referido dembo é avassalado pelos portugueses, voltaremos primeiro a questão do avassalamento. Os sobas foram fundamentais no jogo político instituído pela Coroa lusa para a conquista de Angola. Os sobas, como o Dembo Caculo Cacahenda, que aceitavam formar uma aliança com os portugueses eram submetidos ao ritual de vassalagem, parecido com os rituais medievais, como citamos.

Olhando sobre uma perspectiva formal os autos de vassalagem eram contratos bilaterais que instituíam uma relação de sujeição dos estados africanos perante as autoridades lusas. Buscando paz e proteção os dembos (título) juravam fidelidade ao rei de Portugal, cumprindo e respeitando as leis do governo, pagando os impostos (o chamado dízimo), ajudando o governo português na guerra com forças militares (soldados), não encobertando foragidos em suas terras, recebendo e hospedando os empregados públicos, civis, eclesiásticos, militares e vivendo em paz com os seus povos¹⁸¹.

O vassalo continuava livre só que com o avassalamento passava a dever fidelidade e obediência ao rei de Portugal. Mas na prática a ambiguidade das relações de vassalagem fazia com que acabasse funcionando ao mesmo tempo como instrumento de sujeição dos poderes africanos e também como estratégia africana de afirmação.

Os contratos de vassalagem eram indissolúveis e firmados “para todo o sempre”¹⁸². Sendo assim, o novo vassalo assinava o contrato em seu nome e de seus descendentes. O documento também era assinado pela autoridade portuguesa, pelo escrivão, e às vezes pelos embaixadores do vassalo e ocasionalmente pelos makotas. Quando o vassalo não sabia escrever assinalava

¹⁸¹Livro de juramento de sobas. Apud: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). *Africae...* p.52

¹⁸² Clausula do contrato de vassalagem trabalhado por: HEINTZE, Beatrix. O contrato de vassalagem afro-português em Angola no século XVII. In: HEINTZE, Beatrix (Org.). *Angola nos Séculos XVI e XVII*. Luanda: Kilombelombe, 2007 p.410

uma cruz no documento, por vezes os portugueses faziam a cruz para eles. Fato que era escrito no documento. O contrato de vassalagem possuía uma característica declaratória que lhes confere um valor como fonte, não só pelo conteúdo, mas principalmente em termos de concretização do contrato e contexto em que essas obrigações estipuladas no contrato se deram.

De acordo com Beatrix Heintze, o aspecto central do contrato de vassalagem angolano era formado pelos deveres para com o rei de Portugal que o novo vassalo teria que cumprir. O segundo aspecto chave era a obediência, ou seja, a submissão e a sujeição à autoridade do senhor. Mais do que prometer a obediência ao rei, os vassalos angolanos comprometiam-se a cumprir integralmente todas as ordens do governo português. Qualquer desobediência aos funcionários portugueses dava o rótulo de rebelde ao vassalo. Frequentemente os vassalos angolanos eram divididos em obedientes e rebeldes. Quando um vassalo designado como rebelde se “arrependia” da rebeldia era forçado a acatar de novo a condição de vassalagem e pedir perdão pela desobediência. ¹⁸³Para os funcionários do governo português vassalo obediente era aquele que cumpria todas as cláusulas do contrato e que prestava serviço com demasiada submissão.

Um terceiro aspecto importante nos contratos de vassalagem angolanos apontados por Heintze é o apoio militar. Sem o apoio militar dos angolanos os portugueses não teriam conseguido afirmar-se em Angola. Esta cláusula do contrato era considerada tão evidente que muitas vezes os redatores do contrato se esqueciam de mencioná-la no contrato. Os vassalos eram obrigados a apoiarem, com um número de homens, o exército português sempre que fosse solicitado, formando a chamada guerra preta mencionada no capítulo anterior¹⁸⁴.

As cartas do Dembo Caculo Cahenda revelam a todo tempo estes aspectos do contrato de vassalagem e como eles estavam sendo cumprido ou descumprido. Vejamos um trecho de uma carta de 1974 escrita pelo comandante do exército

¹⁸³ HEINTZE, Beatrix. Opus cit. p.412

¹⁸⁴ HEINTZE, Beatrix. Opus cit. p.413

Paulo Lacerda ao Dembo Caculo Cacahenda a fim de certificar o auxílio militar prestado¹⁸⁵:

Certifico que o Dembo Caculo Cacahenda, D. Sebastião Francisco Xeque me acompanhou com alguns de seus Povos na Campanha q o Ill^{mo}e = Ex^{mo} Sem rMan^{el} d Alm^{da} e Vasconcelos, derigio a castigar os rebeldes Namboagongo, Quiquengo, Zola, e Lundo; partindo do Dande a 13 de Junho achando-se em todos os combates, e Marchas como bom e fiel vassalo até o Prezidio d S. Joze d encoge , adonde cheguei com o exercercito a 16 de Ag^{to} deixando conquistados todos aqueles paizes dos rebeldes e suas povoações queimadas; e eles fugitivos pelos matos a exceção dos mortos que forão muitos e p. q. o dito dembo adoeço, lhe dei licença para hir a sua terra, de onde não voltou mais ao Exercito mas mandou a sua gente com a sua segunda pessoa e p q ouviu m^{to} bem a S. Real Ma^{ge} se faz digno da sua real atenção, por ser hum dos melhores vassalos desta conquista(...).

Na carta acima percebemos como era importante o cumprimento desta “cláusula” do contrato de vassalagem. E que era importante que o vassalo não só fornecesse homens mais que também estivesse lá em pessoa ou que, na pior das hipóteses, mandasse seu representante. Devemos pensar também o porquê desta carta ter sido guardada pelo dembo em seu arquivo de estado. Note ainda como aparecem nestas cartas os termos referidos acima: rebeldes e fiel vassalo.

Outro aspecto importante do contrato de vassalagem angolano que foi muito discutido pelo Dembo Caculo Cacahenda e os portugueses era a obrigatoriedade de fornecer carregadores. Como dissemos no capítulo anterior, os carregadores eram importantes para a realização do transporte de munições e alimentos para as tropas que atravessavam algum território, para os comerciantes europeus, para o transporte dos bens das pessoas em deslocamento, entre outras funções já citadas.

Através da leitura das cartas do Dembo Caculo Cacahenda inferimos que por volta de 1845 os dembos, melhor dizendo, todos os chefes da região dos Dembos de angola, eram obrigados a pagar uma renda dos carregadores. Esta foi uma circular enviada para a região: *“Dé ordem minha como Delegado da Coroa sirva de q^{to} antes enviar p^a esta rezidencia a renda dos carregadores, que vc há obr^o apresentar p^a o serv^o desta d^a Rezidencia mençalmente. De que faço, responsável, se p^r acazo deixar de dar cumprim^{to} acazo desta ord^m.”* Além da renda dos

¹⁸⁵ Doc. 13. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.70

carregadores, os chefes dembos também eram obrigados a pagar a renda dos empacaceiros (milícia armada de espingarda que auxiliava o exercito português).

A falta de carregadores piora no século XIX quando a mão de obra africana passa a “*constituir a chave principal de poder e riqueza*”. O sucesso comercial no interior estava ligado ao controle dos carregadores africanos, já que no interior os rios não eram navegáveis em grandes distâncias. Enquanto os sobas e outros chefes de linhagens do interior contavam com seus filhos, parentes, afilhados e escravos para o transporte de mercadoria, os negociantes europeus de Luanda tinham que recrutar carregadores novos para cada viagem ao interior. Para recrutar os carregadores os negociantes recorriam aos chefes militares dos presídios e distritos, autorizados, no âmbito do contrato de vassalagem, a requisitar os carregadores aos sobas e dembos de acordo com a jurisdição administrativa. Entre 1840 e 1870 a busca por carregadores ficou ainda pior devido ao aumento dos preços e do crescente volume de comércio de géneros de exportação, criando um clima de concorrência cada vez maior. Os chefes militares do interior aproveitaram a grande demanda para cobrar elevados emolumentos e subornos dos comerciantes¹⁸⁶.

Mais um aspecto, talvez o mais relevante aos olhos dos portugueses, é o pagamento de tributos dos vassallos. Raramente as expectativas dos portugueses eram atendidas. Geralmente, o pagamento era anual e exigia-se que fosse pago em escravos. Além do pagamento de tributos cobravam-se algumas taxas ilegalmente que eram para os funcionários do governo português e que fizeram com que os tributos fossem detestados¹⁸⁷.

Na região de Angola já havia uma tradição no pagamento de tributos. Antes os sobas davam ao Ngola parte de sua produção em troca de segurança, prática que foi denominada pelos portugueses como baculamento. O baculamento foi a palavra adotada como sinônimo de cobrança de impostos dos sobas vassallos. Mas

¹⁸⁶ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (coord.).*Nova história da expansão portuguesa : o império africano (1825-1890)* / dir. Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques. Lisboa : Estampa, 1998. - Vol. X p.394-395

¹⁸⁷ HEINTZE, Beatrix. Opus cit. p.415

no sistema africano, os sobas apenas disponibilizavam os servos excedentes ao Ngola de acordo com taxas previamente fixadas.¹⁸⁸

Nas cartas que analisamos neste trabalho não aparece o termo baculamento, mas aparece dizimo: *“Recebi a Vossa carta de oito do Corrente, e os Portadores dela entregarão ao escrivão da real junta o pagamento do dizimo, e já levarão o recibo q pedíeis na vossa Carta.”*¹⁸⁹ Talvez neste período o termo baculamento já tivesse caído em desuso. Note novamente a necessidade de um comprovante em escrito, o recibo. Vemos a necessidade de se ter por escrito o comprovante de todas as ações que cumprem as “cláusulas” do contrato de vassalagem.

Os representantes da autoridade lusa também exigiam dos vassalos em angola outras obrigações que muitas vezes não estavam no contrato porque eram tidas como evidentes. Um destes pressupostos era o de *“livre acesso, isento de taxas alfandegarias, de todos os portugueses e dos seus pombeiros (negociantes negros) aos territórios dos vassalos”*.¹⁹⁰ Também eram obrigações dos vassalos: o livre comércio, mas com exclusão da concorrência africana e europeia; entregar todos os escravos fugidos dos portugueses que estivessem em suas terras; liberdade de estabelecimento de missionários; fornecimento de alimentos para missionários e embaixadores de passagem pelo território do vassalo; comunicar ao governo todas as ocorrências que chegassem ao seu conhecimento e que pudessem ser importantes para os portugueses; não fazer guerra contra outros vassalos portugueses sem antes comunicar e receber autorização dos portugueses; auxiliar gratuitamente na limpeza, construção e reparação das fortalezas¹⁹¹.

Já mencionamos que quando um vassalo se “arrendia” de suas atitudes rebeldes costumava pedir para ser undado novamente. É o que acontece com o Dembo Caculo Cahenda em 1817, após ter entrado em conflito com a região de Encoje sem o consentimento dos portugueses:

¹⁸⁸FONSECA, Mariana Bracks. Opus cit. p.63

¹⁸⁹ Doc.20.In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.78

¹⁹⁰ HEINTZE, Beatrix. Opus cit. p.417

¹⁹¹ Doc. 25. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.88

apareceu o dembo Caculo Cakahenda Dom Sebastião Francisco Cheque e sendo Interprete o soldado do Regimento de Linha Manoel Gomes Morales, expôz que queria de novo ser Undado como Vassalo que hé de Sua Magestade Fidelissima, obrigando se a guardar em tudo as determinações dos Excellentissimos Senhores Generaes deste Reino prestando as Determinações dos Excellentissimos Senhores Generaes deste Reino prestando todos os deveres de Vassalo, prometendo servir com o seus filhos, e armas nas campanhas que se oferecem contra os Inimigos do Estado, fazendo Guerra a estes e aquelles que os ajudarem. Da mesma sorte promete receber, e das bom agasalho não só aos pombeiros e Feirantes do Estado, mas também a todos os Vassallos de Sua Magestade Fidelissima que migrarem pelas suas Terras, prendendo o Dezertores e Criminozos que lhe forem pedidos, e remetteos a Capital: assim também sera obrigado a entreter livres de salteadores as estradas dando-lhe cassa, e remetendo os prezos os que puder apanhar perante Sua Excelencia: outro sim prometeo o dito dembo e seos Macotas para confirmação e signal da sua fiel vassalagem mandar a esta cidade todos os anos hum Macota em signal da mesma vassalagem.(...)

Resolvemos transcrever parte desta certidão de um termo de undamento¹⁹² aqui por acreditar que esta certidão traz muitos dos elementos tratados até agora. Nela quase todas as obrigações são lembradas ao vassalo: obrigatoriedade de manter os canais de comunicação aberto através do envio do seu Macota anualmente, servir as armas ajudando a combater o inimigo, dar abrigo a todos vassallos de Portugal que passarem por suas terras, não acobertar e nem acolher criminosos em suas terras e um aspecto que ainda não tinha aparecido que é manter as estradas livres de salteadores.

Ficava a cargo dos chefes africanos a jurisdição civil e penal com o estabelecimento da vassalagem. Só que com o passar dos anos os portugueses também começam a interferir nestas decisões. Vimos no capítulo anterior que no caso dos Dembos o que ocorria era uma utilização tanto da jurisdição portuguesa quanto da local, sendo utilizada a mais vantajosa na situação em análise.

3.3 Desgaste do contrato de vassalagem

O contrato de vassalagem não previa uma punição em caso de não cumprimento de alguma das cláusulas. O que acontecia era uma quebra do contrato

¹⁹²FONSECA, Mariana Bracks. Opus cit. P.63

no caso do vassalo estar rebelado. O que também poderia ser revisto fazendo-se uma nova certidão de avassalamento, como mostramos acima na transcrição de uma certidão do Dembo Caculo Cacahenda. Mas na análise das cartas em questão o que notamos é que os portugueses preferiam antes de tomar uma atitude mais severa, ou de fazer um novo fundamento, enviar aos dembos avisos e ameaças escritas em cartas particulares ou em circulares a todos os chefes dembos. No caso do Dembo Caculo Cacahenda os principais problemas giravam na questão financeira, ou seja, falta de pagamento do dízimo, falta de pagamento da renda dos empacaceiros, falta de pagamento da renda dos carregadores. Também temos muitas cartas sobre o acolhimento de escravos fugidos na região. Não temos nestas cartas queixas, dos portugueses, quanto ao não fornecimento de auxílio militar.

O controle dos vassallos era feito principalmente pelas fortalezas erguidas nas regiões conquistadas (os presídios) ao longo dos caminhos que ligavam ao interior. Na região dos dembos após 1860 temos a criação do cargo chefe dos concelhos dos dembos, que era um representante das autoridades lusas que teoricamente servia para representar os chefes dembos e estar mais próximo a região para resolver as pendências de modo mais eficaz. Só que na prática a pessoa que ocupava este cargo era uma pessoa que servia para vigiar os dembos mais de perto em um período em que as relações amigáveis já não iam tão bem.

Concordamos com Heintze, que acredita que a vassalagem angolana era uma forma de “soberania indireta” com a participação das elites tradicionais. Ora o número reduzido de portugueses em território angolano tornavam inviável uma soberania direta e uma ocupação efetiva do território, como se pensou inicialmente. Como houve desde o início uma resistência africana, os portugueses acharam que era possível alcançar seus objetivos principais apenas pela submissão do território. Os objetivos eram um comércio de escravos que atendesse a necessidade crescente de mão de obra na América, livre exploração de metais preciosos e eliminação da concorrência europeia no comércio com os angolanos¹⁹³.

A utilização dos contratos de vassalagem se adequou bem aos objetivos dos portugueses que contavam com capital e efetivo reduzido. O leitor pode estar se

¹⁹³ HEINTZE, Beatrix. Opus cit. p.427

perguntando o que os africanos ganhavam aceitando o contrato de vassalagem? Eles tinham vantagens mercantis. O que estavam mais próximos aos portugueses tinham mais chances economicamente falando. Além disso, os territórios dos vassallos continuavam sendo deles. Eles continuavam sendo os chefes políticos e explorando seus territórios.

Não podemos nos esquecer de que no caso do Dembo Caculo Cacahenda ele tinha uma dupla vassalagem. Ele era vassallo do rei de Portugal e do rei do Congo, de forma a salvaguardar a posição que queriam defender. O Dembo era um verdadeiro diplomata que jogava com poder colonial da forma que lhe parecesse mais favorável. Em muitas correspondências aparecem menções ao rei do Congo a fim de justificar as atitudes contrárias aos interesses do rei de Portugal e das ordens vindas de Luanda. Vejamos o trecho de uma carta enviada ao Dembo Caculo Cacahenda pelo governo geral da província de Angola¹⁹⁴:

Recebi a vossa carta de tal do corrente e com ella trinta galinhas que me mandaste de presente. Agradeço-vos a lembrança e em retribuição remeto-vos duas ancoretas de aguardente, uma resma de papel e uma garrafa de tinta. A cada um dos vossos carregadores Francisco Azunquim, João Asamba e Sebastiao Ignacio dei uma camisa e um pano de costa. A respeito da representação que me fazeis tendente aos 3 sobas Ngombe-a-Namboa Cavunga Capassa tenho a dizer-vos que é negocio que só poderei resolver, segundo o comportamento que tiverdes, por que se vos mostrar des bom súbdito e fiel a Sua Magestade El Rei de Portugal, e fordes sempre obediente as ordens d'este governo que vos forem dadas pelo chefe do concelho, eu não terei duvida em atender ao vosso pedido.

Juntas vos remeto ao dembo as duas cartas que lhe havião sido dirigidas por Sua Alteza o Rei do Congo e pelo ex-chefe d'esse concelho o capitão eugenio Massi- e que me mandastes mostrar.

O meu secretario recebeu também as 15 galinhas que lhe mandastes de presente, e não vos responde por estar doente.

Em 1866 o Dembo Caculo Cacahenda entre em conflito com os três sobas citados na carta acima. Mas estes conflitos não foram autorizados pelo governador de Angola visto que estes três sobas estavam sempre em dia com o dízimo e o Caculo Cacahenda não pagava seus impostos. Vemos ai o não cumprimento por parte do dito Dembo de duas das cláusulas do contrato de vassalagem. E para

¹⁹⁴ Doc. 71. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.184

tentar justificar porque ele entrou em conflito com estes sobas, mesmo sem o consentimento dos portugueses, ele envia a estes duas cartas enviadas a ele pelo Rei do Congo. Estas cartas não estão no arquivo Caculo Cahahenda. Porém, são mencionadas em praticamente todas as correspondências de 1866.

No período descrito acima as relações amistosas entre o Dembo Caculo Cahahenda e os portugueses começam a desandar. O chefe Dembo já não cumpria com suas obrigações de vassalo e começou a acumular algumas queixas, tais como: não pagamento da renda dos carregadores, não pagamento do dízimo, refúgio a escravos fugidos e entrou em conflito com outros sobas avassalados sem o necessário consentimento. Todas estas queixas são frequentes nas cartas de 1866 a 1870. Veremos agora como os portugueses começam a reagir perante esta “rebeldia”.

3.4 As colunas contra o dembo Caculo Cahahenda

Vimos que o Dembo Caculo Cahahenda em meados de 1866 já não cumpria ao pé da letra as cláusulas do contrato de vassalagem. Também vimos que ele entra em conflito com três sobas sem a ajuda e o consentimento dos portugueses. Sentindo-se incapaz de dominar estes três sobas devido as grandes distâncias territoriais que tinha que percorrer em 1867 o dembo começa a pedir que o governador Geral castigasse os sublevados. Promete que como recompensa, prestaria novamente vassalagem a autoridade portuguesa, mas o governo da província vendo que era incapaz de resolver o problema e já pensando em ganhar as terras de Caculo tenta ganhar tempo¹⁹⁵.

Diante da falta de posicionamento do governo luso o Dembo Caculo Cahahenda e outros dois chefes dembos (Ngombe Amuquiama e Cazuangongo) declaram-se vassalos do rei do Congo, D. Pedro V, que não era vassalo da Coroa portuguesa. Para agravar a situação, em 1870 ocorre mais um episódio em que

¹⁹⁵ MARRACHO, António José Machado. Revoltas e Campanhas nos Dembos (1872-1919). 47 Anos de Independência às Portas de Luanda. Dissertação de mestrado. ISCTE, 2008.p.5

Caculo entra em conflito com o Zombo Angola e ao pedir ajuda aos portugueses não obteve resposta¹⁹⁶.

Na luta pelo poder com seus subordinados o dembo Caculo Cahenda resolveu demonstrar a sua força para as autoridades portuguesas. E apresentou-se com 2400 homens em armas na resolução de um problema interno na região dos dembos¹⁹⁷.

Em 1872 acontece a grande revolta dos dembos contra a cobrança abusiva de impostos e exploração por parte dos negociantes e fazendeiros. A consequência direta foi o desaparecimento de trinta militares portugueses nas terras de Caculo Cahenda. Esta notícia rapidamente circulou pela região e outros dembos se juntaram à revolta. A revolta teve como consequência a expulsão de fazendeiros e Europeus instalados nas terras de alguns dembos da região¹⁹⁸.

O chefe do concelho dos dembos, Alferes José Inácio de Oliveira, em ofício de janeiro de 1872 para o Quartel-general, comunica que chegou a Sassa em 18 de janeiro, o Capitão de caçadores nº5, Sebastião Nunes da Mata. O capitão comandava uma coluna com quarenta homens de primeira linha e duzentos de segunda. Sendo assim declarava que a força seria insuficiente para pacificar os dembos Caculo Cahenda, Cazuangongo e Ngombe Amuquiama. Os três dembos revoltados possuíam dois mil homens em armas, e ainda contavam com o apoio de outros povos na totalidade de dez mil¹⁹⁹.

Os portugueses sabiam que seria complicado o conflito com a região. O capitão Henrique Galvão salienta em seus relatos que “*em Luanda não havia tropas em número suficiente para atacar e dominar os sublevados, que, além da força importantíssima de que dispunham, estavam naturalmente defendidos pelas condições geográficas duma região montanhosa, cortada por numerosos cursos de*

¹⁹⁶MARRACHO, António José Machado. Opus cit. p.5

¹⁹⁷MARRACHO, António José Machado. Opus cit. p.6

¹⁹⁸MARRACHO, António José Machado. Opus cit. p.6

¹⁹⁹MAGNO, David. *Os Dembos nos anais de Angola e do Congo (1484-1912)*. Separata da revista militar de 1916-17. Lisboa: Tipografia universal.

*agua, coberta de densas e emaranhadas florestas e agressivas quanto ao clima”*²⁰⁰. Além disso, parte dos oficiais e da tropa de segunda linha fez causa comum com os revoltosos, pois eram os Dembos os comandantes das tropas de segunda linha e da guerra preta. Os Dembos é que em parte ajudavam os portugueses a manter sua soberania na região ajudando na formação do “exercito português”.

No dia 30 de janeiro de 1872 os oficiais se reuniram em um concelho de guerra e transmitiram ao quartel-general um comunicado²⁰¹:

O Caculo Cacahenda, o Ngombe Amuquiama e o Cazuangongo revoltaram-se, recusando-se a pagar os dízimos e arrastando a rebelião todos os sobas dos Dembos. A situação das tropas é no centro da rebelião. As banzas estão em pontos inacessíveis. A força é apenas de 50 soldados de 1º linha, dos quais apenas 30 estão aptos para o serviço e duzentos moveis, esfarrapados, famintos e sem conhecimento da tática e da disciplina, os quais fugirão na primeira oportunidade. Não há médicos e nem medicamentos.

Este comunicado mostra a situação em que se encontravam os soldados e transmite o pedido de apoio militar. No final de maio chega ajuda através do envio de um novo tenente com alguns soldados e começa a ser organizada a primeira coluna. A primeira coluna não obteve sucesso. Outros tenentes, acompanhados de soldados, foram enviados a região dos dembos revoltados e nenhum obteve sucesso. Em agosto de 1872 um boletim oficial informa que: *“nós reconhecemos que aqui nesta banza de S. Antonio de Caculo Cacahenda, nunca entrou força alguma, nem mesmo na antiguidade”*²⁰².

Em setembro de 1872 os portugueses são surpreendidos com um pedido de paz do dembo Caculo Cacahenda²⁰³:

IllmoSnr

Pelo Chefe d’este concelho me foram hoje apresentados os seus Macotas que vieram encarregados de assegurar que V. S^a pede paz e promete ser bom vassallo. Eu já ao Chefe do Concelho que não só lhe concedo paz como que lhe como que lhe hei de fazer justiça portanto pôde mandar os seus embaixadores competentemente authorizados afazer termo de paz e

²⁰⁰GALVÃO, Henrique. Opus cit.

²⁰¹MAGNO, David. Opus cit... p.23

²⁰²MAGNO, David. Opus cit. p.28

²⁰³Doc 123. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.249

vassalagem e com elles pode também apresentar os embaixadores dos Dembos NeGombe Amuquiama e Cazuangongo por que receberei com generosidade. As ordens que tenho de sua Ex^{cia} o Governador-geral da provincia são para por doar a todo aquelle que se arrepender dos erros commetidos e pessa perdão. O Governo de Sua Magestade só pertende que os povos vivão em paz que tratem socegradamente da agricultura e dos seus negocios para bem d'elles - confie pois na paze justiça que lhe asseguro e pode assequalola em meu nome aos seus colegas Negombe Amuquiama e Cazuangongo se elles quiserem annuir às [fl.lv] condições que lhes forem apresentadas

Deos Guarde a V:S^a.

Acampamento no Sassa, 5 de Setembro de 1872.

Os macotas do dembo Caculo Cacahenda são recebidos pelo Tenente-Coronel Gomes de Almeida que promete fazer justiça, pois apenas quer que os povos tratem dos negócios e da agricultura. A demora por parte do dembo Caculo Cacahenda em responder ao tenente faz com que este envie uma nova carta ao dembo para perguntar se existe algum problema²⁰⁴:

IllmoSnr

Esperava hontem a resposta da carta que em 5 do corrente derigi a v s^a, e como Ella não chegou, faço esta para saber de v. s^a se ha alguma novidade que o demove a m responder, pois tenho que despachar com urgência notícias minhas para sua Ex^a o senhor Governador-geral da Provincia. Estimo que esteja de saúde e que Deos Guarde por muitos annos.

Apesar da demora em responder as cartas, após trocar mais algumas cartas o auto de paz foi firmado em 5 de outubro de 1872. Provavelmente o auto de paz já vinha sendo redigido em setembro, mas a demora dos macotas de Caculo Cacahenda em comparecer para assinar o documento acabou atrasando o firmamento do auto de paz. Para assinar o acordo os representantes dos dembos fazem algumas exigências que foram aceites pela outra parte²⁰⁵.

O jornal de Luanda "O Mercantil" publicava em suas edições notícias a respeito das forças que atacaram a região dos dembos revoltosos. O capitão Sebastião Nunes da Mata que atuou nas campanhas contra a região redige uma carta para o jornal dizendo serem mentirosas as notícias publicadas por eles. E

²⁰⁴Doc 125. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.251

²⁰⁵MAGNO, David. Opus cit. p.30

ainda dando a entender que estas notícias prejudicaram a ação das colunas nos dembos, já que alguns dembos tinham acesso ao jornal. Ao saberem das notícias que circulavam nos jornais os dembos se sentiram ainda mais fortes e ficaram em uma posição favorável na hora de negociar o contrato de paz com as autoridades lusas.

A carta de Mata ao jornal não foi publicada pelo mesmo, mas circulou entre os representantes portugueses. Como consequência da ação do capitão Mata a circulação do jornal foi suspensa pelo governador geral de Angola²⁰⁶:

“Portaria Nº9 ... suspensão provisória do periódico denominado, O Mercantil, pelo damno que da sua publicação provinha á causa publica, e pela constante excitação á rebelião,...
Hei por bem declarar como medida de urgente necessidade a suspensão do referido periodico,...
Palacio do governo em Loanda, 28 de janeiro de 1873
José Maria da Ponte e Horta, Governador-geral”

Após estes acontecimentos o Tenente-Coronel Gomes de Almeida dirige o ofício nº6 ao secretário-geral do governo²⁰⁷:

(...)reconheço a necessidade de reocupar os Dembos e a maneira mais fácil parece-me reunirem-se nesta vila de Golungo Alto trezentas praças de primeira linha e seiscentos empacaceiros (segunda). Submeter-se-hão primeiro os sobados Bango, Quilombo, Massengue, em dez dias de correrias. Depois seuir-se-há imediatamente para os Dembos, entrando pelo N’Gombe Anamboia, arrazando tudo até à banza do Caculo cahenda a quem não se deve ouvir nem aceitar contractos de paz, se não depois de batido e aniquilado o seu poder de Dembo, sempre altivo e incómodo, como V. Ex^a o apresenta no seu por mim mui lido folheto «A Guerra dos Dembos»;
3º - De aí passar-se-há a Sassa e com a coluna reforçada com os fieis Mahungos do Dembo Mulasa e do Dembo Quibaxes eguir-se-hão as operações por Cassatola;
4º - tudo isto se faz em quarenta dias, castigando-se sessenta anso de insubordinação dos Dembos com quem tantos govêrnos se não têm atrevido

Por meio deste ofício, o Tenente-Coronel Gomes de Almeida, assume o seu erro e diz que a coluna por ele comandada não cumpriu sua missão que era restabelecer a autoridade portuguesa na região dos Dembos.

²⁰⁶MARRACHO, António José Machado. Opus cit. p.17

²⁰⁷MAGNO, David. Opus cit. p.30-31

O contexto internacional também contribuiu para que a situação piorasse. Em 1884-85 a conferência de Berlim decidiu a partilha do continente Africano, tendo-se alterado os modos como Europeus e Africanos se relacionavam. Para garantir a soberania desses espaços, ficou consagrado o princípio da ocupação efetiva, pelo que as potências europeias iniciaram de imediato a exploração do interior do continente Africano entrando em conflito com a estrutura de poder Africana existente. Portugal queria desconsiderar os interesses da Grã-Bretanha e criou o chamado mapa cor de rosa tendo negociado os limites dos territórios portugueses em África, com a França e a Alemanha e de imediato começou a ocupar seus territórios africanos. Mas as pretensões portuguesas em África conflitaram com os interesses da potência marítima e a consequência foi que esta apresentou o Ultimato em 11 de Janeiro de 1890. O Ultimato foi o pretexto que o partido Republicano português esperava para começar a propagandear os seus ideais, na tentativa de substituir a religiosidade do povo pelo nacionalismo. Este partido queria prejudicar a imagem dos partidos monárquicos e a figura do regime, o rei²⁰⁸.

A diplomacia portuguesa fez de tudo para conseguir um resultado favorável a Portugal nas negociações com a Inglaterra, mas a fragilidade do regime e a ação do partido Republicano levaram à assinatura de um acordo ruim para Portugal. Sendo assim, o Ultimato foi um dos acontecimentos que contribuíram para a queda da monarquia, assim como as dificuldades financeiras em que vivia o país. O regime manteve-se legalmente, mas na prática o Ultimato, foi o fim da monarquia que acabou por se oficializar em 4 e 5 de Outubro de 1910²⁰⁹.

3.5 A campanha de 1907

De 1872 a 1907, período que vamos tratar agora, as relações entre o Dembo Caculo Cahenda e a Coroa não eram tão boas quanto antes de aproximadamente 1865, mas continuavam se comunicando e mantendo os caminhos da comunicação

²⁰⁸MARRACHO, António José Machado. Opus cit. p.26-27

²⁰⁹MARRACHO, António José Machado. Opus cit. p.27

por escrito abertos. Em 1907, o capitão João de Almeida é encarregado de analisar e estudar a região dos dembos e ir para a região com a maior coluna já enviada²¹⁰.

O capitão Almeida percorreu o entorno da região dos dembos, já que estes não consentiam visitas, a cavalo disfarçado. Paiva Couceiro, governador geral na época, recebe o relatório do capitão com entusiasmo, pois almejava alterar o estado de paragem no tempo em que a província se encontrava.

O governador conseguiu montar uma coluna com um total de 890 homens, sendo alguns oficiais de primeira linha, de segunda linha e carregadores. A coluna estava vinte vezes mais forte do que a de 1872. De acordo com Magno, a população do dembo Caculo Cacahenda e do Ngombe Amuquiama tinha diminuído muito em relação a 1872²¹¹.

A estratégia era castigar e ocupar primeiro os dembos do sul e depois os do norte, sendo que o Caculo Cacahenda seria o último. E assim seguiu a coluna. Em novembro de 1907 o capitão envia um relatório das operações, onde consta que havia mais de cem homens doentes e que se fosse fazer uma revista rigorosa poucos restaria. Só que a coluna resolve prosseguir as operações contra os dembos Zambi Aluquem, Quibaxe e Caculo Cacahenda²¹². Resumidamente, a coluna não conseguiu chegar à região. Os guias não eram fiáveis e a coluna marchava sem rumo, serpenteando. Eles não cumpriram a missão, apenas conseguiram lutar pela sobrevivência diante da hostilidade do terreno e do clima²¹³. Esta situação mostra que Portugal ainda não conhecia direito a região. Passado dois anos que João de Almeida tentou castigar Caculo Cacahenda, os brancos continuavam proibidos de permanecer na região.

²¹⁰MAGNO, David. Opus cit. p.38

²¹¹MAGNO, David. Opus cit. p.38-39

²¹²MAGNO, David. Opus cit. p.41-42

²¹³MARRACHO, António José Machado. Opus cit. p.53

3.5.1 A atuação de David Magno

Diante da situação descrita acima, Paiva Couceiro pensou em comandar pessoalmente uma coluna que acabasse com o poder do dembo Caculo Cahenda e abrisse caminho para o Congo. Pediu ajuda a Lisboa e obteve como resposta uma recusa de meios humanos e financeiros²¹⁴.

O Alferes David Magno comandante militar do Lombige aconselhou Paiva Couceiro a conhecer primeiro a psicologia dos nativos e a tentar primeiro uma ação diplomática junto aos potentados. O comandante acreditava que uma ação militar isolada ficaria sempre perdida²¹⁵. Não devemos nos esquecer de que tipo de comandantes e governadores eram enviados para Angola. Eram os degredados de Portugal que eram enviados para Angola.

Paiva Couceiro confia a David Magno a 11ª campanha a região de Caculo Cahenda. Um oficial que tinha fama de preferir a diplomacia a bala. Em 1909, Cavunga Capaça ataca a banza de Caculo Cahenda e David Magno que já circulava na região consegue fingir salvar a vida de um filho do dembo Caculo Cahenda. E na troca de correspondências com o dembo, David Magno utiliza o seguinte pretexto para a construção de um forte nas terras de Caculo Cahenda: *“Quereis-vos aproveitar do Forte, para garantia contra os vossos inimigos, ou quereis que vá estabelecê-lo nas terras dos vossos adversários?”* Com este pretexto, ele consegue jogar um dembo contra o outro e com apenas vinte e um soldados disciplinares europeus, vinte e três soldados moçambicanos, entrou na banza do Caculo Cahenda, antes inacessível para os portugueses²¹⁶.

Caculo Cahenda era o dembo mais poderoso, mas Magno, convence-o de que a sua pequena força era apenas a guarda avançada de uma importante coluna de ocupação que estava por vir. Em 2 de Outubro de 1909, Magno na qualidade de chefe, embaixador, propôs ao Caculo Cahenda que o receberia com o cerimonial

²¹⁴MARRACHO, António José Machado. Opus cit. p.84

²¹⁵MAGNO, David. Opus cit. p.54

²¹⁶MAGNO, David. Opus cit. p.56

herdado da antiga corte de São Salvador. David descreve o cerimonial: “O dembo se apresenta como um sultão, de rosto velado, farda bordada e dragonas, sáio, avental e manto, rodeado dos seus sobas, músicos e uma infinidade de tipos canibalescos...tão impressionante isso foi que os soldados europeus, presidiários, saindo dali aterrorizados...preferiram desertar.”²¹⁷

Passado o episódio descrito acima Magno pede reforço em Luanda. Ignorado por Luanda, içou finalmente a bandeira portuguesa na alta montanha a 22 de Fevereiro de 1910. Atitude audaciosa, que levou o dembo Cazuangongo, a enviar emissários a Santo António de Caculo Cahenda para verificar o tratamento dado pelos portugueses ao dembo. David Magno foi um bom estrategista, primeiro quebrou a união dos dembos para aumentar o seu poder.

Em 1911, o poder português pensava em enviar, contra o Caculo Congola, uma coluna, mas o projeto falhou por falta de carregadores. Em Janeiro de 1912, Magno, voltou e serenou os ânimos. Com Magno, os soldados começaram a sair dos fortes e alguns avançaram até às terras do dembo Quibaxe Quiamubemba, do Pango Aluquem, dos Mahungos ou Hungos, e do Ngombe Amuquiama. O dembo Caculo Cahenda era o único dembo do norte ocupado e resolveu pedir auxílio a Luanda para colocar os inimigos na ordem. Magno dava-lhe apoio, mas não havia soldados disponíveis²¹⁸.

3.6 Nova revolta do Caculo Cahenda

O posto de Santo António de Caculo Cahenda tinha trinta homens, para um dembado que tinha cinquenta mil pessoas e seiscentos quilômetros quadrados. A fragilidade da autoridade portuguesa era evidente. Esta fragilidade tinha de ser compensada pelo chefe de posto. As autoridades portuguesas de Luanda pretendiam uniformizar a situação fiscal dos Dembos. Para isso era preciso, que os

²¹⁷MAGNO, David. Opus cit. p.58

²¹⁸MARRACHO, António José Machado. Opus cit. p.85

cobradores tivessem como impor o cumprimento da lei. A burocracia Luandense, pretendia cobrar imposto na serra, pensando que estaria ocupada²¹⁹.

Norton de Matos, Governador-geral da província, no seu primeiro mandato, 1912-15, restabeleceu em 1913 o comércio de pólvora e armas. Magno deixara o seu posto em Dezembro de 1912, mas teve o cuidado de proibir o comércio de pólvora e armas²²⁰. Em 1913, a região dos Dembos ascendia a capitania mor, mas as autoridades portuguesas continuavam tomando decisões errôneas. A nomeação de dois Tenentes, um para Capitão-mor, outro para chefe do posto, levou os africanos a acreditarem que esta ação era um primeiro passo para a declaração de guerra, e começaram a prevenir-se adquirindo armas e pólvoras. Quando o tenente leu na banza de Caculo Cahahenda o regulamento de cobrança de imposto de cubata o dembo perguntou ao tenente se essa era a recompensa atribuída a um aliado, porque os seus inimigos insubmissos, nada pagavam²²¹.

A resposta de Caculo Cahahenda a leitura do regulamento da cobrança de impostos foi mandar cortar o caminho para Cambela, por onde poderia vir uma força de socorro. Em seguida, pediu ao Capitão-mor, a retirada das tropas portuguesas da sua banza. Luanda foi avisada pelos tenentes da forte ameaça que constituíam as populações do Caculo Cahahenda, que já tinham atacado carregadores ao serviço da autoridade portuguesa. O governador-geral Norton de Matos procurou restabelecer a ordem com os meios locais, para não deixar a notícia chegar à metrópole, pois todos estavam convencidos de que a coluna de 1907 tinha vencido os Dembos definitivamente²²².

Norton de Matos forma uma nova coluna com mais de trezentos homens, tendo como guia David Magno. Norton proíbe a venda de armas e pólvora na tentativa de corrigir seu erro a tempo. Em 1913 a coluna avançou. O dembo Caculo Cahahenda estava disposto a fazer concessões, seu maior desejo no momento era

²¹⁹MARRACHO, António José Machado. Opus cit. p.85-86

²²⁰MARRACHO, António José Machado. Opus cit. p.86

²²¹MARRACHO, António José Machado. Opus cit. p.86

²²²MARRACHO, António José Machado. Opus cit. p.86

mudar de Capitão-mor. Negociou com a autoridade portuguesa, enquanto a coluna avançava lentamente sem grande resistência²²³.

Quando a coluna chegou à banza não encontrou os habitantes, pois estes, incluindo o dembo (chefe), já haviam fugido para a floresta. As marchas foram em vão, pois Caculo Cacahenda continuava escondido na floresta. Tanto ele como os seus vizinhos continuavam a não pagar o imposto e David Magno recomendou que poupassem a banza do Caculo Cacahenda, para que este pudesse voltar, e quem sabe assim voltar a ser um contribuinte. Quando Magno partiu o Capitão-mor, que ficou no forte de Caculo Cacahenda, com o retorno de algumas pessoas, tentou cobrar o imposto, com setenta e seis soldados, sendo repellido pelos guerreiros do dembo fugitivo. Indignado com a situação o capitão-mor colocou fogo na banza de Caculo Cacahenda. O Dembo não deixaria ficar por isso mesmo e atacou o posto de Balaguinga. Novamente seguiu-se o ritual de recuo da autoridade portuguesa²²⁴.

Com a sua banza queimada e com a chegada da época das chuvas, o dembo Caculo Cacahenda tornou-se um chefe de um povo de refugiados, com elevadas perdas de população. Aproximadamente cinco mil pessoas morreram atingidas pela miséria e doenças²²⁵.

3.7 Fim do título Dembo Caculo Cacahenda tipicamente africano

Apesar deste desgaste os dembos tinham segurança nas serras, já que o poder português estava empenhado no Congo e no Sul de Angola, sem capacidade para organizar colunas contra estes poderes africanos. Durante três anos, de 1914 a 1916, a região dos Dembos foi considerada uma região problemática, pois os impostos não eram cobrados e as fortificações não eram por si só suficientes para impor respeito a autoridade portuguesa. A região dos Dembos mantinha-se estável e

²²³MARRACHO, António José Machado. Opus cit. p.86

²²⁴MARRACHO, António José Machado. Opus cit. p.87

²²⁵MAGNO, David. Opus cit. p.66

os poderes Africanos é que decidiam o seu destino. Apenas toleravam a autoridade portuguesa dentro das fortificações²²⁶.

Passado estes três anos o poder português começava a implantar-se administrativamente a Norte, no Congo e a Sul dos Dembos no Cuanza Norte. A situação era estável e o poder português tinha agora um verdadeiro cordão a circundar a região dos Dembos que acabou sendo dominada²²⁷.

Após varias sucessões de capitães-mores, que não convém nós dedicarmos a elas, foi destinado a entrar na banza de Caculo Cahahenda, em 1918, o Capitão Ribeiro de Almeida vindo da *“campanha do Libolo, a pé, sem tipóia, nem montado, de barba crescida, fato velho, botas rotas, e espingarda a tiracolo. Parece um bandoleiro do sertão.”* Ribeiro de Almeida foi para a banza com noventa e seis soldados, escolhidos a dedo, matadores de primeira, não tinham planos traçados, apenas queriam exterminar de vez o problema. E exterminou sem piedade todos aqueles que se encontravam no caminho. Os dembos rebeldes não teriam que enfrentar colunas pesadas, mas verdadeiras feras predadoras²²⁸.

Todos os chefes dembos que iam sendo vencidos no caminho percorrido pela coluna tinham que incorporar a coluna dos vencidos e seguir acabando com os outros dembos junto com os portugueses. Quando chegou a Caculo Cahahenda, *“conseguiu quebrar o espírito do dembo idoso que dominava a serra desde 1913, fez a paz, mas face à sua idade foi dispensado de engrossar a coluna dos vencidos”*, mas o seu principal Capitão, Afonso Maleca, sob ameaça de morte, foi obrigado a guiar as tropas para as terras do arqui-rival Cazuangongo²²⁹.

No Dembo Caculo Cahahenda o antigo capitão-mor que ficava no forte de Caculo recebeu o título de dembo superior de Caculo Cahahenda. Nos demais dembos não sabemos como a situação ficou. A região em 1919-1920 só tinha dembos servidores. Porém, já não eram os dembos da estrutura tradicional africana,

²²⁶MARRACHO, António José Machado. Opus cit. p.88

²²⁷MAGNO, David. Opus cit. p.66

²²⁸MAGNO, David. Opus cit. p.91-92

²²⁹MARRACHO, António José Machado. Opus cit. p.90

mas sim pessoas do agrado dos portugueses que recebiam estes títulos²³⁰. O nome do titulo Dembo Caculo Cahenda continua, mas o tipo de pessoas que era escolhida para carregar este titulo muda.



Figura 7 Dembo Caculo Cahenda²³¹. Retirada de: TAVARES, Ana; SANTOS, Catarina (Ed.). *Opus cit.* p.454

²³⁰MARRACHO, António José Machado. *Opus cit.* P.92

²³¹A foto não especifica em que período este homem possuía o titulo Dembo Caculo Cahenda. Colocamos ela para que possam ser observadas as vestimentas e demais acessórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha deste tema “O Dembo Caculo Cahenda e as relações afro-portuguesas” surgiu durante um intercâmbio em Lisboa, na produção de um artigo para a disciplina história das relações afro-portuguesas, dada pelo professor José Horta. Que foi quem me mostrou uma verdadeira história da África. Logo, os fatores que motivaram esta pesquisa, além do meu interesse pessoal que surgiu quando li pela primeira vez as cartas do arquivo Caculo Cahenda, foi pensar em como a história da África vinha sendo abordada e conseqüentemente passada nas nossas universidades.

Os documentos do arquivo Caculo Cahenda publicados na obra *Africae Monumenta* estendem-se de 1677 a 1926, mostrando a longevidade deste título Dembo Caculo Cahenda. E mostrando também como eles souberam lidar com as influências políticas e institucionais dos portugueses, aprendendo à escrita e utilizando-a também a seu favor. Destes documentos consultamos 97 nesta pesquisa. Em relação a tipologia desta documentação a correspondência é preponderante. Dois grupos principais podem ser identificados: a correspondência oficial e a correspondência privada. Dentro da correspondência oficial destaca-se em primeiro lugar a correspondência direta entre o chefe dembo e o governador de Angola e aquela trocada entre diferentes chefes dembos. Entre estas correspondências temos também processos judiciais, cartas patentes, cartas de confirmação, cartas circulares, portarias, despachos e certificados. Nesta pesquisa utilizamos mais as cartas oficiais e privadas.

Mesmo não tendo utilizado todas as cartas do arquivo publicado na obra em questão, devido ao recorte temporal adotado, acreditamos que as cartas exploradas conseguiram transmitir ao leitor a riqueza e complexidade da relação estabelecida entre o Dembo Caculo Cahenda e as autoridades portuguesas. Esperamos que o leitor, assim como nós, tenha percebido as adaptações que os representantes da Coroa portuguesa tiveram que fazer para se manter em Angola, para harmonizar a presença portuguesa a presença das elites tradicionais africanas. Sabendo aproveitar a estrutura política existente como base para a sustentação do poder luso em Angola.

Vimos que apesar de os portugueses terem conseguido utilizar da estrutura política dos chefes dembos a seu favor nomeando-os capitães de segunda linha ou da guerra preta, para poder se manter na região com um exército que contava com um numero reduzido de homens, eles não tinham um conhecimento tão grande do que ocorria na região dos Dembos. O que ficou claro quando Portugal tenta tomar efetivamente a região. Muitos dos projetos políticos traçados em Portugal estavam desajustados a realidade dos dembos. Fato que também se da nas outras possessões ultramarinas portuguesas.

Esta documentação comprova a fragilidade da presença portuguesa na região de Angola. Preferindo o Dembo obter num documento escrito a sua relação com o Rei de Portugal, entidade que ficava o suficientemente longe para poder não perturbar o exercício de soberania na região de influência do dembo. Assim, podemos encontrar a coerência entre um ato de vassalagem assinado por um dembo, ou seu representante, e uma prática de vida e exercício do poder a margem da jurisdição portuguesa.

Para o Dembo Caculo Cahenda os autos de vassalagem eram validos e mereciam ser respeitados desde que os portugueses também respeitassem a “distância desejável”, isto é, quando o poder colonial estava suficientemente longe para conferir prestígio e não constituir uma verdadeira ameaça à autonomia política do Dembo Caculo Cahenda. Nos momentos em que se verificavam conflitos e claras disputas, como aconteceu em 1872, os dembos não hesitaram em discutir o seu estatuto de vassalos, em quebrar o contrato, escrevendo nas missivas “não sou vosso vassalo”, e em remeter essa relação para o rei do congo. Porque este estava naquele momento na distancia desejável. Ou seja, não interferiria e cumpriria o papel de aliado externo de prestígio.

Esta ambiguidade é também aproveitada pelas autoridades portuguesas que quando escreve para o Dembo não deixa de lhe lembrar o seu estatuto de vassalo adquirido por oposição a designação de dembo rebelde, de forma a tentar lembrar o dembo as vantagens de ser um vassalo fiel.

Esta documentação nos lembra a todo momento da importância do uso da escrita para a manutenção do poder luso nas colônias. E isso não só para o caso específico do dembo Caculo Cacahenda que mostramos nesta pesquisa. Também na América portuguesa não fosse a comunicação por escrito se tornaria praticamente inviável a administração desta colônia. Isso fica claro quando pensamos no número de trabalhos acadêmicos, abordando a história do Brasil colonial, que surgiram após a publicação dos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa através do Projeto Resgate. Necessidades, decisões políticas e administrativas, regras, leis, costumes, denúncias, e outros mais eram registrados em escrito.

Em relação ao caso em estudo o que podemos constatar é que a escrita assume importância como um meio disponibilizado pela Coroa e aceite pelos dembos, com a capacidade de se tornar uma forma de armazenar informações úteis que são instrumento de garantia da legitimidade de situações sociais extremamente complexas. Seguir as pistas da escrita implica estar atento aos sinais da presença de profissionais, como os secretários, que se instalaram junto das diferentes elites, ou transformaram o conhecimento da escrita em atividade lucrativa e prestigiante, já que este era um cargo remunerado pelas elites locais e que conferia certo prestígio.

Quanto ao contrato de vassalagem, no caso do Dembo Caculo Cacahenda as normas fixadas pelo contrato de vassalagem traduzem-se muito mais numa relação diplomática do que em sujeição. Se lêssemos apenas o conteúdo formal destes contratos de vassalagem, onde aparece uma série de obrigações do vassalo, nós leitores poderíamos imaginar uma relação de pura sujeição em troca de proteção. Mas vimos neste estudo que no dia a dia as coisas não seguiam tão piamente o que estava no papel. O contrato de vassalagem não era interpretado pelos dois lados do mesmo modo.

Sei que muitos assuntos ficaram sem discussão adequada e/ou suficiente, mas temíamos que a leitura ficasse cansativa. O que não era nosso objetivo. Esperamos que este estudo possa servir aos professores do ensino básico que estão procurando aprofundar seus conhecimentos nesta área nova que é a da História da África, de ensino obrigatório, desde 2003, servindo como um material paradidático. Mais de dez anos depois da criação da lei 10.639/03 o que temos na

realidade é uma lei a ser ainda implementada, pois poucos educadores incorporaram esta lei ao seu fazer escolar. Além deste objetivo de oferecer informações mais variadas aos professores, desejávamos despertar o leitor para a complexidade e a riqueza da história deste continente, ainda pouco explorada por nós. Sendo assim termino este trabalho, como sugere Alberto da Costa e Silva a Felipe de Alencastro, e como provavelmente ele também nos sugeriria, com uma passagem de Camões: *“sua canção já ia longa e que, por mais que fizesse, não caberia a água do mar em tão pequeno vaso”*²³².

²³²SILVA, Alberto da Costa e. Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed.UFRJ, 2003. p.90

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no atlântico sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (coord.). **Nova história da expansão portuguesa : o império africano (1825-1890)** / dir. Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques. Lisboa : Estampa, 1998. - Vol. X

ALMEIDA, João de. **Operações militares nos Dembos em 1907**. Lisboa: Revista Militar, 1909

BARBOSA, Muryatan Santana. **A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO)**. São Paulo: tese de doutoramento, 2012.

CAPELA, José. **O tráfico de escravos nos portos de Moçambique, 1733-1904**. Edições Afrontamento. 2002

CARVALHO, Flavia Maria de. **Do fundamento ao avassalamento: ritos e cerimônias, alianças e conflitos entre portugueses e sobas do antigo Ndongo**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011

CARVALHO, Flavia Maria de. **Os homens do rei em Angola: sobas, governadores e capitães mores, séculos XVII e XVIII**. Niterói: tese de doutoramento, 2013.

CARVALHO, Henrique Dias de. **Etnographia e história tradicional dos povos da Luanda**. Lisboa: 1890

CAVAZZI, Giovanni Antonio. **Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola**. 2 volumes. Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1965. Vol. I e II.

CORREA, Elias Alexandre da Silva. **História de Angola**. Lisboa: 1937. Vol. I

CURTO, J. **Resistência à escravidão na África: o caso dos escravos fugidos recapturados em Angola, 1846-1876**. In AFRO-ÁSIA. Número 033. 2005. pp. 67-86. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia33_pp67_86_Curto.pdf> Acesso em: 26/08/2013

DIAS, Jill. **Mudanças nos padrões de poder no “hinterland” de Luanda: o impacto da colonização sobre os Mbundu (c. 1845-1920)**. Lisboa: Penélope Estudos, 1994

ESPINDOLA, Ariana Moreira. **As Kitandas de Ndongo: produtos, agentes e dinâmicas de uma logica comercial genuinamente africana**. Lisboa: 2010. Artigo produzido para a disciplina história da África ministrada pelo prof. José Horta.

FERREIRA, Roquinaldo. **Escravidão e revoltas de escravos em Angola.(1830-1860)**. Revista Afro-Asia. Disponível em: www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n21_22_p9.pdf Acesso em: 02/05/2014

FONSECA, Mariana Bracks. **NzingaMbandi e as guerras de resistência em Angola. Século XVII**. São Paulo: Dissertação de mestrado, 2012

GALVÃO, Henrique. **Dembos pelo capitão Henrique Galvão**. Agencia Geral das colônias.1935

GARCIA, João. **S. José do Encoje**. Disponível em: <<http://www.muadamba.net/article-s-jose-do-encoge-51464943.html>> Acesso em: 20/08/2013

HEINTZE, Beatrix. **Angola nos séculos XVI e XVII**. Estudos sobre Fontes, Métodos e História, Luanda: Kilombelombe2007

HENRIQUES, Isabel Castro. **Os Pilares da Diferença. Relações Portugal- África. Séculos XV-XX**. Edição Caleidoscópio: Portugal, 2004

HENRIQUES, Izabel Castro. **Percursos da modernidade em Angola. Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX**. Lisboa: IICT, 1997.

KI -ZERBO, Joseph. Introdução Geral. In: **História geral da África**, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki-Zerbo. Vol. I, Brasília : UNESCO, 2010. P.30

MAGNO, David. **Guerras Angolanas. A nossa ação nos Dembos**. Companhia Portuguesa Editora. Porto .1934.

_____. **Os Dembos nos anais de Angola e do Congo (1484-1912)**. Separata da revista militar de 1916-17. Tipografia universal. Lisboa.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Tradução: Antônio Filipe Marques. Lisboa: Edições 70, 2008

MARRACHO, António José Machado. **Revoltas e Campanhas nos Dembos (1872-1919)**. 47 Anos de Independência às Portas de Luanda. Dissertação de mestrado. ISCTE, 2008

MILLER, Joseph. **O trafico português de escravo no atlântico sul no século dezoito: uma instituição marginal nas margens do sistema atlântico**. In: Fontes & estudos. Numero 3. Luanda: AHNA, 1996

SANTOS, Catarina Madeira. **Escrever o poder: Os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre as elites africanas Ndembu**. Rev. hist., São Paulo, n. 155, dez. 2006. Disponível em

<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092006000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 ago. 2011.

SANTOS, Maria Emília Madeira. **Em busca dos sítios do poder na África Central Ocidental: Homens e caminhos, exércitos e estradas (1483-1915)**. In: Angola on the move. Transport routes, communication, and History: naInternacional Symposium, Berlin, 2003

SANTOS, Maria Emília Madeira. **Nos caminhos da África: serventia e posse. Angola- século XIX**. Lisboa: 1998

SILVA, Alberto da Costa e. **A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002

_____. **A enxada e a lança: a África antes dos portugueses**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

_____. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed.UFRJ, 2003.

SIMAS, Luiz Antonio. **Resenha**. Estud. afro-asiát., Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, 2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2003000300009&lng=en&nrm=iso>. access on 06 Aug. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-546X2003000300009>.

SOUZA, Ana Madalena Rosa Barros Trigo de. **D. Francisco de Sousa Coutinho em Angola: Reinterpretação de um Governo 1764-1772**. Dissertação de mestrado. Lisboa. Disponível em: <http://www.madeira-edu.pt/LinkClick.aspx?fileticket=2ZDKOE24Epl%3D&tabid=1351&language=pt-PT> Acesso em: 30/08/2013

TAVARES, Ana; SANTOS, Catarina (Ed.). **Africae Monumenta. A Apropriação da Escrita pelos Africanos, Arquivo Caculo Cachenda**. Vol. I. Ministério da Ciência e do Ensino Superior e Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa, 2002.

UNESCO. **Declaração universal dos arquivos**. Paris: Conferencia da UNESCO, 2011. Disponível em: <http://www2.iict.pt/archive/doc/Boletim-DGARQ-n-19.pdf>. Acessado em: 10/02/2012

UNESCO. **História Geral da África**. Vol I ao VI. Brasil: Ministério da educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16146.

RELATOS MILITARES

ALMEIDA, João de. **Operações Militares nos Dembos em 1907**. Lisboa: Tipografia Universal, 1909.

BALSEMÃO, Eduardo. **A Guerra dos Dembos**. Luanda: Imprensa do Governo, 1872.

COUCEIRO, Paiva. **Angola. Dois anos de governo, Junho de 1907 a Junho de 1909. História e comentários**. Lisboa: Edições Gama, 1948.

GALVÃO, Henrique. **Dembos**. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1935.

MAGNO, David. **Guerras Angolanas. A nossa acção nos Dembos**. Porto: Companhia Portuguesa Editora, 1937.

_____. **Etnografia dos Dembos**. Porto: Imprensa Portuguesa, 1921

_____. **Os Dembos nos Anais de Angola e Congo (1484-1912)**. Separata da Revista Militar de 1916-17. Lisboa: Tipografia Universal, 1917.

RESENDE, Manuel de. **Ocupação dos Dembos – 1615 –1913**. Cadernos Coloniais Nº 61. Lisboa: Edições Cosmos, 1930.